

UNIVERSIDADE PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Habla América: resistência e emancipação das mulheres latino-americanas frente à pandemia de COVID-19

Tese apresentada para banca examinadora para
obtenção de título de doutoramento

Orientadora Professora Doutora Maria Beatriz Costa
Abramides

Estudante Mariana Oliveira Decarli

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior- 88887.713449/2022-00 Brasil
(CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico 141978/2019-8 Brasil
(CNPq)

São Paulo, fevereiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

As últimas palavras que escrevo neste corpo de texto são os agradecimentos. O sol brilha lá fora e eu vejo o mar desde onde olho. No som, toca Mãe, de Gal. Eu quero começar por isso, o ventre mãe que me guardou, o ventre mãe que guardou minha mãe, o ventre mãe que guardou meu pai, o meu ventre que guardou filho e filha. À terra, que é um grande ventre, nela também somos guardadas. Eu gostaria de começar pelo princípio, porque dele vem tudo. Água doce de oxum, água doce que sustenta a vida. O compromisso pela vida, criar laço com a existência, sentir que a vida como bem maior merece ser vivida no prazer, no amor, na alegria. E penso em todas e todos que vieram antes de nós e mantiveram essa chama acesa, esse espaço sagrado de fé, uma fé que é em si mesma, palpável e pulsante, porque uma fé que nutre não é uma fé encerrada, alta, branca, distante. Mas fé que olha pro chão, pro profundo – fé que busca nos grãos de areia o caminho das estrelas e vê no céu imagens de bichos que andam na terra. O que quer que seja necessário criar, a fé tá lá – ela cintila e chama. Ela diz, confia nisso. A revolução pra mim é um tipo de fé, porque é uma confiança em algo que não vemos, mas lutamos por. As mulheres, a ternura, os homens bons aqueles que negam o lugar do próprio privilégio, todos os dias trabalham pelo bem e o amor – isso também é fé. Bell me falou sobre como o amor pulsa numa pesquisa. Eu agradeço à Bell, porque ela me ensinou que estudo se faz com generosidade. E eu também agradeço à Audre, porque ela me ensinou que a raiva é fonte de cria. Eu agradeço às minhas avós pelo colo e pelo cheiro – por me mostrarem como amar o que é velho e sábio. Agradeço meu Nono, que encantou nesse ano, e que me deixou com uma saudade que eu ainda não sei nem nomear, nem entender – e que vive nos meus olhos de poeta e nos meus anseios de curandeira. Ao Nono, que também é pai de meu pai, eu agradeço por ensinar que os homens podem ser amáveis, que os homens podem ser fonte de carinho, de olhar cuidadoso e que sempre tem possibilidade de mudança. Ao meu pai, eu agradeço pela poesia que é e que fez nascer em mim desde antes de me conhecer, agradeço pela presença – o presente de te ouvir, falar, estar. Agradeço por tudo aquilo que não precisa ser dito, mas compartilhamos no espaço e no tempo, agradeço por ser letra e melodia na minha vida. À minha mãe, agradeço pelo ninho, pelo colo, por ser pra sempre esse caminho pra onde volto e de onde eu parto – o meu caminho e o teu caminho é um, nem vais nem vou, Gal quem cantou agora. Por ter me ensinado a ouvir, a prestar atenção nas pessoas, agradeço às linhas que entrelaçamos e os laços, as mãos de artista e o olhar adelante. Aos meus irmãos, agradeço os ensinamentos de compartilhar os miúdos da vida, aquilo que nos une – e que nos unirá pra sempre – nossa constelação de casa, caos, casca, coração. Ao Ní, agradeço porque ensina sobre aconchego. Ao Léo, agradeço porque

ensina sobre liberdade. À Fausto, pelos anos compartilhados, filhos tidos e pelo encontro do amor nas suas diversas possibilidades.

Devo agradecer aos meus panes del cielo, primeiro Mi que ensina sobre esse espaço bonito do amor, sobre a semente que precisa do cuidado pra brotar flor e sempre aponta pontos na estrada e é porto seguro onde chego, pra onde levo flores e bendiciones. À Bru, que relembra a beleza do tempo no cuidado de si e do outro. À Ingrid – que fala com palavras o que o peito enrosca na linha do coração. À Mai, que olha nos olhos e nunca desvia, que lembra como é bom sentar do lado de quem amamos, comer doce e gargalhar. À Bela, que sempre leva as gentes de volta pra casa, faz cama e colo de generosidade. À Lali, que conhece o mistério com sua fala de infinito e conecta eras e estrelas nas contas do seu japamala. À Dandara, que é afeto, que acorda poesias ancestrais com sua voz e o bater de seu coração. À Flá, que conta histórias de irmandade e comunhão com seu sorriso. À Sarah, que é caldeirão de criação, olhos de imensidão no seu corpo de vulcão. À Lizi, que ensina a cultivar o fogo da rebeldia combinado com o cultivo do prazer. À Buh, que ensina sobre confiança, entrega e fogo de vida. À Rubens, que tem o coração festivo, os olhos de sorrir e abraço de casa, que ensina sobre as magias do encontro. À Eli, que ensina tanto sobre os olhos conectados, a escuta de amorosidade e que, mesmo nos poucos encontros de trocas intensas sua palavra de ninho aquece.

Agradeço às mulheres que concederam entrevistas, seu tempo, suas histórias, suas vozes para que a pesquisa fosse feita com toda sensibilidade e profundidade e conhecimento que trazem e permeia toda a existência de cada uma. À Débora, à Railda, à Silvana, à Joana, à Josi, à Salete, à Alice, à Ester.

Agradeço à Regina, que tem acompanhado os caminhos pelos quais vou andando já há alguns anos e por ser entusiasta, vibrante, contente e radiante nos rumos melhores de nossas vidas coletivas.

Agradeço à Bia, minha orientadora. Pela confiança em seus orientandos, pela bravura com que caminha sua vida, pela convicção do seu papel como maestra. Por me impulsionar adiante, por sentir-se tão viva que contagia à todes.

Por fim, À Gregório e Serena, porque começo. Agradecimentos jamais serão suficientes por isso eu só posso prometer que buscarei sempre ser um ser humano melhor, mais inteira, mais amável, cuidadosa e respeitosa. À Gregório, que ensina a urgência de estar vivo. À Serena, que ensina a olhar fundo a vida nos olhos. Vocês despertam em mim o sentimento mais apaixonado e pulsante, por vocês sou e serei. Até que todas as crianças sejam livres e cantem e sorriam. Por vocês, sem perder a ternura jamais. Aprendo com vocês o verdadeiro sentimento de fé e futuro, de compromisso com a vida, de compromisso com a transformação, com o que podemos fazer hoje

pelo futuro. Com vocês aprendo sobre as coisas mais pequeninas que podem existir no amor e que são o tornam imenso. Por vocês, pra vocês, através de vocês – pra sempre.

À todas elas, que me trouxeram aqui. Eterna e imensa bença.

RESUMO

Este trabalho fala sobre mulheres, suas vidas cotidianas e a vinculação de suas vidas à construção de formas coletivas que aqui chamamos *comum* e *bem-viver*. O trabalho de pesquisa conta com um recorte analítico da pandemia de covid-19 e entrevista mulheres sobre suas vidas em meio à pandemia. Compreender como as mulheres latinoamericanas vivem seus dias e resistem em meio a pandemia de covid-19 resgatando formas coletivas de existência, encontrando caminhos através da decolonialidade, do feminismo comunitário, da compreensão de seu trabalho como um trabalho que sustenta a sociedade e de como o que fazem hoje faz também o futuro. Sustentamos nossas discussões compreendendo o eurocentrismo, a colonialidade do poder/ser, a estrutura racista, patriarcal, capitalista que compõe a sociedade. Também é objeto de estudo deste trabalho a organização da raiva, o lugar da mulher no trabalho, o amor e o devir. Palavras-chave: Mulheres, América Latina, Pandemia, Comum, Bem-viver, Decolonialidade. Feminismo Comunitário, Devir, Racismo, Patriarcado, Capitalismo e Eurocentrismo.

RESUMO

Este trabajo habla de las mujeres, de su cotidianidad y de la vinculación de sus vidas a la construcción de formas colectivas que llamamos común y del buen vivir. El trabajo de investigación tiene un corte analítico de la pandemia del covid-19 y entrevista a mujeres sobre su vida en medio de la pandemia. Comprender cómo las mujeres latinoamericanas viven sus días y resisten en medio de la pandemia del covid-19, rescatando formas colectivas de existencia, encontrando caminos a través de la decolonialidad, el feminismo comunitario, entendiendo su trabajo como un trabajo que sostiene a la sociedad y cómo lo que hacen hoy también hace el futuro. Sustentamos nuestras discusiones al comprender el eurocentrismo, la colonialidad del poder/ser, la estructura racista, patriarcal y capitalista que constituye la sociedad. La organización de la ira, el lugar de la mujer en el trabajo, el amor y el devenir es también objeto de estudio en este trabajo. Palabras clave: Mujeres, América Latina, Pandemia, Común, Bienestar, Decolonialidad. Feminismo Comunitario, Devenir, Racismo, Patriarcado, Capitalismo y Eurocentrismo.

ABSTRACT

This work talks about women, their daily lives and the connection of their lives to the construction of collective forms that we call common and good living. The research work has an analytical cut of the covid-19 pandemic and interviews women about their lives in the midst of the pandemic. Un-

derstanding how Latin American women live their days and resist amid the covid-19 pandemic, rescuing collective forms of existence, finding ways through decoloniality, community feminism, understanding their work as work that sustains society and how the what they do today also makes the future. We sustain our discussions by understanding Eurocentrism, the coloniality of power/being, the racist, patriarchal, capitalist structure that makes up society. The organization of anger, the place of women at work, love and becoming is also an object of study in this work. Keywords: Women, Latin America, Pandemic, Common, Well-being, Decoloniality. Community Feminism, Becoming, Racism, Patriarchy, Capitalism and Eurocentrism.

Sumário

<i>Memorial</i>	9
<i>Relevância do Tema</i>	12
<i>Porque esse projeto</i>	13
<i>Procedimentos Metodológicos</i>	17
<i>As entrevistas</i>	20
Apresentando as entrevistadas	20
Análise das entrevistas.....	22
<i>Introdução</i>	24
Mulheres no corpo: território e trabalho na América Latina	29
CAPÍTULO PRIMEIRO <i>Habla América</i>	33
1.1 A PANDEMIA	34
1.1.2 A Seletividade do Estado burguês capitalista	37
1.1.2.1 A necropolítica do Estado e o genocídio no contexto pandêmico	38
1.2 Habla America	40
1.3. Terra, território e identidade – onde transito?	41
1.3.2. O território, a terra e a cidade - como a vivência dos espaços reafirma lugares de poder, exclusão e dominação	43
1.3.3 O território como fator de organização dos excluídos	45
1.4. Trabalho: ontologia, raça, sexo/gênero, classe e América Latina	47
1.4.1 O trabalho: natureza e comunidade	47
1.4.2 O trabalho no capitalismo dependente	48
1.4.3. O trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres	48
De quem as mulheres cuidam?	50
1.4.4. O trabalho “invisível” que organiza, estrutura e sustenta – trabalho político	52
1.5. Corpo - e o enlace corpo-território-trabalho	54
1.6. Intersecções das categorias no corpo, centelhas do comum nas entrevistas	59
elementos para análise	59
CAPÍTULO SEGUNDO <i>A dança macabra: acumulação originária, colonialidade do poder e do ser e a defesa dos selvagens</i>	64
2.1. O complexo estruturante da sociedade: Racismo -patriarcado-capitalismo	65
2.2 Estruturas de poder na América Latina e a vida das mulheres	69
2.2.1. O aprofundamento da crise imposta pela pandemia na América Latina: elementos de análise sobre a colonialidade do poder, racialização e eurocentrismo	73
2.3. Quem são os selvagens? Quem são os violentos?	80
2.3.1 Os usos da raiva – Adure.....	80

2.3.2 O mito da mulher pacífica.....	84
2.4. A revolta e a rebeldia nas entrevistas	88
CAPÍTULO TERCEIRO <i>Minha língua noutra boca</i>	93
3.1. Cotidiano e Perspectiva Histórica.....	95
3.2. Travessia, atravessamento e revolta da margem	99
3.3. Trabalho, Cotidianeidade, Consciência, Desejo, Devir.....	104
3.3.1. Capitalismo como trauma e a vida das mulheres	108
3.3.2. A vida das mulheres, a língua da lama	112
3.4. Alternativas do comum, a justiça das mulheres é justiça de todos e Bem Viver.....	115
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

Memorial

É através de uma tentativa de retomada de si e despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano. **Fanon, 2008.**

A vida de uma pesquisadora não começa por certo quando decide um curso ao qual dedicará seu trabalho cotidiano, tão pouco quando toma um caminho de pós-graduar-se ou de cursar a vida da profissão que decidiu seguir anos antes. A vida de pesquisa, arrisco dizer sem nenhum medo do ridículo – começa ainda quando bebê, quíça antes ainda no útero materno. E começa com certeza no encanto, na busca, no querer, nos querereres. Começa na percepção das flores, começa com a visão do planar de um pássaro. A vida de uma pesquisadora é vida, movimento, é existir como sujeito num mundo como este no qual somos. O afeto, os sons, o tato, os tombos constantes. O engatinhar do bebê, o aprendizado da marcha, um pé depois outro. Pesquisar é buscar. E qualquer coisa que se faz busca é porque encanta de uma forma ou de outra. O bebê não começa a caminhar porque há um projeto, uma metodologia. Começa a caminhar porque deseja, porque quer chegar ao outro lado da sala, do quarto, da casa. E, bom, sabemos onde nos leva o desejo. Talvez seja mesmo um ímpeto desses descarrilhados. Quando há um alinhamento dos nossos querereres junto de um querer maior, também sabemos onde pode nos levar. Há provérbios demais que falam sobre o movimentar-se e já não estar mais no mesmo lugar, o próprio rio de Heráclito, a epistemologia de Exu, que mata um pássaro hoje com a pedra que arremessa ontem; Rosa e as correntes que sentimos quando tentamos nos movimentar; a astrologia e o curso dos astros, a astronomia e os buracos negros que tudo sugam pra dentro de si, as estrelas que enxergamos mas que já não estão lá. A busca é o que leva longe. Assim também começa o que hoje passa por este trabalho, mas que não se esgota nele; assim como a própria vida da pesquisadora e a pesquisa e aquilo que a pesquisa produz para si e para outras e outros não se esgota no trabalho de construção de uma tese. Que pese ainda todas as mulheres que fizeram parte deste trabalho, cedendo suas histórias, falando sobre suas vidas, compartilhando seus sentimentos e aquilo que toca a todas nós. Que pese ainda o retumbar dos processos e movimentos

de verem-se falando diante, de verem aquilo que acreditam ser transformado em material, que elas poderão usar, que elas poderão divulgar. A si mesmas, enquanto potência, enquanto parte, processo, enquanto caminho que também não se esgota em si. Talvez o que precise ser dito aqui é sobre como foi preciso, necessário e determinado histórico-social e ontologicamente que eu chegasse até aqui, que essa vida se desenrolasse até este ponto do caminho, esta encruzilhada de Esú.

A vida acadêmica é recheada de uma pulsão constante por querer questionar, querer aprofundar, pelo desejo de entender. Penso que a escolha pelo curso de Serviço Social está na base de um desejo de acabar com as injustiças; um desejo que passa a ganhar carne no corpo, que desperta através do marxismo e da contribuição, ainda durante a graduação, com diversos movimentos sociais – sobretudo o estudantil. E segue seu percurso com os estudos que foram aprofundados acerca da ética, na construção do trabalho de conclusão de curso. Já no trabalho de mestrado o projeto original, de aprofundar os estudos iniciados no tcc, dá espaço para um resgate interno da própria pesquisadora, a partir de novo, de uma história de vida. Uma mulher, mãe de seu primeiro filho, que vai de encontro a uma estrutura misógina, machista, violenta e que diante desta mesma realidade consegue compreender que o parto e o nascer podem ser vividos de outra forma e que nascimento, corpo, vida nova, nos atravessam. Foi a partir do nascimento de meu primeiro filho e de meu nascimento, enquanto mãe, que decidi pesquisar estudar e escrever sobre a violência que sofremos no ambiente do parto. Daí em diante abriram-se novos caminhos de estudo e de pesquisa e um novo universo velho – um passo ao passado em direção ao futuro – e inicio uma compreensão mais profunda acerca da sociedade que vivemos. Compreendendo que, além do capitalismo, vivemos uma sociedade racista e patriarcal. Os estudos que seguem esta vereda aberta falam sobre a continuação de uma autorreflexão, de uma pesquisa na qual a própria pesquisadora vive e sente aquilo do qual ela gostaria de compreender e transpor, transformar, superar. Os estudos apresentados aqui, falam sobre a vida das mulheres latino-americanas diante da pandemia de coronavírus iniciada em 2019 na China. Os estudos e reflexões aqui apresentados tem como intuito compreender o que nós, mulheres mãe trabalhadoras sob uma estrutura racista, patriarcal, colonial vivemos no contexto deste ano que passou e do que segue. Fala sobre nossos saberes, fazeres cotidianos no cuidados com aquilo que é comum, aquilo que é coletivo. E como isso pode ser revolucionário. E porque isso não é considerado revolucionário. E o que falta (ou sobra) para que

isso seja considerado revolucionário. E mais do que considerar ou ser considerado, o que falta para que sejam revolução.

. . .

Qualquer pesquisa que se inicia traz consigo um porquê, ou vários deles.

Se dá assim, em nossa compreensão, porque a ciência coloca-se neste lugar, onde o olhar para si mesma é um olhar sobre a história. A história não é carroça abandonada em uma beira de estrada, ela é um carro alegre cheio de um povo contente que atropela indiferente todo aquele que a negue. Ou seja, a história é pulsar. Ela é o tecido que nos liga aos que vieram antes de nós. É parte daquilo que nos torna seres sociais. É através da história que o ser social fala de si mesmo, conta sobre si mesmo, marca para sempre o conhecimento que se produz. A ciência da pesquisa acadêmica pode ser facilmente colada lá nas cavernas dos antepassados humanos, portanto. Como num buraco de minhoca para dentro do centro da terra. Aquilo que se propõe a pesquisa que iniciamos enquanto parte da vida acadêmica na graduação e mestrado materializa-se nesta tese de doutoramento e atravessa de novo um percurso já muitas vezes caminhado pelas mulheres. Andar e andar e andar, carregar consigo sementes de um novo mundo, carregar consigo os filhos, seus trabalhos, carregar consigo a cultura, as histórias populares. A tese que ganhará as páginas que seguem sustenta-se e pisa em território Inca, Mapuche, Yanomami. Olha atrás e vê a si mesma reinventada, livre e liberta. Voa.

São Paulo, 17 de outubro de 2019.

Relevância do Tema

“O desejo de liberdade é o mais imperioso dos sentimentos humanos, pois a liberdade é o oxigênio sem o qual o espírito e o coração definham” Lowy

A vida das mulheres é vida humana, embora esta seja uma defesa óbvia, ela ainda se faz necessária; sobretudo nestes tempos em que vivemos. Nesse sentido, refletir acerca da vida das mulheres como demonstrarei ao longo deste trabalho é refletir acerca da vida humana, é refletir acerca das possibilidades de construções de futuro, é refletir sobre emancipação e, ainda mais, é agir no movimento cotidiano de construir novos caminhos de transformação. A vida das mulheres sempre esteve na centralidade das sociedades existentes no globo. Podemos citar as sociedades dos caçadores e coletores, a sociedade feudal, a sociedade capitalista. Em todo o movimento da história social, da cultura, do ser humano as mulheres estão presentes. E pode parecer fora de sentido levantar esta bandeira, mas, quando estudiosos como muitos dos que apresentamos ao longo deste trabalho falam sobre o Homem (com agá maiúsculo), estão falando de homens E mulheres, estão falando dos seres humanos. Quando Lukács defende a perspectiva ontológica do trabalho ele fala sobre a transformação da natureza por homens e mulheres. Assim que se faz fundamental para nossa pesquisa, não somente levantar essa obviedade, mas sobretudo, demonstrar como as mulheres ao longo dos séculos, ao longo das jornadas nômades, da fixação e da agricultura, ao longo dos reinados africanos, das tribos nativas americanas, da diáspora, das colonizações, da escravidão da modernidade, do tempo contemporâneo. Em todos os momentos histórico-sociais as mulheres estão presentes enquanto parte da categoria gênero humano e também no primado do trabalho, enquanto instrumentalizadoras de ferramentas no surgimento do trabalho enquanto categoria ontológica, nas construções de porvir, de planejar futuros, de práxis. Dito isso, é importante salientar que ao longo desta pesquisa ela mesma se modificou e foi modificada por sujeitos, por narrativas, pelos acontecimentos. No início da pesquisa havia um projeto de viagem e estudo empírico que foi atravessado pela pandemia que iniciou em 2019 na China. Ao longo do ano de 2020 a pesquisa foi alterada e transformada – atravessada profundamente também por conta da crise sanitária e

ambiental do Brasil. Além da crise política e do crescimento e aprofundamento de um projeto de governo de morte, genocídio orquestrado pela direita brasileira e liderado por Bolsonaro, infelizmente atual presidente do Brasil. Assim que, a própria pesquisa passou a ser sobre mulheres ainda, como seria anteriormente, mas ganhou essa pitada infeliz da nossa história: pandemia.

Falar sobre a centralidade de pensar e refletir acerca da pandemia de covid-19 no continente latino-americano é de extrema importância. Não somente pela centralidade que assume este tema neste presente, mas sobretudo, para que possamos pensar futuro. Para que possamos refletir acerca do presente de forma crítica e criadora, para que o futuro seja diferente e possa ser construído desde uma postura política, de uma práxis. Em todo o corpo de nossa pesquisa as entrevistas e o sulco que delas foi possível se extrair buscamos utilizar, como um sumo que compõe a terra, nutre e dá mais potência de vida – as entrevistas são o alimento dessa pesquisa e da tese que construímos, nesse sentido nos capítulos I, II e III elas estão presentes e são utilizados trechos das falas, mas também é através da leitura e releitura das entrevistas que a pesquisa vai crescendo e abrindo braços. Aquilo que decidimos debater e desenvolver também está profundamente relacionado com o que as entrevistas e a bibliografia que utilizamos apresentou. Utilizamos dados sobre a vida das mulheres, buscando construir a narrativa sobre elas, para construir depois reflexões sobre como elas se vêem e como essa relação se constrói e se estabelece. O objetivo deste trabalho é o de demonstrar como as mulheres atravessam a pandemia no continente e como suas formas, seus instrumentos, suas ações carregam sementes de amanhã, sementes de futuro.

Porque esse projeto

”.

[...] a história humana consiste essencialmente na luta dos oprimidos pela sua libertação” Lowy, p.20

Esse projeto cresce na medida em que há fontes inesgotáveis de esperança com a construção de novas relações sociais – que como Marx demonstra, são objetiva e subjetivamente, também relações de produção e crescimento, relações de sexo/gênero, raça e etnia. Se há possibilidades de construção de outras perspectivas, há vida, há futuro. Assim, fazendo eco junto aos surrealistas -

pulsa uma necessidade desesperadora de reencantar o mundo. “[...] o engajamento político revolucionário não é baseado numa “certeza científica” progressista qualquer, mas numa aposta ponderada no futuro.

Ao longo dos anos de 2019 e 2020 desenvolvi um trabalho de pesquisa, estudos e escritos sobre a pandemia de COVID-19 e sua relação com a vida cotidiana das mulheres, como as mulheres atravessam a pandemia – primeiramente no contexto territorial do Brasil, mas sempre propondo que o Brasil, em suas singularidades e particularidades está ligado ao continente latino-americano e que, diante dessa perspectiva, é impossível o olhar desta pesquisa deixar de construir um movimento de reflexão sobre a realidade que não inclua a América Latina, Améfrica Ladina¹, Abya Yala como unidade na diversidade. A pandemia aprofunda as contradições já existentes em nossa sociedade estruturalmente racista, patriarcal, capitalista, organizada e sustentada pela colonialidade do poder ideologicamente azeitada pelo eurocentrismo - e conclama nossa capacidade, enquanto leitoras da realidade afim de transformá-la radicalmente, que apresentemos alternativas à vida comum, à vida daquelas/eles que vivem da força de trabalho.

Outro ponto fundamental deste trabalho é utilizar a indignação e a capacidade de admirar-se, de tonar a pesquisa algo de travessia no deserto, uma experiência também de deriva – buscar colocar-se em constante abertura, em constante construção. Um dos caminhos mais fundamentais nesse movimento de deriva e de entrega ao processo de ser tocada pela pesquisa é a constante definição sobre o objeto – um objeto também em movimento. E a busca constante por olhar para as nossas vidas, para a vida das mulheres, a partir de uma perspectiva que ultrapasse o olhar da vítima e da que resiste – lugar esse criticado de forma muito criativa por muitas teóricas que falam sobre mulheres, como Safiotti, Federici, Lélia González, Françoise Vergès, Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde, Elsa Dorlin.

Podemos, junto de Fanon (2008), falar sobre como a situação colonial germinou um arsenal de complexos no interior das sociedades. A busca por compreender a psicologia do colonialismo, a desalienação dos negros e “levar o negro a não ser mais escravo de seus arquétipos.”(FANON, 2008, p.47). É através mesmo de todo o complexo social, econômico, político, ideológico que desenvolve-se da construção de uma raça superior e uma raça inferior, ou seja, da racialização

1 Termo utilizado por Lélia González, ver: <https://catarinas.info/lelia-gonzalez-a-feminista-negra-da-amefrica-ladina/>

enquanto uma forma de opressão/dominação/exploração. Não somente dos povos da diáspora, mas também sobre os povos originários de todo território de Abya Yala.

Ao longo dos meses dedicados aos estudos, pesquisa, entrevistas e escrita surgiu a importância de reorganizar o olhar para a pesquisa – foi nesse intuito que surge esse termo do *atravessamento*. Compreendendo que ao olhar para o patriarcado, como objeto, a vida das mulheres e seu cotidiano de construção, enfrentamento, resistência ofuscam algo que nos parece agora ser o mais central e o objetivo desta tese. Não significa que a estrutura não seja de suma importância, afinal é a estrutura racista, patriarcal, capitalista colonial que sustenta aquilo que viemos combater; no entanto, a proposta deste trabalho é mudar a forma de enxergar, tirando o foco daquilo que sofremos, do que fizeram de nós, e colocando como objeto de estudo e debruçar da pesquisadora o *que fazemos* com o que fazem de nós. E muito além, o que fazemos cotidianamente à revelia do que querem fazer de nós. Assim há um impacto fundamental deste termo *atravessar*. Porque as mulheres estão em movimento e organização de suas vidas, da vida de suas famílias (nada nucleares dentro da perspectiva da família burguesa) no seu fazer cotidiano e muito há séculos – muito antes da chegada dos colonizadores com sua línguas impostas em nossas bocas, corpos territórios e ainda durante enquanto hoje – permanentemente.

Através da lente imposta pela pandemia de coronavírus, a forma de vida e auto-organização das mulheres se impõe diante de nós, soerguendo a perspectiva de uma crise dentro de uma crise estrutural, tornando o objeto ainda mais complexo. Tivemos que reorganizar a ideia das entrevistas, que antes da pandemia seriam feitas em campo na América Latina, viajaríamos por um ano e colheríamos histórias de mulheres ao longo da estrada. Agora, as entrevistas passaram a ser feitas pela internet num modelo online, somente com mulheres em território nacional (Brasil). O roteiro também passa a ser reorganizado contando com o tema da pandemia e tendo-o como pressuposto imposto e empírico. Ao ouvir as mulheres sobre como estavam sendo suas vidas lançadas em um ano completamente atípico, no interior da sociedade brasileira a opção por compreender o *atravessar* das mulheres demonstrou ser uma opção teórico-metodológica-filosófica de extrema importância. Iniciaremos o primeiro capítulo com a parte empírica de nossa pesquisa. O primeiro capítulo têm como intuito apresentar o tema central da tese que é o de que a vida cotidiana das mulheres é uma vida de resistência e construções coletivas de bem-viver, sobretudo numa pandemia mundial. Através dos dados colhidos sobre a vida das mulheres durante a pandemia construiremos

linhas de conexões que reforçam e contrapõem os dados através daquilo que relatam as mulheres sobre o seu cotidiano. No segundo capítulo traremos a base teórica que sustenta grande parte da pesquisa e da tese; partiremos da acumulação originária de capital e seguiremos construindo as reflexões acerca do papel das mulheres no interior da sociedade, estabelecendo as discussões que dão base e sustentam a tese sobre o eurocentrismo, o racismo, o patriarcado e o capitalismo. Mas que não busca estender o seu lugar apontando o a estrutura e o inimigo – e sim – busca aprofundar-se na resistência e na construção de alternativas à esse sistema, discutiremos autodefesa e a organização da raiva, o papel do trabalho das mulheres. No terceiro capítulo discutiremos devir, desejo, possibilidade de transformação da consciência, é o capítulo onde discutiremos, mobilizando autoras e autores, sobre o porque sustentamos que a hipótese de pesquisa pode ser vista na realidade. Além disso, é neste capítulo que iremos demonstrar as contradições daquilo que falam de ser mulher e daquilo que as mulheres sentem ao ser mulher, o que as mulheres querem do futuro e como elas o constroem no presente. No capítulo III buscaremos evidenciar formas de construção do comum, o feminismo comunitário, as bandeiras de luta do Bem Viver e o amor, como prática ética da transformação.

Pergunta de pesquisa: Como as mulheres latino-americanas *atravessam* a pandemia?

Hipótese de pesquisa: Que as mulheres constroem cotidianamente formas de resistência e construções coletivas, de comum e bem-viver potencializando a emancipação.

Objetivo: Compreender de que forma as mulheres atravessam a pandemia e como esse atravessamento dialoga com as resistências em torno do comum, da vida comunitária, do bem-viver da emancipação.

Procedimentos Metodológicos

A experiência da *deriva* (LOWY, 2018), a experiência da *errância* (DUNKER, 2018) acabaram por ser procedimentos metodológicos muito importantes no desenvolvimento desta pesquisa. Como apresentei acima, através de um estado de deriva diante do fechamento das fronteiras de fora, fecharam também as fronteiras internas de possibilidade e, a partir da deriva: “as pessoas que se entregam à deriva: “renunciam, por um período mais ou menos longo, às razões para se deslocar e agir que elas conhecem geralmente [...] para se deixarem levar pelas solicitações do terreno ou dos encontros que a ele correspondem.”(LOWY, 2018, p.15)

Sem objetivo e sem razão, o significado profundo da deriva nos oferece o sentido de liberdade. E essa experiência de liberdade nos causa uma embriaguez, uma exaltação, um verdadeiro “estado de graça”. Ainda junto da experiência da deriva elaborada pelos surrealistas; a *errância*, como movimento de não saber o que se busca como dádiva – ou seja, através da *errância* o sujeito se *movimento em busca*. E compreendo esse movimento de estar em constante busca como característica central de pesquisadora/pesquisador.

A partir dessas duas pontuações importantes para a pesquisadora e seu processo subjetivo apresento a compreensão acerca do que baseiam os conhecimentos teórico metodológicos deste trabalho. Partindo do pressuposto de que o real não é imóvel, algo dado de forma mecânica e acabado. Ao contrário, o real plasma-se justamente na possibilidade do devir, no movimento intrínseco a realidade. Está em constante movimento. Para apreender este real e suas particularidades são necessárias uma série de categorias analíticas. Utilizando o arcabouço teórico-metodológico do materialismo dialético, a teoria social histórico crítica elaborada pela tradição marxista como ponto de partida fundamental no desvelar deste todo real e pulsante. Ademais, utilizo o desenvolvimento desta teoria e a apreensão criativa do materialismo pelos estudiosos da América Latina e do Brasil de sua história de formação histórico-social e das mulheres que têm se dedicado aos estudos acerca da mulher em Abya Yala, dos estudos sobre o Comum, dos estudos sobre o comunitário e o bem-viver. São referenciais teóricos basilares aqueles aos quais a pesquisadora bebeu ao longo dos seus anos de formação acadêmica na graduação, como Marx, Lukács, Safiotti, Florestan Fernandes; também referenciais teóricos adquiridos posteriormente, no percurso dos estudos de mestrado, onde bebi, sobretudo das fontes de teoria feminista em âmbito mundial como

Federici, Angela Davis, Grada Kilomba, as formulações das feministas materialistas francesas como Daniele Kergoat,

Já nos estudos desenvolvidos para o ingresso no doutorado e, posteriormente, ao longo dos primeiros anos, debrucei-me mais sobre a América Latina como território de produção de conhecimento, epistemologicamente falando. Aprofundando portanto estudos de Quijano, das feministas decoloniais, procurando compreender melhor a própria história deste território anteriormente a chegada dos colonos. Também foram teóricos estudados neste ano Franz Fanon, Françoise Vergès, Audre Lorde, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Maria Lugones, Raquel Gutierrez, Ochy Curriel, Oyèronké Oyewùmí entre tantas outras que me tocam.

A pesquisa terá um caráter teórico-prático já iniciado ao longo do ano de 2020, o ano em que foram aplicados questionários junto as entrevistadas no modo ao vivo, por conta dos contingentes da pandemia. Para conseguir desenvolver a pesquisa diante da realidade dinâmica e complexa que se apresenta, e compreendendo a pesquisadora, como um ser humano também mutável e que é tocado e toca, transforma a realidade e é transformada por ela utilizamos o método apresentado por Oscar Jara. Jara, apresenta uma metodologia de pesquisa que olha para pesquisa como Sistematização de Experiências – ou seja, a pesquisa não como algo estático e pré-determinado; mas como um *processo* um processo pedagógico. Onde a postura do pesquisador é uma *postura político pedagógica para a transformação*. E onde a pesquisa ganha vida, é dinâmica e cabe reflexão constante da pesquisadora acerca de seus rumos e daquilo que se pré-estabelece enquanto objetivo e objetivos.

Metodologicamente, as entrevistas que fizemos ao longo do ano de 2020 serão utilizadas de forma qualitativa, buscando centrar a nossa atenção aos sujeitos das pesquisas – às mulheres que falam de seu lugar subjetivo enquanto mulheres – mas que, ao encontrar um lugar onde tornam-se sujeitos de sua história, de sua narrativa. Os sujeitos podem *performar sua subjetividade* (KILOMBA, 2019), através do reconhecimento das mulheres e sua vida cotidiana diante da pandemia de covid-19 é possível compreender como as mulheres veem a si mesmas diante do quadro social, como também como as experiências de ser mulher diante da pandemia afetam sua subjetividade. Expressar, falar, tomar para si o poder de ser quem fala – faz com que elas não seja mais colocadas no lugar de *Outridade* (KILOMBA, 2019) mas que possam ser sua própria voz. A posição da pesquisadora passa a ser também uma posição de quem pode falar a partir de sua própria

experiência subjetiva, mas tornada consciente. Também neste sentido, defendemos que não há neutralidade nas pesquisas, no lugar de uma suposta neutralidade, trabalhamos com o trabalho de tornar consciente os processos de pesquisa e objetos de pesquisa nos quais nos debruçamos.

As entrevistas

A escolha das entrevistadas ocorreu buscando mesclar diferentes frentes em que atuam (movimentos sociais), e diferentes territórios – tanto no que diz respeito ao território nacional (Brasil), quanto aos territórios onde atuam os movimentos. Nesse sentido, as entrevistas buscaram se desenvolver junto de mulheres que compõem movimentos rurais e urbanos, organizados com grande expressão nacional (como MST e MPA) e outros de expressão mais local/regional. E também mulheres que compõem movimentos identitários como Movimento Negro e Indígena. A pesquisa conta com oito entrevistas e apresenta uma diversidade de compreensões teóricas, ideológicas e práticas acerca da realidade do Brasil no primeiro ano da pandemia de COVID-19.

A escolha de utilizar trechos das entrevistas e sistematizá-las através das categorias que estruturam a perspectiva social deste trabalho auxilia na compreensão subjetiva do atravessamento que é ser mulher no interior desta sociedade num contexto de pandemia. Assim, buscaremos compor o quadro das categorias teóricas através dos trechos das entrevistas que demonstram essas categorias sendo vividas no cotidiano das mulheres subjetivamente.

Apresentando as entrevistadas

Débora Nascimento é fundadora do Movimento Mães de Maio – movimento criado após a chacina ocorrida no ano de 2006 na cidade de São Paulo e na baixada santista. Foram mais de 500 mortes em maio daquele ano. O Movimento Mães de Maio é um movimento independente, não vinculado a nenhuma organização, partido político. O Movimento passa a representar mulheres, familiares daqueles que foram vítimas da violência do Estado.

Railda Alves é fundadora da AMPARAR – Associação de Amigos e Familiares dos Presos e Presas. Foi uma das fundadoras da Amparar quando seu filho foi preso na antiga FEBEM e, vendo as violências sofridas pelos meninos no sistema prisional ela começou a se organizar junto de outras mulheres mães. A amparar atua no Estado de São Paulo, sobretudo na capital, e constrói diversas

pontes entre o sistema jurídico, os órgãos de defesa dos direitos humanos entre outros movimentos. A amparar atua pelos direitos das pessoas presas e pelo fim das prisões.

Silvana Veríssimo é integrante da Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência e Integrante do MOA – Movimento de Afrodescendentes das Américas. Silvana constrói sua resistência no movimento Sankofa, que tem como princípio retornar aos saberes, conhecimentos e culturas ancestrais de África. Compôs o movimento de promotoras legais populares de Piracicaba.

Josineide Costa é camponesa, militante e membro da direção nacional do Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA e da articulação nordeste, Assistente Social e pós-graduada em Saúde da Família.

Salete Carollo é Membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, assentada no projeto de Reforma Agrária no Assentamento Hugo Chávez Lagoa do Junco, município de Tapes no Rio Grande do Sul e faz parte da COOPAT – Cooperativa de Produção Agropecuária de Assentados de Tapes.

Ester Carro é Arquiteta e Urbanista, atua como líder comunitária e no projeto Fazendinhando, realiza a gestão de projetos sociais em território vulneráveis buscando o desenvolvimento da sociedade por meio da educação e empreendedorismo social e a transformação de espaços físicos desde moradias a áreas urbanas.

Alice Martins é Coordenadora do Centro de Referência Afro-indígena do Rio Grande do Sul e da Rede Indígena de Porto Alegre. Militante dos movimentos sociais populares dos sem teto e indígena da etnia Guarani.

Joana Porto é ativista pelos direitos indígenas, mãe, indígena do Piauí, da etnia Tabajara-Tapuio. Graduada em Ciências Sociais, mestra em direitos humanos, doutoranda em Antropologia Social.

Análise das entrevistas

Há uma dialética anteposta nos movimentos de pesquisa que necessariamente encontram o sujeito que pesquisa e que compõe um objeto do qual gostaria de extrair respostas, conhecimentos, compreensões, experiências. Nesse sentido, antes de formular o roteiro para as entrevistas, já havia em mim uma bagagem de estudos e interesses (também subjetivos) voltadas à compreensão da vida cotidiana das mulheres, como elas vivem, trabalham e duplas, triplas, quartas jornadas de trabalho, como cozinham, cuidam da saúde, cuidam dos idosos e das crianças, estudam, se divertem, vivem sua sexualidade, lutam e resistem contra a violência, sonham, constroem alternativas entre outras coisas. Então, por ser mulher mãe de duas crianças, cursando doutorado e buscando viver meu próprio cotidiano, me interessava muito como as mulheres viviam e vivem. Nesse sentido, a busca por construir roteiros para as entrevistas, mas que fossem roteiros abertos e que englobassem a liberdade que pode e deve haver num processo de entrevistas escolhi a perspectiva bibliográfica – onde as mulheres contam episódios de sua vida cotidiana, de forma que tornem-se mais à vontade naquele espaço para expressar quem são, o que pensam e fazem. Como a maioria das mulheres que foram entrevistadas pertencem a algum tipo de movimento social organizado, de maneira geral as entrevistas ocorreram de forma bastante fluida e confortável. Ao mesmo tempo, há diferenças importantes de serem pontuadas, por exemplo, as entrevistas com as representatividades do MST e MPA tiveram elementos mais amplos, mais gerais, mais objetivos e menos subjetivos. Já as entrevistas com as mulheres que participam dos movimentos mais comunitários e da periferia foram entrevistas mais subjetivas, falando sobre suas experiências cotidianas de forma mais subjetiva – contando como elas vivem o ser mulher no meio da pandemia.

Há definições, no entanto, que foram sendo movimentadas ao longo da análise das transcrições das entrevistas e que acabam por enriquecer a análise e a construção do objeto da tese. As categorias que inicialmente estruturavam o estudo de forma didática – território, trabalho e corpo – passam a ser reavaliadas e reescritas no objeto. Partindo da compreensão sobretudo da cosmogonia indígena, dos povos originários, e buscando essa referência como parte constitutiva da perspectiva teórica adotada pela pesquisadora; unindo à ela a compreensão das matrizes africanas de conhecimento passamos a construir uma perspectiva decolonial das categorias. *Nesse sentido, a unidade corpo-terra-trabalho passa a ser reivindicada. Entendendo que há uma unidade entre a*

terra, os seres que vivem nela e a construção cotidiana da vida, a produção e reprodução da vida nesta terra, neste corpo.

Assim, optamos por apresentar trechos das entrevistas, construindo a narrativa da pesquisa criando unidade entre as categorias que apresentamos, os objetivos e o objeto de pesquisa e aquilo que nos trazem à luz as mulheres em suas entrevistas como um corpo que se movimenta, hora expande, hora retrai. As entrevistas têm a sua própria cadência, a vivência do que é ser mulher em meio a uma pandemia – também. Isso significa que, diante das subjetividades que cada uma apresenta, de sua própria história singular, buscamos construir os movimentos de um corpo mais amplo. Este da história, da categoria sexo/gênero, esse da classe e da raça.

O caminho que faz o trabalho no corpo

é, torto

torto de curvas costas

torto de força enrijecida no músculo

muitas vezes trabalhado

torto das cadeiras que sobem

sobem

e

descem

torto de fome, côncavo

torto de doença

porquê é torto o caminho que faz o trabalho no corpo?

Porque dobra

torce

retorce

não mais como o parafuso apertado que agora é máquina que faz

mas com o gosto de graxa e óleo e fumaça de trânsito

com o gosto amargo da cocaína

com o gosto da calçada que nina o corpo que cansa

sem esperança

um trabalho amargo de gosto superexplorado

entorta o corpo

parece mais uma carcaça

que é que entorta o trabalho no corpo

que senta a cabeça pende na frente

e caem as costas junto

tropeça o corpo torto do trabalho

como o pacote no meio do passeio público – abril de 2022

Introdução

Qualquer estudo que inicia questiona a si mesmo. Os motivos que levaram o pesquisador a escolher determinado objeto, seus recortes, aquilo que toca subjetivamente, os vínculos daquilo que a toca subjetivamente, os vínculos existentes e essenciais que ligam a subjetividade humana e sua coletividade ao inconsciente coletivo. O singular, particular e universal de nossa existência eu, outro, humano. Questiona se aquilo que propõe tem relevância, mais que social: humana. Se o que pretende fazer ao longo de sua vida por dois, três, quatro anos terá alguma impacto em nossa genericidade. O que passa em nosso caso não é distinto. A necessidade de responder de maneira lúcida mas também com a pitada de magia do maravilhoso surreal latinoamericano às indignações, rebeldias, encruzilhadas que o momento em que se vive o continente latino, o país de onde se escreve essas linhas e, por fim, o mundo – pedem.

O sonho das ancestrais é a realidade da pesquisadora que agora escreve, poder escrever, estar aqui, de (pena)teclado em mãos. Mente aberta, produção. O processo de imersão para o título de mestre foi de importância fundamental, mas esse mesmo processo encontra margem duras demais, que não condizem com a natureza de uma pesquisa que busca ser crítica e criadora. Para tanto, foi necessário olhar para dentro. Ao invés de buscar fora. Interessante como este mesmo processo molda também a capacidade humana de colocar-se em marcha. Só é possível que caminhemos se andamos com as próprias pernas. Os estudos efetuados até aqui acerca do patriarcado foram referenciados, em grande medida, por estudiosas europeias. Portanto, de uma perspectiva epistemológica eurocêntrica e aqui, agradeço a contribuição destas mulheres, todas fundamentais. Mas, dando este passo percebo que, se as europeias escrevem sobre nós, nós, as latinas, também podemos. Num movimento que Galeano já versava com suas veias abertas sobre América Latina, “cresço para fora, para dentro me esqueço”. O movimento de crescer para dentro é como o das seivas das árvores, que transportam a vida naquele corredor interno invisível. Trazem da terra e carregam folhas, frutos, galhos acima. Crescer para dentro é, antes de mais nada, olhar para dentro, sentir-se em posse de um corpo, refletir – para movimentar-se. Em marcha. O próprio marxismo precisa ser apropriado culturalmente pelos povos que o leem, para que sirva de perspectiva dentro de um contexto onde a classe e o povo *de seu lugar* enxerguem os rumos da

transformação que é necessária e urgente em *seu lugar*. Compreendo o método crítico dialético como essa força/potência que possibilita, sobretudo, como o próprio Marx pontuou, a transformação da realidade na qual se está inserido.

Assim que, o percurso é sempre fundamental para saber p'onde se dirigir. As táticas e a estratégia – o horizonte para onde rumar só pode ser alcançado se ajustados os caminhos e estradas do percurso. Passamos a questionar não somente o complexo tema do patriarcado, do machismo, da misoginia. Senão também *o lugar de onde vivemos*, um país com uma história marcada por dominação exploração, escravidão, violência, saqueamento dos povos originários, depois do povo negro que aqui chegou através da diáspora africana - até hoje, seguimos um curso da história que perpetua esta ordem social de dominação/exploração/racismo/patriarcado/capitalismo. Um país onde a raça, sexo e classe (relações sociais de sexo/gênero e raça) marcam o que é determinado como inferior, submisso, um corpo a ser tomado pelo outro para o trabalho como produção e também como reprodução.

O que é a América Latina e qual seu papel na história? Uma pergunta que martela e atravessa o questionamento de diversos e diversas cientistas, sobretudo do interior deste continente. Que busca construir uma história, uma narrativa sobre si mesma e constrói, todos os dias, não somente através de uma epistemologia decolonial, mas também em seus fazer e práticas cotidianas. Se não conhecemos nossa história como é possível empenhar-nos na sua transformação? Essa é também outra questão, a central, para qualquer cientista que busca se colocar a serviço dos oprimidos e oprimidas desta terra. Para nós, faz-se ainda necessária outra pergunta: qual o papel das mulheres latinoamericanas nessa história? Qual a narrativa, qual a história que elas têm para contar sobre esse continente? Desde sua existência individual até a ancestralidade na qual estão envoltas, suas histórias, a cultura que nos faz um povo com singularidade e particularidades num todo que é o mundo. E, ainda outra pergunta que martela e que acaba por dar o tom de tudo o que se desenrola nestas páginas: qual o papel dessas mulheres na *transformação* de seu continente? Se começamos por essas perguntas é porque elas se fazem centrais em nossa caminhada, e é só a partir do momento que a pesquisadora coloca-se este questionamento que a pesquisa ganha concretude subjetiva. E a partir desta concretude subjetiva é possível desenrolar-se um estudo que olha pra si, como parte do objeto. Não um estudo que olha para o objeto desde fora.

Poderíamos, como foi pensado incansavelmente, iniciar este trabalho pela compreensão da acumulação primitiva/originária de capital. Um recorte válido para que não nos colocássemos uma tarefa grande demais, tateando aos poucos o que foi tido como “descoberto” mas descoberta por quem? Em que circunstâncias? E caminhando, passo por passo, num certo beabá já bastante elucidado por muitos dos bons e boas pesquisadoras começar pela acumulação originária parecia um caminho bastante seguro. No entanto, olhar para a América Latina a partir da chegada dos europeus causou um desconforto importante. E assim, ao debruçar-nos novamente sobre a definição de acumulação primitiva ou originária encontramos o seguinte: “*separação entre produtor e meios de produção*”. Ao olhar para a definição de acumulação primitiva é possível entender que a separação entre produtor e meios de produção neste continente se dá a partir da chegada dos colonizadores. Quer dizer que, para compreender a acumulação primitiva era necessário compreender o que havia antes da chegada dos colonizadores e - ainda assim, o importante desconforto seguia. A separação que se dá entre o produtor e os meios de produção se dá num processo, num continuum processo de porvir do que se consolidará como capitalismo dependente no continente e é premeditado por algo que aparece anteriormente. E esse elemento que abre alas à acumulação originária de capital é a estrutura de poder do colonizador. A violência colonial europeia – violência do invasor aparece assim que aportam os navios. A violência plasmada numa estrutura de poder do invasor olha para os donos e donas da terra na qual pisam como *outro*. Absolutamente outro, desumanizando-os. Assim, se dá um movimento histórico que estrutura o continente. A dialética entre violência e resistência, o movimento contraditório da realidade que se cria a partir da chegada dos colonos que constitui os colonizados, que racializa (cria uma raça superior e outra inferior), domina e explora. A racialização de nossos povos originários e a estrutura de poder global que se define a partir da colonialidade tendo como racionalidade específica o eurocentrismo permeia todo o processo de construção do que hoje compreendemos como América Latina e, em contrapartida, o que entendemos como Europa. Quijano (2005) fala sobre um novo padrão global de poder o momento em que chegam os colonizadores na América. Compreendemos que a chegada dos colonizadores marca profundamente a forma de vida social que existia até então no continente. Compreendemos que a chegada do colonizador foi um *momento predominante* na história de Abya Yala. Nós olhamos para a chegada dos colonizadores e compreendemos que há um momento predominante deste processo, pois é a partir deste determinante que podemos

compreender como se dá aquilo que passa a ser o continente latinoamericano. Ou seja, a estrutura social, econômica, política, geográfica de todo um continente pode ser compreendida a partir de um determinante. Mas não só, e assim como a produção em si não seria a chave para todos os elementos necessário de compreensão do sistema capitalista; a chegada dos colonizadores e como se desenvolvem as colônias não explica tudo. Mas explica, até certo ponto, aquilo que gostaríamos de trazer à tona que é a: como o olhar dos colonos ao continente era o olhar dos colonos ao território, era o olhar dos colonos ao trabalho, era o olhar dos colonos aos corpos dos seres humanos que ali viviam. O primeiro ponto que gostaríamos de destacar aqui e que deve ser desenvolvido ao longo destas páginas é que a terra, enquanto depositórios de riquezas naturais, como o ouro por exemplo, era vista como algo a ser explorado. O mesmo olhar se dava com relação a quem deveria ser explorado para explorar a terra. Os indígenas não somente conheciam a terra, mas conheciam os meios de viver da terra extrair algo de “valioso” daquela terra. O corpo dos indígenas passa a tentar ser dominado pelos colonizadores e uma atividade; o trabalho. Até aqui, não fizemos distinção de sexo/gênero. E é agora que adentramos um pouco neste tema tão central. Há que se efetuar este recorte porque, sendo as mulheres, capazes de gestar vida, somente sob elas havia de cair uma outra espécie de violência. A da reprodução, segundo a ótica dos colonizadores, as mulheres indígenas gerariam os primeiros “filhos da terra”.

Federici ao apresentar a centralidade da vida das mulheres para a acumulação primitiva ou originária de capital fala como foi fundamental não somente retirar sua capacidade de sustentar a si mesmas, trabalharem na terra como fizeram durante séculos - no caso das mulheres camponesas na Europa; como também, efetuando particular leitura das mulheres nas colônias, retirando as mulheres do seio de suas comunidades, recorrendo a estupros como punição e, efetivamente, utilizando os ventres das mulheres para povoar de descendentes colonos o novo mundo.

São inúmeras as referências que falam sobre a violência do colonizador com relação às mulheres, seus corpos e territórios na história, escolho uma pesquisadora brasileira que faz uma historicidade do Brasil e da vida das mulheres. Priore demonstra em seus estudos a vinculação entre mulher e terra (meios de produção/reprodução) que exercem os colonos diante do “novo” continente. Priore (1993, p. 333) sustenta que a história da mulher no período colonial passa pela história do seu corpo e de uma vinculação imediata, pela visão dos colonizadores, de que o corpo das mulheres pertencia ao território conquistado. As mulheres, para ela, não foram “mais do que

seus próprios corpos, corpos que são terras desconhecidas, territórios impenetráveis e que foram durante séculos auscultados, mapeados, interrogados e decodificados pela imaginação masculina”. A associação entre a mulher e a terra, portanto, envolvia os mistérios que o corpo feminino e que o território desconhecido invocavam; envolvia também a sensação de magia, de segredo e do desconhecido que a gestação e a menstruação sugeriam (PRIORE, 1993) eram as mulheres indígenas as maiores responsáveis pela plantação, pela colheita, pelo preparo dos alimentos. Passou também seu corpo a ser território de conquista com a chegada dos portugueses e espanhóis, que viram nas indígenas uma forma de povoar a terra conquistada, explorando não somente sua força de trabalho ligada a agricultura, mas também seus corpos na reprodução daqueles que seriam os primeiros brasileiros.

O Brasil e a América Latina se tornariam palco também da escravidão dos povos vindos de África através da diáspora e são inúmeros estudos que dão base a compreensão que também este trabalho carrega.

Ao longo de todo o trabalho serão apresentados trechos das entrevistas, como compondo um grande corpo, as entrevistas compõem a carne deste corpo, ilustram, demonstram objetiva e subjetivamente o objeto do trabalho e seus objetivos.

No primeiro capítulo buscamos apresentar como a pandemia se torna um disparador do aprofundamento da crise capitalista, como as condições de desigualdade, pauperidade, injustiças - como as próprias expressões da Questão Social - são disparadas pela crise sanitária que nada mais é do que mais uma camada da crise estrutural do capital. Ao mesmo tempo, nos interessa o recorte de como a vida das mulheres é atravessada por esse disparador e quais as consequências no cotidiano das mulheres. O recorte didático das categorias ganha um momento predominante no corpo - entendendo que através da nossa corporiedade que ocupamos e sustentamos as categorias território/terra e trabalho. É também no primeiro capítulo que nos utilizamos dos dados colhidos acerca da vida social latinoamericana na pandemia e ao mesmo tempo de trechos das entrevistas que nos auxiliam a compreender como as mulheres falam de si mesmas, de suas vidas e cotidiano.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar teoricamente as bases nas quais sustentamos nossa perspectiva acerca da estrutura social racista, patriarcal, capitalista; além de demonstrar como a colonialidade do poder e do ser sustenta a criação da Europa, da América Latina do Caribe. É também neste capítulo que apresentamos nossa perspectiva das relações sociais de

sexo/gênero , raça/etnia e classe social. Além disso, relacionamos o capitalismo dependente e, especificamente, o reflexo da formação social dependente na vida das mulheres na América Latina e Caribe. Ao fim deste capítulo buscamos transformar a perspectiva da violência através do questionamento acerca de quem são os considerados selvagens e quem realmente é selvagem, convocando autores como Fanon, Vergès, Dorlin, Audre e Bell – buscamos debater sobre a violência, a autodenominação, os usos criativos da raiva, as teorias de auto-defesa e a construção de uma ética amorosa que retomaremos ao fim deste trabalho.

No terceiro e último capítulo, vamos tecendo e arrematando a composição, buscando construir um tecido forte, conciso, mas também fluido, reflexivo, generoso e aberto à novos conhecimentos, insights e histórias. É neste capítulo que buscamos olhar novamente para o objeto da pesquisa e seus objetivos específicos. De nossa pergunta de pesquisa acerca de como as mulheres latino-americanas *atravessam* a pandemia compomos a hipótese de que elas atravessam se organizando coletivamente e cotidianamente e que essa organização e resistência levam-nas a atingir uma perspectiva de emancipação e chegamos ao nosso objetivo? Afinal de que forma as mulheres atravessam a pandemia e como esse atravessamento dialoga com as resistências em torno do comum, da vida comunitária, do bem-viver da emancipação. Buscamos desatar alguns nós, mas outros são estruturantes e só podem ser desatados em marcha, em movimento.

Na conclusão apresentamos o corpo, a ossatura, a carne – o tecido do ser, a terra e vida. E aí partimos para o sonho. Nas tradições indígenas de Abya Yala o sonho é parte constitutiva da realidade, se entrelaça com o que a tribo vive na vigília, com as grandes batalhas, com o plantio e a colheita, com as alianças e as guerras.

Mulheres no corpo: território e trabalho na América Latina

Aníbal Quijano (2005) refletindo sobre o que é a América Latina e o Caribe afirma que não há Europa sem América. Ou seja, que há uma relação imbricada entre as o explorador e o explorado. Entre o que *se torna* a Europa após a invasão das Américas e seu saqueamento. E é válido salientar que a colonização, o saqueamento, a violência a dominação/exploração jamais ocorreram sem resistência dos povos do continente latino-americano.

Compreender epistemologicamente a América Latina significa compreender o conhecimento que se produz a partir da relação entre sujeito (ser pensante) e objeto. A busca por uma epistemologia do continente abriu novos horizontes de pesquisa. Pois foi a partir do acesso a uma série de autores e autoras que *pensam desde dentro* e que, portanto, alargam os horizontes da pesquisa. Neste sentido, foi fundamental buscar uma metodologia que se relacionasse com aquilo que há de próprio da América Latina enquanto produção de conhecimento. Foi através da leitura de Oscar Jara, que apresenta uma metodologia de pesquisa que olha pra pesquisa como Sistematização de Experiências – ou seja, a pesquisa não como algo estático e pré-determinado; mas como um *processo* um processo pedagógico. Onde a postura do pesquisador é uma *postura político pedagógica para a transformação*. E onde a pesquisa ganha vida, é dinâmica e cabe reflexão constante da pesquisadora acerca de seus rumos e daquilo que se pré-estabelece enquanto objetivo e objetivos. Assim que, ao construir o processo de pesquisa onde colocamos as entrevistas junto de mulheres de comunidades, movimentos sociais e organizações como a espinha dorsal da tese, temos um desafio gigante, que é conseguir a partir desta estrutura desenrolar os fios condutores das categorias às quais -elas deveremos compreender: o cotidiano e o comum, a resistência e a emancipação.

A tese é assim filha da necessidade de compreender a heterogeneidade da América Latina a partir de um olhar comum sobre o patriarcado e a vida das mulheres. Inicialmente, compreender de maneira mais profunda a formação social da América Latina e a unidade que pretendemos estabelecer entre esse continente heterogêneo, entendendo que há pontos de confluência como a *colonização, a escravidão e o capitalismo dependente*. Assim, passamos a olhar para a América Latina como um espaço geográfico, social, político, histórico, cultural que existe antes de haver sob esse lugar um olhar ocidental e europeu. Ou seja, que a América Latina pensa e fala sobre ela mesma e que precisamos conhecer e compreender o que pensa e o que fala – o que vive.

A busca por pensar acerca da realidade latinoamericana e o esforço por compreender melhor os objetivos de nossa pesquisa trouxeram uma série de reajustes ao próprio. A primeira grande questão que surgiu foi: para que estudar acerca deste fenômeno? O que leva a pesquisadora a olhar para esse objeto e qual seu objetivo; seus objetivos? Para essas perguntas não foi difícil encontrar resposta e talvez por isso tenha sido mais simples compreender que o caminho tomado anteriormente estava equivocado. A questão central é a *emancipação das mulheres*, não aquilo que

o opressor faz para subjuga-las. E se a questão central é a emancipação das mulheres, porque o pensamento e a forma de olhar o objeto de pesquisa estava colocado a partir do olhar do opressor, do patriarcado, do colonialismo?

Chegamos a conclusão que para que uma pesquisa sobre as mulheres e sua emancipação deveria necessariamente ser dedicada a ouvir mulheres. E se a importância desta pesquisa pode ser comprovada e utilizada para refletir acerca da emancipação das mulheres ouvir as mulheres num determinado recorte se faz fundante. O recorte estabelecido: ouvir mulher sobre seus *processos de resistência*. Mas porque no processo de resistência? E o que as mulheres fazem no cotidiano?

O projeto de pesquisa passa a reorganizar-se em torno da emancipação das mulheres e de suas formas de atravessar o contexto pandêmico na América Latina. Faz-se necessário por suposto compreender que a *resistência* é o caminho para emancipar-se. Mas não só, é fundante também compreender que a resistência dos povos está vinculada a outra categoria que devemos desenvolver e explicar ao longo desta tese que é a *violência*.

Estabelecemos um recorte didático para iluminar a vida das mulheres, destacando como a vida em si, perpassa toda a existência humana e está relacionada ao todo. Nesse sentido, pensar acerca da vida das mulheres no território, no trabalho e no corpo significa para nós compreender a vida da mulher como todo, através das suas partes que estão articuladas entre si. Sendo que, diante destes três, há o corpo que se faz como um recorte predominante. É através do corpo que se corporificam as experiências subjetivas tanto no território quanto no trabalho. Um território é habitado e percorrido por um corpo. O trabalho é exercido por um corpo. E estes três recortes têm como intuito demonstrar que este corpo têm sexo/gênero, raça/etnia e classe. Qual o papel das mulheres na defesa e resistência daquilo que chamamos, baseados nos estudos de Federicci, de *comum*? Entendendo que as mulheres tem uma larga e profunda vinculação com aquilo que é de defesa comum na sociedade como o território e a terra, a educação, o meio ambiente, o fruto do trabalho. Mas estende-se para além disso, compreendendo o papel do *comum* no cotidiano de transformação e na ruptura brusca com a ordem das coisas pelas oprimidas e oprimidos. Assim, o recorte didático que apresentamos e que não está desvinculado de uma compreensão que nos dá base que é a estrutura racista, patriarcal e capitalista; território, trabalho e corpo estão imbricados enquanto categorias e formam um complexo de complexos.

Território, trabalho e corpo; três complexos de complexos tomados pelos opressores como coisa privada para explorar, saquear, violentar. A resistência das mulheres em torno destes temas é fundamental, central e ancestral. A resistência das mulheres anti-sistema, onde se organizam em lutas antipatriarcais, anti-imperialistas, anticapitalistas, anticoloniais, antirracistas ganha contorno central na abordagem de nossa pesquisa.

A centralidade do corpo-território em nossa análise e como se sustenta a espinha dorsal deste trabalho através do corpo que é natureza, território, trabalho, cuidado, lugar-comum, transformação e Bem Viver

CORPO-território

TERRITÓRIO-terra

TERRA-trabalho

TRABALHO-Cotidiano

COMUM-BEM-VIVER

COTIDIANO-Comum

COMUM-Comunidade

terra-corpo

território

BEM-VIVER

trabalho

comunidade

O bem-viver é como uma proposta viva no presente. Guzmán fala sobre querer viver bem, construir o bem-viver não daqui há 20 anos, mas todos os dias. E isso inclui, necessariamente, a busca por transformar o cotidiano. Os pequenos e cotidianos hábitos, fazeres, trabalhos. Nesse sentido, o bem-viver como horizonte utópico não se aplica, na medida em que, se faz e quer fazer todos os dias através das ações. Assim como a vida em comunidade.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Habla América

O primeiro capítulo da tese apresenta as entrevistas realizadas no ano de 2020 ao longo da pandemia de COVID-19 como espinha dorsal da pesquisa. A partir das falas das mulheres entrevistadas traço uma linha de tempo dos acontecimentos e dos pontos centrais que elas vão levantando ao longo de suas falas. Tomo a decisão de apresentar inicialmente o corpo do estudo vinculado com as entrevistas e com as categorias apresentadas na introdução como forma de trazer à tona o papel empírico enriquecedor da pesquisa. Ao mesmo tempo, vou costurando as principais categorias com o território América Latina, apresentando o trabalho como categoria fundante do ser social e o corpo como centralidade, instrumento e pulsão de existência e ação no mundo.

Compreendendo a América Latina como um corpo-território, que carrega identidade, raça, sexo/gênero e classe social e compreendendo as relações como relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe as páginas seguem o caminho não-linear e sim espiralado do método dialético – o concreto, o abstrato, a volta ao concreto-pensado. Apresento no primeiro ponto todo o contexto de crise social, política, econômica, cultural, humana que já se vive no capitalismo e como a pandemia aprofunda todas essas questões e nos coloca, às mulheres, na linha de frente do combate cotidiano, da construção de alternativas, das resistências e da vida comum. O quanto essa lente de aumento das desigualdades se afasta ou se aproxima da vida que as mulheres já viviam anteriormente. Apresento também neste ponto o papel do Estado – algo que, inicialmente não constava em nossa pesquisa como categoria – mas que se faz necessário a partir do que as entrevistas trazem de material a pesquisa. Assim, discutimos também o Estado burguês, sua necropolítica, o genocídio e o papel de poder que cumpre no contexto pandêmico e no capitalismo.

É neste capítulo que apresento as categorias Terra, Território-identidade; Trabalho, Corpo – sempre alinhavando e explicitando as entrevistas e os pontos onde as entrevistas se entrecruzam com a teoria, tornando a pesquisa *práxis*. O último ponto deste capítulo avalia os enlaces propostos pela pesquisadora e como estes enlaces estão alçados na realidade vivida pelas mulheres em seu cotidiano. O primeiro capítulo da tese têm por objetivo demonstrar o quanto a pesquisa em si está entrelaçada com a vida cotidiana das mulheres, os temas mais centrais que as mulheres vivem em seu cotidiano, com suas resistências, existências, onde transitam, com o quê e como trabalham,

como vivem seu corpo e identidade. Este capítulo cumpre o papel de convocar - através dos dados, das entrevistas e da reflexão acerca das categorias – para a reflexão que conduz à prática crítica e criadora que nos sustenta a refletir e construir possibilidades de transformação da realidade na qual estamos inseridos.

O abre-alas da tese traz o capítulo central de número dois que apresenta a estrutura teórico-metodológica das principais categorias que sustentam a tese. O terceiro e último capítulo enlace os dois mundos, buscando construir caminhos e trincheiras de esperança e ação na luta das mulheres, que é a luta do comum, da comunidade e bem-viver.

1.1 A PANDEMIA

Pandemia, espelho das desigualdades

A pandemia não parou as mulheres -
Alice

A pandemia de COVID-19 que iniciou no fim do ano de 2019 na China impactou profundamente a vida em sociedade. Nos importa relacionar estruturalmente a crise imposta pela pandemia como parte da crise do capital a qual estamos subjetiva e objetivamente impactados desde a década de 1970 e que vem ancorando a cada década novos patamares. Segundo Redon e Campos (2021)

Queremos enfatizar que a atual crise do capital não pode ser explicada apenas pela crise de saúde; estruturalmente, o capitalismo vive em crise desde os anos 1970: “[...] crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituinte ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p.796). Agora, estamos diante de mais um agravamento desse quadro, numa clássica crise de superprodução, como nos esclarece a professora Virgínia Fontes: Antes de falar da crise sanitária, é preciso lembrar que já estávamos ingressando numa nova crise capitalista, de novo por superprodução de capitais, pois o enorme volume de capitais, sob forma de títulos ou de dinheiro, que precisam se valorizar, já estavam implodindo a vida social. Longe da falaciosa versão de que ‘vínhamos crescendo e o vírus pode

atrapalhar’, apresentada por Trump e por Bolsonaro, a crise já estava em curso, e era anunciada pelos próprios economistas burgueses (FONTES, 2020, não paginado). (REDON, SILVIO APARECIDO; CAMPOS, ELIANE CHRISTINE SANTOS DE, 2021, p.263)

Assim como nos importa também compreender a pandemia como lente que amplia as desigualdades e desvela a tão injusta realidade do capitalismo, do racismo e do patriarcado. Fica evidente, diante dos dados levantados em escala mundial e também no continente latinoamericano como os principais impactos da Pandemia ocorrem nos países considerados de “terceiro mundo”, para nós - países superexplorados e de economia dependente – segundo a OIT cerca de 70% dos trabalhos em 2021 eram informais. Demonstrando que a ampla maioria do trabalho hoje em nosso continente não tem nenhuma segurança formal ou garantia de direitos trabalhistas. A pandemia pode ser considerada, no mundo do trabalho e para o nosso continente, como um golpe duríssimo de perdas de direitos trabalhistas e aprofundamento das condições indignas de vida. O relatório da OIT também aponta que

[...]as medidas necessárias para enfrentar a crise sanitária tiveram como correlato forte impacto na destruição das ocupações informais e na perda de renda das pessoas que trabalhavam nessas condições, que se encontravam sem redes de proteção social e sem possibilidade acessar os programas de redução de horas de trabalho ou o teletrabalho. Em muitos casos, isso levou até mesmo a uma redução temporária das taxas de informalidade em alguns países.

Sabemos, diante deste quadro que a vida das mulheres negras é a mais atingida, e também neste cenário; segundo a pesquisa desenvolvida pela OIT:

A nota técnica da OIT também afirma que as mulheres, os(as) jovens e as pessoas com menores qualificações qualificados foram desproporcionalmente afetados pela contração do emprego e da renda, e são as pessoas mais fortemente afetadas pelos impactos da crise sobre a desigualdade e o aumento da pobreza na região.

Nesse sentido também nos apoiamos em Harvey (2020)

assim o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente

camuflados na retórica de que “estamos todos juntos nisto”, as práticas, particularmente por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sinistras.

Nesse sentido e corroborando com estudiosos e estudiosa como Fontes (2020) e Harvey (2020) baseados nos estudos de Marx acerca da crise intrínseca a ordem capitalista, compreendemos que, estando na base da manutenção deste sistema as crises do capital são crises de superprodução. Antes da pandemia e como exemplifica Fontes, a própria crise e a superexploração da natureza, destruição dos recursos naturais, dos biomas, avanço das cidades sobre as áreas de preservação etc, são componentes importantes na instauração das pandemias e problemas sanitários. Entendemos que a crise sanitária instaurada pela pandemia vem aprofundar a crise estrutural do capital. Para Harvey (2020, p.15) o capital modifica as condições ambientais, mas o faz de forma não intencional, ao ponto que, as circunstâncias nas quais um vírus se torna uma ameaça à vida depende das ações humanas. Nesse sentido, a vontade política, o papel do Estado se tornam também centrais na nossa discussão – “o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico”(idem, p.16).

Corroborando com alguns pontos que apresentamos acima (PINTO E CERQUEIRA, 2020)

A COVID-19 não é o elemento-choque que causa a crise, ela é a inflexão numa crise que já estava em curso. México, Japão, Argentina, África do Sul, já experimentavam recessão econômica. EUA e Reino Unido já tinham desaceleração; houve queda na produção industrial de 20% na Alemanha e de 12% nos EUA antes da pandemia. (p.43)

Alia-se as condições estruturais do capital, a sua crise estrutural e a pandemia como detonador de condições ainda mais cruéis de vida a prática política dos governos na América Latina e Caribe. No primeiro capítulo desta tese apresentamos uma série de dados nesse sentido, mas nesse momento gostaríamos de pontuar que a forma com que os governos lidaram com a pandemia tiveram impacto profundo na quantidade de vidas poupadas ou perdidas, sendo que, em nosso continente o Brasil se destaca de forma muito revoltante. O governo Bolsonaro, não só contribuiu para a ampla e massiva contaminação da população, mas também estimulou ainda mais mortes – apresentando como uma das medidas de “prevenção” um medicamento que comprovadamente não só não auxiliava na prevenção do vírus como poderia levar a óbito em alguns casos. Nesse sentido,

também apresentamos a necropolítica e o genocídio de Estado como pontos fundantes e centrais da pandemia em nosso continente, país e em diversas partes do mundo – como em algumas regiões do continente Africano, Índia, entre outros. Diante deste quadro, as entrevistas que apresentamos e os trechos que escolhemos elucidar, falam de uma ação comunitária em torno da prevenção, da distribuição de cestas básicas e da divulgação e promoção de saúde básica.

1.1.2 A Seletividade do Estado burguês capitalista

“[...]Então a gente sabe que esse Estado tá aí sempre presente na nossa vida para nos massacrar. A gente sabe que é uma seletividade, o Estado é quem decide quem vai preso quem vai ser morto.” - Railda

A política dos Estados latinoamericanos e também do Estado brasileiro, corroborando com Mckinnon (1989) sustentamos que o Estado trata as mulheres como os homens as veem e constrói e estrutura as leis a partir desta mesma perspectiva. O Estado dirige suas ações de forma autoritária, coagindo mulheres em favor do poder de dominação dos homens cumprindo uma função sempre em favor de uma raça, sexo/gênero e classe social e contando com um aparato repressivo a seu serviço. O Estado, embora represente os interesses da classe dominante, também é local de disputa, porque também é constituído de relações contraditórias. Assim que, a violência do Estado é destinada a uma classe, gênero e raça e isso pode ser constatado em diversas dimensões da vida social.

O Estado é parte da estrutura que organiza a vida social, econômica, política e sustenta a sociedade colonial, racista, patriarcal capitalista.

[...] em resumo, milhares e milhares de situações tragadas por um discurso nacional de um país onde as desigualdades, as violências do Estado, o racismo e o sexismo organizam a vida social há anos. Os/as habitantes dos bairros populares, em sua maioria racializados/as, são os/as mais assediados/as pela polícia, os/as mais vigiados/as, os/as mais acusados/as de não obedecer as medidas do governo. [...] O confinamento é uma política dos ricos, Ele é

apenas um exemplo, entre tantos outros, de uma organização de mundo fundada sobre a exploração e a fabricação de vidas supérfluas. (VERGÈS, 2020, p.22)

Caracterizar o Estado na América Latina e como a pandemia é um detonador importante das contradições já sustentadas pelo capitalismo: trabalho super explorado, invisibilizado das mulheres; território/terra, soberania; corpo no coloca diante da definição acerca da Necropolítica e do Genocídio.

1.1.2.1 A necropolítica do Estado e o genocídio no contexto pandêmico

Usam qualquer forma pra nos
apagar, isso acontece desde 1500
– Joana

Apresentaremos alguns trechos que elucidam exatamente como caracterizamos o Estado latino-americano e brasileiro e, especificamente, no contexto e cenário atuais. Josi fala sobre como é ser mulher e estar nessa sociedade: “Então sem políticas públicas um governo onde só massacre as mulheres e isso desde o governo federal até os governos municipais é muito difícil”

Débora está se referindo ao descaso do Estado com a juventude negra periférica e o encarceramento. E, posteriormente ela fala sobre a culpa que a mãe carrega por seu filho estar preso: “[...]Mas a gente tira isso da cabeça dela, ela não é culpada. Porque tem um Estado, tem uma política de extermínio de encarceramento, de tortura, de desaparecimento forçado.”

A política de morte ou necropolítica (MBEMBE, 2018) elucida de forma muito profunda o papel que cumpre o Estado capitalista ao atender os interesses das classes dominantes. Para o autor, que analisa o Estado a partir da perspectiva do racismo estrutural, há corpos sob os quais é permitido exercer a violência, a dominação, a morte, a falta de assistência. As denúncias relacionada ao Estado, sua necropolítica e o genocídio contínuo e sistematizado destinado à uma determinada população – que tem raça, sexo/gênero e classe – nos servem importantemente nesse sentido.

Ao analisar as entrevistas encontramos essa realidade.

Joana apresenta como o vírus covid-19 se torna o que ela define como “aliado” do governo Bolsonaro no Brasil:

O que entendemos com isso é que é um apagamento de história, o coronavírus é um forte aliado ao governo no Brasil. Essa morte simbólica, tirar nossas terras, forçar a migração pras cidades, é como passarinho, que vive livre na natureza e é colocado numa gaiola ele vai morrer ou quando ele sair dali ele vai pra natureza e vai morrer porque não vai saber como sobreviver. Então, o coronavírus veio pra ser um aliado do governo Bolsonaro.

Nesse ponto, trazemos também um trecho da entrevista de Alice que fala sobre a negligência do estado do Rio Grande do Sul com a assistência aos povos indígenas:

[...] Então a gente teve a campanha de arrecadação dos alimentos produtos de higiene e limpeza ou de cestas básicas, roupas, álcool gel, máscaras - então a gente vem fazendo esse trabalho nos últimos oito meses. Entregamos mais de 900 cestas básicas. porque gosto de falar que também é importante deixar colocado em todas as comunidades que nós atendemos é porque nós temos Muitas comunidades indígenas aqui no Rio Grande do Sul.

A teoria, o estudo, deve ser um instrumento. Um instrumento para que seja possível a reflexão acerca da realidade na qual estamos inseridos. E essa reflexão, tem como intuito a transformação da realidade, a mudança, a revolução das estruturas de poder. É nesse intuito que apresentamos o debate do Estado, inicialmente, não constava em nosso plano de estudo, pesquisa e tese. Mas ao longo das entrevistas esse elemento aparece de forma muito pungente. Ao mesmo tempo, compreendendo a pesquisa e a teoria como objeto em movimento, também nos toca que a realidade tenha trazido este tema como denúncia. O Estado burguês capitalista é o Estado das classes dominantes, e com isso, não estamos defendendo que não deve ser disputado ou que não há possibilidades de pequenas conquistas no interior do Estado – ou mesmo a necessidade de lutar e garantir direitos mínimos, básicos. A questão central, que tentamos expressar é que o Estado, enquanto estrutura de poder dominante, destina sua violência para o povo. E este povo tem sexo/gênero, raça/etnia, classe. As categorias Estado Genocida e Necropolítica nos auxiliam nessa compreensão. No capítulo II aprofundaremos essa perspectiva vinculada ao capitalismo dependente. Também gostaríamos de apresentar como esse processo se dá nos momentos de crise sanitária, como o caso da pandemia de COVID-19.

1.2 Habla America

Minha fala noutra boca: o que os dados falam sobre a vida das mulheres latinoamericanas antes da pandemia

O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua práxis, no exercício da violência, em seu projeto de libertação

— Frantz Fanon

Compreendendo a centralidade da vida das mulheres na construção de um futuro emancipatório e seu papel, também central na construção cotidiana do “comum” ou comunitário defendido aqui desde a perspectiva das mulheres é fundante neste momento em que atravessamos a maior pandemia mundial da história da humanidade, pois as lutas de resistência travadas pelas mulheres acabam por construir uma identidade coletiva delas por elas mesmas e formam um “[...]contrapoder em casa e na comunidade e abrem um processo de autovalorização e autodeterminação com o qual temos muito o que aprender” (FEDERICI, 2019, p.315).

Sempre que há uma crise a vida das mulheres é profundamente atingida; não só naquilo do qual fala Simone De Beauvoir, na retirada de direitos, mas sobretudo no aprofundamento das dificuldades, precariedades, a barbárie na qual vivem a maioria das mulheres no mundo. Num continente como a América Latina essa máxima que Simone apresenta sobre a vida das mulheres ganha um recorte específico, um recorte singular de aprofundamento. Basta um momento de crise que aprofundam-se as formas históricas de opressão, dominação e exploração racializadas – ou seja, dos povos originários, das diversas etnias africanas da diáspora, e pobre e periférico, das mulheres e também das crianças. Somos um continente dependente e as consequências de uma crise sanitária neste momento da história poderia ter outras dimensões não fosse um padrão social de superacumulação e superexploração que assola a América Latina.

Este padrão faz com que aquelas e aqueles que mais sofrem no seu cotidiano, sofram ainda mais. Faz com que a população que mora em comunidades, em favelas, em vilas próximas aos grandes centros urbanos e nos centros urbanos fiquem mais vulneráveis, morram mais – seja pelas condições impostas pelo vírus seja pela fome que assola pelo menos metade da população brasileira

e latino-americana. Segundo dados de 2018 da OIT 53% da população latino-americana trabalhava de maneira informal no continente. Há ainda dados divulgados pela OIT e CEPAL sobre a volta à situação de pobreza pós pandemia para cerca de 23,8 milhões de pessoas, neste mesmo relatório apresentam que as mulheres tem uma taxa de trabalho informal 2,5% a mais que os homens. No mesmo estudo há dados estarrecedores como o de 37,7 milhões de pessoas que terminarão o ano de 2020 sem emprego e 83 milhões de pessoas terminarão o ano de 2020 na extrema pobreza.

Sabemos que as mulheres estão vivendo na linha de frente o aprofundamento das condições precárias de vida – em meio a uma pandemia de proporções ainda não vistas nosso continente é ainda mais arrastado e condicionado por sua história de saqueamento, de violência, de racismo, de machismo homofobia, xenofobia. Os dados alarmantes demonstram que aqueles e aquelas que mais sofrem são os que foram historicamente saqueados, escravizados, violentados, usurpados, dominado e explorados.

A América Latina, Segundo a ONU, é o lugar mais perigoso para as mulheres (que estão fora de uma zona considerada de Guerra). Este dado por si já é alarmante. No entanto, ele pode ainda ser mais nefasto e devastador. Dados colhidos pelo Observatório da Segurança demonstra que no período de 15 dias de isolamento social durante a pandemia as mortes no RJ caíram 60% demonstrando que há outros cenários de Guerra que fogem das estatísticas. Há muito tempo se estuda e revela através de dados da realidade como vivemos no Brasil e América Latina um extermínio do povo negro e índio, dos povos originários e dos povos que foram trazidos de seu território até o Brasil escravizados e que permanecem a margem de uma sociedade excludente e que tem como marca estruturante o racismo. Há diversos estudos e teóricos que apontam para a Guerra contra o povo negro das favelas e o genocídio perpetuado pelo Estado nas áreas vulneráveis dos grandes centros urbanos. Assim como também há denúncias apresentadas com relação aos povos indígenas. Nesse sentido, alargando o olhar, é possível estabelecer um recorte de que vivemos um estado de permanente genocídio da população jovem negra, também dos povos originários, da população LGBTQi+.

1.3. Terra, território e identidade – onde transito?

Compreendemos o território como uma das categorias centrais em nossas análises, primeiramente porque em nossa perspectiva, aliadas a perspectiva dos povos originários o território é parte da cultura, da vida em si, de como os seres sociais produzem e reproduzem a si mesmos e ao sistema onde estão inseridos.

Essa categoria teve destaque em algumas entrevistas mais do que em outras, nesse sentido, algumas falas foram de extrema importância para que as mulheres comunicassem como elas veem, sentem e vivem o território. A terra, na perspectiva dos povos originários, é viva – dá de comer, sustenta a todos os seres vivos. Aliamo-nos a isso como sustento. O território é parte da cultura, sendo também um espaço de existência e resistência para os povos originários, mas não só – para os povos de maneira geral. A identidade é como construímos nossa subjetividade, o que fazemos com o que somos, como nos colocamos diante do outro. A terra da perspectiva dos povos africanos e a influência disso na perspectiva que defendemos acerca do território e da terra comum.

Para compreender a perspectiva de território na qual baseamos nosso estudo utilizaremos a perspectiva dos povos originários. Inicialmente, gostaríamos de demonstrar auxiliadas por Jacupé (2020) que para os povos indígenas:

[...] a origem da tribo humana está intimamente ligada à formação da Terra, assim como o tempo está intimamente ligado à formação da humanidade. O tempo organizou o espaço dos ancestrais [...] A formação da terra está ligada ao coração do Sol, da Lua e das estrelas. Na consciência indígena, tais seres também fazem parte do grande conselho dos ancestrais, de maneira que pertencemos, pela memória e pelo sangue, também à parte descendente. Essa visão pode ser chamada de “cosmologia nativa”. (p.33)

A terra é uma categoria central também para a teoria marxista e os cercamentos das terras comunais na Europa foram fonte dos estudos de Marx na acumulação primitiva e desenvolvido recentemente nos estudos de Federici (2020)

De acordo com a tradição marxista, os cercamentos foram o ponto de partida da sociedade capitalista. Eram o dispositivo básico da “acumulação primitiva”, que criou uma população de trabalhadores “livres” de qualquer meio de reprodução e, portanto, obrigados (em dado tempo) a trabalhar em troca de salário. (FEDERICI, 2020, p.62)

Nos interessa adentrar por um momento neste tema porque retomaremos este tema no capítulo terceiro, por hora, é importante apresentar que a terra comunal, a lei dos cercamentos na Europa enquanto dispositivo básico de acumulação originário de capital é um tema central, categoricamente falando, é ponto central da vida em comunidade, do trabalho, da cultura. E, além disso, é ponto de enlace entre os acontecimentos na Europa ocidental e a invasão do colonizador no território Abya Yala. Neste sentido, utilizamos a categoria território como uma categoria de análise epistêmica do território Abya Yala (ALMEIDA & SILVA, 2015).

Federici também fala sobre como a acumulação originária de capital é algo que não cessa, que não deixa de terminar. Analisemos o que ela nos diz

A acumulação primitiva, ou melhor, originária, é a estratégia à qual a classe capitalista sempre recorre em tempos de crise, já que expropriar trabalhadores e expandir a mão de obra disponível para exploração são os métodos mais efetivos para restabelecer o “equilíbrio adequado de poder” e obter a supremacia na luta de classes. (2022, p.154)

Aliamos a nossa análise a compreensão acerca do território a partir de uma perspectiva afrocentrada; utilizando a compreensão de Oyewumí (1997) sobre a perspectiva ocidental sobre a cultura dos povos Yorubá e também Nascimento (2018) que nos apresenta a perspectiva da identidade como territorialização da subjetividade (NASCIMENTO, 2018, p.423). Para Hooks (2017)

A política de identidade nasce da luta de grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição a partir da qual possam criticar as estruturas dominantes, uma posição que dê objetivo e significado à luta (p.120)

1.3.2. O território, a terra e a cidade - como a vivência dos espaços reafirma lugares de poder, exclusão e dominação

A cidade é só pra seguir na escravidão -
Débora

O território é um marcador fundamental para compreender a violência, assim como sexo/gênero, raça e classe social. Muitas vezes essas categorias se mesclam determinando umas às

outras. Um exemplo são as classes distribuídas em determinado território num grande centro urbano. A densidade demográfica de um bairro rico da maior capital do Brasil demonstra que, enquanto no Morumbi a densidade é de 4.119 (habitantes por km²) no Capão Redondo é de 19.759 (habitantes por km²). O mapa da desigualdade divulgado no fim do ano de 2019 também aponta para uma diferença de sobrevivência de até 23 anos de um habitante do Morumbi em comparação com um habitante da Cidade Tiradentes (Zona Leste da capital paulista).

Assim se torna palpável compreender porque, na vida das mulheres e do povo trabalhador, como as categorias utilizadas para o debate científico, teórico, sociológico, social, cultural, antropológico estão no cotidiano das pessoas sendo determinados e determinando a si mesmos num movimento espiral contínuo. Uma mulher, mãe, chefe de família, moradora da Cidade Tiradentes que trabalha informalmente vendendo café e bolo na saída do metrô diante da pandemia se vê atravessada pela realidade de todas essas categorias. Ela se vê determinada por uma realidade que a coloca dentro de uma casa na cidade Tiradentes com dois cômodos e 3 crianças. Ela se vê determinada por uma realidade que seus filhos dentro de casa sem escola, ela se vê determinada pela realidade que tira dela a possibilidade de colocar comida na mesa. Ela se vê determinada pela impossibilidade de cumprir uma quarentena, ela se vê dentro de casa com um potencial violador de seus direitos e dos direitos das crianças. Ela se vê impossibilitada de acessar os serviços de saúde pois estão superlotados, de acessar os serviços de assistência social porque estão sucateados e porque não há *vazão* para toda a demanda que surge deste complexo de contradições que impõe à vida social no capitalismo determinado pelo racismo patriarcal.

Débora fala sobre como as mulheres vivem o território

[...] mulher de favela e periferia não têm direito à cidade. O direito que o estado joga, que essa sociedade joga é cada vez mais pra dentro da favela e da periferia, então qual é o direito que ela tem à cidade? Muitas vezes o que me vem à cabeça é que ela tem direito ao fazer o consumismo, aí ela tem direito a cidade. Pra o consumismo, pro capital, ou então pra servir de escrava, trabalhar né? A cidade é só pra seguir na escravidão

Quando Alice fala sobre a construção da luta dos indígenas no contexto urbano e a relação desta luta com a preservação do território, da demarcação das terras: “Então esse e esse é o é o foco

é o quê é coisa do estarmos Central dito fazer lutas que a também para tá falando e auxiliam né os parentes que estão lá dentro de suas comunidades em fim dos seus territórios”

Joana sobre o mito de que no território do Piauí não existiam indígenas

[...]Só que era uma grande mentira, todos os indígenas que viviam no Piauí naquela época foram mortos e os que sobreviveram fugiram para outros lugares mais escondidos dentro do Piauí ou para os estados vizinhos. [...]Só fomos reconhecidos pela FUNAI em 2018. Eu tô falando de 518 anos depois da invasão desse país. Só depois de 518 anos indígena Piauí foi reconhecido pela FUNAI, ou seja, pelo estado brasileiro e isso é um problema muito sério que a gente carrega. [...] Os povos indígenas lutam por muita coisa, mas nossa principal luta é pela demarcação das nossas terras.

E sobre a violência sistêmica, do sistema capitalista racista patriarcal que está diretamente ligado com a usurpação do território indígena, a exploração do território, a dominação e a não demarcação.

Nos matam quando não conseguimos produzir conhecimento, nos matam quando a gente não consegue as demarcações de terra. Quando falam da demarcação atemporal, que as terras são só para os indígenas que estavam nas suas terras em 1988. O Brasil não começou em 1988, quando chegaram aqui, nós já estávamos nesse território. A pandemia veio ser aliada, nos matar, diminuir a população indígena no Brasil.

1.3.3 O território como fator de organização dos excluídos

O território, para Milton Santos é: “Tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida (SANTOS, 1996, p.72-73)” e nesse sentido, podemos compreender que ao olhar o território como parte do que é o ser social, podemos também refletir sobre o que nos coloca Hooks (2017) sobre como a exclusão nas periferias também pode ser um fator de organização daquelas e daqueles que estão sendo excluídos, dos que estão na periferia do capitalismo.

Angelou (2018) em seu romance “Eu Sei Porque o Pássaro Canta na Gaiola” explicita o significado subjetivo de fazer parte de um território e como ele pode ser opressor:

Sabia que em pouco tempo nós estaríamos fora do meu ambiente familiar, e os Negros que estavam no bonde quando subi teriam sumido, e eu sozinha enfrentaria os quarenta quarteirões de ruas arrumadas, gramados aparados, casas brancas e crianças ricas. (p.250)

Ao mesmo tempo em que a exclusão também organiza os excluídos e os fortalece, no sentido dialético do seu significado. A personagem de Angelou (2018) sentia felicidade ao se aproximar de novo de seu território, embora ele fosse um território de exclusão. E sentia-se à oprimida quando tinha que passar pelo território considerado branco e nobre da cidade. “No fim da tarde, a caminho de casa, as sensações eram de alegria, expectativa e alívio ao ver a primeira placa que dizia CHURRASCO ou DROP INN ou COMIDA CASEIRA, ou os primeiros rostos negros nas ruas. *Reconhecia que estava novamente em meu território.* (p.250, grifos meus)”

Josi sobre o território, a resistência e a luta dos oprimidos

[...]mas nós temos uma grande esperança, porque nós lutamos, e nós defendemos esse meio que estamos, junto com os indígenas, com quilombolas que é quem de fato cuida da terra, que é quem de fato produz, que produz e guarda as sementes crioula, para que outras vidas tenham, para que a gente consiga produzir e ter autonomia sobre o nosso alimento, sobre os nossos territórios e sobre a nossa vida.

Alice

[...] somos indígenas porque nascemos em nossos territórios e falamos a nossa língua eu quero trazer a reflexão para esta fala. A primeira reflexão é: mas o território brasileiro não é todo o território indígena? 70% dos animais frutas e plantas estão no tronco tupi-guarani” [...]Precisamos lembrar que os indígenas são migrantes em seu próprio território quer sejam aldeados ou no contexto Urbano.[...] Nossa ancestralidade não morre com a nossa expulsão dos nossos territórios originais precisamos ter respeito com a história de cada um.[...]

Importa muito em nossa compreensão construir uma perspectiva pedagógica do político diante dos temas que são fundamentais em nossa leitura e compreensão da realidade. O olhar diante

do território, da terra e da construção da identidade recoloca a questão dos direitos fundamentais, do direito à terra, ao território, e a consolidação, construção e defesa da identidade dos povos. No contexto da pandemia esse espaço *território* foi um fator agravante das condições de vida, saúde e também da resistência, manutenção, luta e defesa de direitos humanos básicos. Mas, ao mesmo tempo, foi no interior desses território excluídos e à margem que as mulheres estavam exercendo seu trabalho desde antes da pandemia, durante e depois. Nesse sentido, a vida das mulheres e o cotidiano dessa vida no território-corpo são profundamente marcadas pelo trabalho produtivo, reprodutivo e do cuidado. O trabalho político que envolve o corpo-ser-território das mulheres também é algo central aqui. O seu trabalho organizativo, de organizar sua rebeldia e de buscar construir impacto na vida de outras mulheres, de seus pares. Sobre o trabalho das mulheres buscaremos discorrer em seguida.

1.4. Trabalho: ontologia, raça, sexo/gênero, classe e América Latina

1.4.1 O trabalho: natureza e comunidade

Trabalho resultado da ação do ser humano modificando a natureza. Trabalho é parte central e constitutiva da capacidade ontológica de mulheres e homens no interior das sociedades. Não há uma forma trabalho universal, tão pouco uma forma social universal. O trabalho e as formas sociais, as sociedades do trabalho estão, necessariamente, vinculadas a um espaço geográfico e territorial, a uma cultura, a um tempo, a uma produção e acumulação de riqueza – então, a sociedade feudal, por exemplo, que existia na Europa não é universal. Assim como existiam antes da chegada dos colonizadores sociedades complexas em suas estruturas sociais no território de Abya Yala . O trabalho, portanto, é gerador de riquezas, na sociedade capitalista essas riquezas são apropriadas de forma privada e desigual.

O trabalho como ato fundante do ser humano em sua relação com a natureza só pode ser construído através do corpo. E, necessariamente, circunscrito num lugar, num território, ganha a conotação daquilo que gostaríamos de demonstrar aqui. O trabalho é o trabalho, ao passo que, o trabalho de uma mulher negra periférica que vive no Brasil pode ser e é vivido por seu corpo de uma forma diferente do que de uma mulher que vive no centro de uma cidade do mesmo país e de

uma mulher negra que vive no Zâmbia ou na Holanda - no entanto, mesmo diante daquilo que se distingue há semelhança central. Vergès ilustra essa percepção dos corpos produzidos pela colonialidade e que podem ser usados como objetos “A relação dialética construída entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado” (2020, p.19)

1.4.2 O trabalho no capitalismo dependente

O desenvolvimento dependente do capitalismo na América Latina constitui uma forma particular de experiência, vivência, subjetividade no interior da periferia do capitalismo e que alia as condições econômico-sociais, histórico-ontológicas onde o racismo e o patriarcado encontram vasto terreno de dominação-exploração das mulheres baseado no maior grau de exploração. É no continente latino-americano onde situam-se as maiores taxas de mais-valia absoluta, as maiores precariedades nas condições de produção e reprodução da vida. E, a vida das mulheres, sobretudo as mulheres negras e indígenas trabalhadoras, são as mais afetadas como buscaremos demonstrar no último capítulo do texto. A compreensão do lugar que ocupa a mulher no interior do desenvolvimento do capitalismo dependente adquire centralidade, pois é no interior destes processos que atuam as forças de oposição a ordem social vigente.

1.4.3. O trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres

Além destes exemplos citados acima e que dão maior concretude ao fato de as mulheres terem suas vidas recortadas por todas as contradições de uma sociedade racista, patriarcal e capitalista as mulheres estão na linha de frente do combate a pandemia mundial que se instaura ao final de 2019; segundo a OIT e a Cepal são cerca de 70% das profissionais de saúde. O novo corona vírus que ganha níveis preocupantes em Huhan, China em dezembro do ano de 2019 percorre rapidamente o mundo inteiro e transforma diferentes continentes em epicentro novos da doença levando a Organização Mundial da Saúde a definir que estamos vivendo uma pandemia mundial no dia 11 de março de 2020 até o dia 24 de maio de 2020 a quantidade de contaminados fatalmente

ultrapassa a marca de 340 mil no mundo inteiro. Em outubro no Brasil já são contabilizados quase 158 mil mortes por Coronavírus; no mundo são mais de 1 milhão de mortes.

Esse movimento pandêmico tem levado a todos nós, que trabalhamos com a ciência e com o aprofundamento da compreensão da realidade através dela – a ficarmos em alerta.

O alerta nos devolve a sensação de reorganização. As quarentenas que vão se estabelecendo pelo mundo, o número crescente de mortes devido ao colapso dos sistemas de saúde, e o fato de precisarmos ficar trancados em casa visando achatar a curva de crescimento das necessidades de internação dos casos agudos a graves traz à tona também um mundo que se reorganiza, que desafia alguns padrões já estabelecidos e que demanda uma maior dedicação a compreensão do que vivemos.

Nesse sentido, a pesquisa anteriormente apresentada e que tinha como fio condutor o campo e a coleta de dados da realidade através de entrevistas com mulheres se torna um desafio. Também o tema em questão, que tinha como base uma viagem por vários países da América Latina que hoje estão com fronteiras fechadas e que - num futuro próximo devem abrir fronteiras paulatinamente.

Diante destes desafios e do impacto que uma pandemia mundial causa nas relações sociais decidimos aprofundar esse recorte, essa lente de aumento sobre a vida das mulheres. Nos estudos efetuados até aqui é bastante visível que a vida das mulheres é a mais impactada em meio a pandemia. Assim como a vida do povo preto e das crianças pretas. Nesse sentido, nosso estudo segue com as três categorias analíticas apresentadas anteriormente: território, trabalho e corpo - e como a pandemia impacta a vida das mulheres nessas três categorias. Essa diferenciação categórica servirá para que analisemos separadamente e de forma mais profunda os elementos que aparecem, mas terão momentos em que as categorias se entrelaçarão.

Para Lugones (2020, p.58)

[...] a estrutura das disputas pelo controle da força de trabalho é descontínua: nem todas as relações de trabalho no capitalismo eurocêntrico e global se encaixam no modelo de relação capital/salário, ainda que esse seja o modelo hegemônico. Para começar a entender o alcance da colonialidade do poder é importante frisar que o trabalho assalariado sempre foi reservado, quase exclusivamente, para os europeus brancos. Aqui vemos a colonialidade do trabalho como um cuidadoso entrecruzamento de trabalho e raça.

Gostaríamos de usar como exemplo o trabalho das mães que criam seus filhos solo e que no Brasil ultrapassam a marca de 11 milhões como exemplo de colonialidade do trabalho no entrecruzamento das categorias trabalho e raça. Ao olhar para a realidade de suas vidas é possível compreender como se entrelaçam as três categorias. Mães solo, em sua maioria, tem menos condições de acesso à cidade e vivem na periferia dos grandes centros urbanos, quando essa é a realidade. Trabalham em mais de uma jornada por dia e vivem grandes privações. Muitas vezes sustentam também pais, irmãos e irmãs. Esse é um exemplo objetivo de como atuam as categorias de análise que apresentamos de forma complementar. Determinando e sendo determinadas constantemente pela realidade objetiva e subjetiva. Segundo o site e fonte de dados Gênero em Números:

[...]a maioria das mães solo no país são negras (61%), segundo o IBGE. A raça dessas mulheres impõe ainda mais barreiras de acesso a direitos básicos que são agravados pela pandemia. No Brasil, [63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza](#), segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE. Em 2018, segundo o estudo, esse valor equivalia a aproximadamente R\$ 145 mensais, por pessoa.

Em 2019, havia 28,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. Este número na América Latina consta em ver: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>

Durante a pandemia 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém, dentre essa porcentagem, as mulheres negras contemplam 52%, seguidas das indígenas, 50% e das brancas 46%.

De quem as mulheres cuidam?

Outro indicativo importante da pesquisa fala sobre o trabalho, os direitos, a redução das jornadas, dos salários e a insegurança garantida pelo Estado. 58% das mulheres desempregadas são negras. E 61% delas estão na economia solidária.

Ester comenta o trabalho no contexto da pandemia, destaco nas duas falas que transcrevemos abaixo dois pontos centrais; o primeiro deles é que há uma ligação intrínseca entre

trabalho e território, a maioria das mulheres que Ester acompanha no trabalho e vivência dela junto ao Jardim Colombo trabalham no que chamamos do trabalho do cuidado (cuidado com as crianças, idosos) e trabalho doméstico – e nesse sentido, a pandemia impacta diretamente a condição de vida e sustento dessas mulheres. “As pessoas tão começando a ficar desempregadas, porque a maioria que mora nos territórios vulneráveis, eles trabalham como domésticas, em restaurantes, enfim.” Na segunda citação, ela também comenta sobre o trabalho organizativo das mulheres para fazer um levantamento acerca das necessidades da comunidade Jardim Colombo.

Eram assim 40 mulheres e cerca de dez homens. Era impressionante porque você via ali a garra da mulher: elas vinham/iam de porta em porta, de viela em viela, de rua em rua, fazendo um cadastro com os moradores, tentando entender, vendo quais eram os casos, nós dávamos prioridade para os idosos, para as famílias que tinham crianças, para as famílias que estavam desempregadas, então tinha todo um levantamento que nós fomos fazendo para poder tentar atuar no Jardim Colombo.

Trazemos também nesse ponto o relato de Josi, que, assim como nos apresenta Ester, levanta o ponto do trabalho organizativo das mulheres, o trabalho político, de conscientização através da afirmação do Movimento dos Pequenos Agricultores de um projeto de alimentação soberana no território brasileiro, ela apresenta a centralidade do papel estratégico da reflexão e da ação – práxis de um movimento social. E, novamente, na fala de Josi território, trabalho e corpo se entrelaçam.

Nós do MPA, a Via Campesina, têm afirmado que o Brasil necessita da soberania alimentar, que é a forma de ter o direito de comer comida de verdade, alimento saudável, ter direito de plantar, ter direito à terra e ao território, ter preço justo e mercado solidário de alimentos. Ter o conhecimento e a valorização do trabalho produtivo das mulheres, da juventude.

Os dados que apresentamos e que já estavam sendo coletados durante o contexto pandêmico e os trechos das entrevistas demonstram, não somente uma linha entrecruzada dos aspectos da vida das mulheres – que aqui caracterizamos dentro das categorias *território, trabalho e corpo* – mas, sobretudo, nos interessa ajustar o olhar para a perspectiva criadora no trabalho das mulheres. Como perspectiva criadora, podemos também utilizar alguns termos que nos tocam como a perspectiva de que as mulheres acordam as cidades (VERGÈS, 2020), de que as mulheres sustentam o mundo, de

que elas são não só responsáveis pelo plantio dos alimentos básicos que vão para os pratos deste vasto continente latino-americano, mas também que elas defendem as terras, os recursos naturais, a educação, as novas gerações e também as gerações mais velhas através do trabalho do cuidado. Nos próximos pontos que elencamos para apresentarem o primeiro capítulo desta tese, aprofundaremos essa apresentação, discussão e defesa.

1.4.4. O trabalho “invisível” que organiza, estrutura e sustenta – trabalho político

A pandemia e o trabalho reprodutivo das mulheres

Compreendemos neste ponto que trabalho reprodutivo engloba o trabalho que envolve a reprodução dos seres humanos, nesse ponto, entendemos o trabalho reprodutivo como tudo aquilo que envolve o cuidado, o trabalho doméstico, trabalho psíquico/mental/emocional.

Este trabalho, como já demonstrou Federici é um trabalho central na construção das sociedades e é um trabalho invisibilizado, mas extremamente lucrativo. O trabalho reprodutivo sustenta de forma central a sociedade na qual estamos todos inseridos. Trabalho reprodutivo é uma categoria analisada por Marx, ressignificada por Federici e a categoria central na qual gostaríamos de utilizar ao longo deste trabalho, por compreender que o trabalho reprodutivo destinado, majoritariamente às mulheres, sobretudo as mulheres negras, indígenas, imigrantes, têm centralidade.

“Então a gente teve a campanha de arrecadação dos alimentos produtos de higiene e limpeza ou de cestas básicas, roupas, álcool gel, máscaras - então a gente vem fazendo esse trabalho nos últimos oito meses.” -Alice, ao falar sobre o trabalho do Centro de Referência Indígena durante a pandemia de COVID-19.

Além deste trabalho, há todo o trabalho educativo, emocional como a orientação acerca do uso de máscara, álcool gel, cuidados básicos com higiene e contágio. Ao longo de todas as entrevistas, o trabalho do cuidado, o trabalho doméstico e o trabalho da orientação de saúde e sanitária foi presente e tema central nas ações das mulheres durante a pandemia de COVI-19

Silvana destaca o papel das mulheres negras como principais responsáveis pelo sustento de suas famílias e também as marcas do racismo estrutural durante a pandemia

[...]as mulheres negras no Brasil continuam sendo arrimo de família, elas continuam sendo uma leve sozinhas elas continuam sendo a chefes de famílias que sustentam a sua casa e isso é o outro ponto que a gente precisa também começar a questionar essas mulheres precisam sair e quando ela sai elas pegam os ônibus lotados.

E ainda, Silvana destaca como a população negra têm sido mais impactada pela pandemia de covid-19: “[...]não é à toa que a população negra está sendo a mais afetada, a população negra é a população que tá mais desempregada e precisa sobreviver e que não tem tempo para o isolamento social”. Silvana fala sobre como a população negra, primeiramente, não pode se isolar socialmente, por conta das condições de moradia, por que um grande número de pessoas negras vive na periferia, sem condições de acesso à água, à saneamento básico e em moradias superlotadas. Depois, Silvana destaca que, além disso, a maioria das pessoas negras não puderam trabalhar em casa porque seus trabalhos são, predominantemente, os trabalhos do cuidado e o trabalho doméstico como falamos acima. Nesse sentido, as entrevistas que apresentamos na categoria *trabalho*, constataam a estrutura racista, patriarcal, capitalista e como as relações sociais estão atravessadas pelo racismo, o machismo e o capitalismo como relações sociais de produção, sexo/gênero, raça e etnia e classe social.

Buscaremos na definição da última categoria *corpo* trazer ao debate o processo que veio à tona ao longo das entrevistas que é como o corpo condensa e acaba se tornando a espinha dorsal do que é a vida como o que toca a todos nós, seres sociais. O que queremos dizer é que ao longo das entrevistas a centralidade do corpo – como um corpo de um determinado sexo que identifica as pessoas como *mulher/es*; um corpo – como um corpo de uma determinada raça, de uma determinada etnia; um corpo – como um corpo que exerce determinado trabalho por conta deste corpo marcado pelo sexo/gênero, pela raça e etnia. Um corpo – que pertence a um determinado território/terra e que é excluído de um outro território/espaco porque é marcado, definido, pré-determinado. Desta maneira, o *corpo*, vai tomando uma proporção predominante que defenderemos abaixo.

1.5. Corpo - e o enlace corpo-território-trabalho

“[...]a sociedade não deixa a gente esquecer que a gente é mulher” - Joana

Faz-se ainda importante destacar o quão imbricados, território e trabalho estão de corpo. A vida se corporifica num corpo, assim como as atividades desempenhadas por esse determinado corpo tem como primeiro lugar o próprio corpo. Lukács ao apresentar a ontologia do trabalho fala sobre a transformação que o ser humano exerce sobre a natureza que modifica a si mesmo, ao seu entorno e a própria natureza – criando um continuum no movimento do ser e vir a ser. Utilizamos todo um arcabouço trabalhado por Reich acerca do corpo para firmar nossa posição na seguinte perspectiva Albertini (p. 170) falando da concepção rechinar diz: [...]alicerçadas em uma noção de corpo como algo histórico, construído na cultura, e não como um dado pronto da natureza. Nesse sentido, o nosso corpo contém e revela a nossa história. Mas não só. O corpo é um veículo de cultura de um tempo historicamente determinado Safiotti (2015).

Segundo Decarli (2017, p.36) é importante ressaltar:

[...] como as mulheres vivem - sua materialidade - inscrita nessa ordem e quais as prerrogativas que elas têm diante das contradições entre existir enquanto materialidade e o ‘não existir’ enquanto seres humanos de direitos. [...] Importante salientar que o corpo das mulheres é constantemente objeto para o *outro* como coisa a ser tomada, contida, dirigida – fruto da própria concepção patriarcal e do poder desempenhado pela ordem androcêntrica.

Ampliando, aprofundando e assentando ancestralmente a compreensão acerca do corpo recorremos a Jacupé (2020, p.28/29) O corpo-som do ser, para a sabedoria sagrada ancestral dos Tubuguaçu etnia da qual descendem os Tupinambás e Tupy-Guarani, desenvolveram técnicas de “afinar o corpo físico com a mente e o espírito” Para essa etnia ancestral o espírito é como música “[...] uma fala sagrada (**nê-enporã**) que se expressa no corpo; e este, por sua vez, é flauta (**u’mbaú**), por onde flui o canto que expressa o **avá** (ser-luz-som-música) que tem morada no coração”. Para afinar os quatro elementos que habitam o ser, inventaram a dança **jeroky** “Para que

cante sua música no ritmo do coração da Mãe Terra [...] Dessa maneira, cada um pode expressar com seu corpo em harmonia [...]”.

Para Lowen (p.301) “A hipervalorização do ego tem negado a verdade do corpo. Para o ego, o corpo é um objeto a ser controlado”. Para Reich apud Romão & Silva (2008)

Na visão Reichiana o corpo é um local privilegiado no qual habitam três importantes constituições: o social, o psicológico e o biológico. Nele estão registradas as marcas históricas do indivíduo, os constrangimentos, as repressões, bem como os costumes, rituais, maneirismos e legados impostos pela cultura da família e do ambiente a que pertencem (Silva, 2008).

Nesse sentido, o corpo carrega materialidade e sustentação para o agir, o devir no mundo. E é através da complexa e fundante atividade *trabalho* que o ser humano transforma a si mesmo ao transformar a natureza num devir que nunca acaba de cessar. O recorte didático das dimensões da vida viva – corpo, trabalho e território - que estamos tentando demonstrar é o de que há uma importância que se funde no ser mulher. Buscarei demonstrar de forma mais profunda essa perspectiva através das entrevistas, mas adiantando, todas as mulheres entrevistadas falam sobre a sua dimensão de mulher, aliadas sempre, a um corpo (cor, etnia, sexo, cultura), um território e uma classe.

A maioria das mulheres falaram do seu corpo do princípio ao fim das entrevistas. Tanto da perspectiva de que o seu corpo é político. Ou seja, o próprio corpo, sendo um corpo de uma mulher indígena, se torna um corpo que é também um exercício de papel político no mundo. Mas elas também falam ao longo das entrevistas sobre as distintas e diversas violências que sofrem/sofreram ao longo da vida por serem mulheres, por terem corpo de mulher, por serem mães, por serem periféricas. Assim, o corpo, como defendido ao longo das páginas que antecederam esta, perpassa todas as ações e movimentações das mulheres. Ao mesmo tempo, a maioria das mulheres entrevistadas fala sobre a potência do ser mulher, a potência, a força e a resistência.

Kilomba (2019) corrobora com os elementos que vão sendo apresentados ao longo das entrevistas e, ao demonstrar como os corpos têm uma função central na forma como se dá o racismo estrutural, também auxilia na compreensão acerca do corpo enquanto o território simbólico onde o outro pode apropriar-se daquilo que considera que não tem subjetividade. Transformando o outro em outridade.

[...]invadidas como pedaços de terra. Seus corpos são explorados como continentes, suas histórias recebem novos nomes, suas línguas mudam; e, acima de tudo, elas se veem moldadas por fantasias invasivas de subordinação. Por um momento se tornam colônias metafóricas” (KILOMBA, 2019, p.225)

Joana fala sobre os estigmas que carrega o seu corpo, de como ela é definida como outridade rapidamente por uma sociedade racista e machista e como não é possível esquecer quem se é no espelho do colonizador. “[...]fomos feitas/os *objetos* “de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” (Hall, 1992, p.252), mas raras vezes fomos os *sujeitos*.”(KILOMBA, 2019, p.51). Grada ainda apresenta como a objetificação, o lugar de outridade, representa a falta de acesso a representação e ainda diz que essa falta não é porque não falam, mas porque as vozes são sistematicamente desqualificadas e silenciadas.

[...] então são vários estigmas que a gente carrega sempre aquela ideia de a mulher preta, a mulher indígena têm mais força tem mais vitalidade e que pode conseguir muito mais fácil. O racismo é multifacetado às vezes uma coisa que nem imaginávamos acontece e acaba com as estruturas de qualquer alicerce da pessoa naquele momento. (JOANA, 2020)

Joana ainda destaca em sua fala o quanto o racismo estrutural e o patriarcado performando pelo machismo:

[...]Eu sempre costumo dizer que quando eu faço alguma fala, quando participo de algum evento, eu participo com meu povo piauiense, alguns que me acompanham outros não, outros em memória. [...] a gente não vem no mundo se não for por uma mulher esse é o pressuposto principal da vida ninguém vem no mundo se não for por uma mulher todo mundo só consegue chegar onde nós estamos se for através de uma mulher e é eu tenho sempre esse na minha cabeça de que mulher a mulher move muito as estruturas move muito o mundo é eu só tive essa percepção do que essa mulher mesmo depois que eu fui mãe. E a sociedade não deixa a gente esquecer que a gente é mulher né e é sociedade não deixa a gente esquecer que a gente a mulher e a gente é indígena e que a gente é mulher indígena e nordestina. Aconteceu várias vezes de a pessoa me aceitar aí não ela é mulher é indígena

que massa e tal, e aí vem lá e manga do meu sotaque, aí que sotaque feio, arrastado. Isso é uma forma de racismo. A sociedade não deixa tu esquecer que é nordestina, povo que é minimizado no Brasil. A sociedade não deixa esquecer que tu é mulher e tu não pode sair na rua à noite e tu não pode usar a roupa curta e que se tu usar a roupa curta tu vai ser estuprada.

Vergès sobre a economia do desgaste e a fadiga dos corpos racializados

[...] do esgotamento de forças, na qual pessoas são designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências [...] E também [...] O desgaste dos corpos[...] é inseparável de uma economia que divide os corpos entre aqueles que têm, direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso. (VERGÈS, 2020, p.125-126)

Alice fala sobre o corpo político: “[...]quando eu falo de nós, dessas mulheres indígenas no contexto Urbano – falo de um corpo que é político, das mulheres indígenas e negras então, a gente tem que estar todos os dias resistindo para continuar existindo”. E ainda: “A minha mãe sempre me preparou pra o que eu poderia vir a enfrentar e para que eu não passasse por determinadas situações das quais ela passou”. Diante do relato de Alice refletindo sobre como as mulheres ensinam, educam umas às outras para responder a impotência dos homens diante de seu poder – poder ser quem se é – um corpo no mundo, não mudo e impotente, corpo hablante

As mulheres e os homens africanos viveram uma travessia de separação da “terra de origem”, África. Nas Américas, passaram por outros deslocamentos como a fuga para os quilombos e a migração do campo para a cidade ou para os grandes centros urbanos. Para Beatriz Nascimento, o principal documento dessas travessias, forçadas ou não, é o corpo. Não somente o corpo como aparência – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto – pelas quais negras e negros são identificados e discriminados. (Sou Atlântica, p. 68)

E também

[...]corpo como território das relações de poder e de racialização; identidade como reconhecimento e como possibilidade de recriação inclusive do pensamento negro; complexos entre a razão e a emoção. (Sou Atlântica, p. 69)

O corpo como buscamos demonstrar até aqui é parte da natureza, mas vai além. É através do corpo que o ser social se corporifica (VÁSQUEZ, 2011), ou seja, vive. O ser humano torna-se ser social através do trabalho fundante, ontológico que nos torna seres éticos – capazes de definir e refletir sobre nossas escolhas, caminhos, capazes de planejar futuros. Ao mesmo tempo o corpo está inscrito num território, num espaço, e é parte da terra. É através do corpo que vive, que trabalha, que faz parte de um território que se constitui culturalmente que a vida nos atravessa humanamente. Marx em dois momentos que gostaríamos de fixar para esse debate são bastante conhecidos. Na passagem “Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.” Marx (1985, p.149-150) demonstra o caráter teleológico do ser social. Já na citação sobre a fome: “Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora com carne crua com mão, unha e dente” (MARX, 2011, P.47) ele demonstra como através das necessidades fisiológicas de nosso corpo e a forma como satisfazemos essas necessidades, nos aproximamos mais do ser humano social, ou nos distanciamos do social e nos aproximamos mais do animal. Ester, num trecho de sua entrevista fala sobre uma mulher que recebeu uma cesta básica: “E aí ela falou assim: - Eu tava orando, porque eu não sabia o que ia comer amanhã”.

Com isso quero exemplificar que, o ser social corporificado num indivíduo singular, precisa ter suas necessidades fisiológicas atendidas, mas não de qualquer forma e em qualquer circunstância – mas, com humanidade, respeitando a integridade do ser humano social e as necessidades de cada ser singular. Nesse sentido, o corpo, e a forma como o corpo é tomado na sociedade que por sua estrutura social, econômica é sustentada de forma racista, patriarcal e capitalista – e, portanto, escolhe os corpos; escolhe quem deve viver e quem deve morrer pela cor, raça, classe, etnia, sexo e gênero e - portanto tira a nossa humanidade, nos desumaniza – domina, explora e mata e esse processo é sempre e irremediavelmente feito através e pelo corpo singular, pela subjetividade que carrega, por onde transita, de onde vem, com o que e quem se parece etc.

Josi, em sua entrevista, demonstra exatamente a união dessas categorias que estamos elucidando aqui: “[...]alimentar o povo não é só com o que a gente produz a partir da terra mas alimentar também é levar informação”. O caráter subjetivo, objetivo do alimento do corpo. O

quanto o ser singular é também universal. A dialética que buscamos estabelecer ao apresentar as três categorias – *território, trabalho e corpo* – como um todo entrelaçado. Para Hooks (2017) chamar atenção para o corpo é trair todo um legado repressivo e opressor e a própria negação de si que acontece sistematicamente no interior da academia. E aqui, nos importa pensar na centralidade do corpo como presença de potência, porque para nós, a inscrição da mulher num corpo, para além de cultural, social, é sempre atravessado pela necessária esfera da política. E, nesse ponto, é central para nós que a mente e o corpo não estejam cindidos em nossas reflexões, posto que não estão cindidos em nossa vida cotidiana, posto que não estão cindidos quando pensamos, nos movemos, sentimos e entendemos o mundo.

Onde está o corpo está a terra
 onde esta a terra está a possibilidade
 do trabalho
 onde está o corpo?
 a terra e o trabalho
 e também a possibilidade de construir novas formas
 de relações
 sociais

1.6. Intersecções das categorias no corpo, centelhas do comum nas entrevistas elementos para análise

Este ponto é algo crucial em nossa pesquisa, porque ouvir das mulheres a realidade na qual elas estão inseridas no contexto da pandemia de COVID-19, como elemento imposto por essa mesma realidade, acabou tornando-se o ponto relevante e central do objetivo da tese. O comum, o trabalho cotidiano das mulheres, essa era a centelha na qual estávamos buscando desenvolver nossa pesquisa e o raro, o que pula fora da curva, o que se apresenta ao longo da pesquisa bibliográfica, dos estudos teóricos e da transcrição das entrevistas é, justamente, a pandemia como fator no qual as mulheres destacam o seu trabalho comum. A pandemia, como um detonador, não só do

aprofundamento das condições indignas de vida, do aprofundamento e da constrição humana e das condições humanas de existência - mas a pandemia como o detonador também das situações extremas de cuidado, de comunidade, de construção coletiva de alternativas - muitas vezes por fora do Estado - que se manteve ausente do destaque dado pelas entrevistadas.

Nesse sentido, o que apresentamos abaixo, são alguns trechos transcritos das entrevistas separados por breves comentários, eles têm o intuito de desvelar, revelar, trazer à tona aquilo que há de mais transformador e ancestral no trabalho cotidiano das mulheres - a solidariedade e o horizonte comum de bem-viver.

A vida das mulheres na pandemia de covid-19 se modifica de forma importante. A ampla maioria delas apresenta dificuldades objetivas com relação ao segmento dos movimentos sociais que representam (indígenas urbanos, movimento negro, periféricas, movimento contra o encarceramento, contra a violência do Estado e o genocídio, MPA e MST). Ao mesmo tempo, e esse dado que trazem as entrevistas é extremamente relevante, as companheiras do MPA e MST apresentam as melhores condições de manutenção da vida das pessoas que compõem os movimentos. Demonstrando não somente que há um resultado fundamental na organização e produção da soberania alimentar, como em momentos de crise, essa organização pode salvar vidas. E elas não falam somente da vida daquelas pessoas envolvidas com o movimento, que compõe o movimento ou estão em áreas de assentamento. Mas falam também da solidariedade que têm capacidade de prestar através da doação de alimentos por conta dessa produção.

Gostaria de destacar neste ponto o papel do trabalho das mulheres – sendo feito por fora do Estado – o trabalho do cuidado, o trabalho reprodutivo como ponto de sobrevivência.

“Pra nós, não existia final de semana”- Ester

Aqui destaco o trabalho das mulheres que não vê pausa, o trabalho que não vê descanso. Mesmo quando voltam do trabalho que realizam “fora de casa” ainda há toda uma gama de trabalho doméstico e do trabalho do cuidado que segue existindo e necessitando de seu corpo para que seja feito.

porque a pandemia ela não parou as mulheres e eu tenho uma vivência muito grande como eu falei para você em vários setores e segmentos de militância e academia ela não parou as

mulheres as mulheres na periferia elas continuaram trabalhando elas continuaram correndo atrás de uma forma foram muitas tiveram seus empregos né trabalhavam de freelancer como a gente fala né tiveram as negativas né dos seus empregos terem sido não poder por causa da pandemia e elas não se deixaram abater

A possibilidade de autonomia, o MST em meio a pandemia e as centelhas

[...] nós estamos numa condição mais favorável (do que quem vive na cidade) nós vivemos esse período em uma melhor condição porque porque nós estamos distantes da cidades estamos nas nossas casas e na nossa terra com capacidade de produzir os meios da nossa produção da nossa economia estão conosco nós não dependemos de de emprego fora então o nosso trabalho a nossa vida social toda está aqui.

Salete sobre a produção de alimentos no Assentamento e o papel que isso cumpre não só para alimentar os assentados, como também para a comercialização e doação de alimentos

E além disso a nossa produção a nossa missão é produzir alimentos aqui no assentamento então a gente adotou, aprofundou E valorizou muito mais essa dimensão do Cuidado a partir da nossa missão de produzir alimentos e diversificar desde que na maioria das vezes a gente come o se alimentava com um pequeno as diversidades né feijão arroz a carne enfim, hoje com essa ampliação das Hortas me ensinar a das Hortas nós temos mais de 150 itens de alimentos que a gente tem diariamente aqui.

Josi falando sobre a produção de alimentos pelo MPA e a distribuição das cestas para a comunidade de Picos, destaco o trabalho político envolvido na entrega das cestas exposto por ela. “Na produção de alimentos, para além daqueles alimentos da horta, tem também aqueles alimentos processados, que é pães, bolos, doces... esses alimentos também eles vão para as cestas de alimentos e eles são feitos quase cem por cento pelas mulheres.”

O trabalho cotidiano, do miúdo, muda uma vida, resolve alguma coisa? E o tornar-se sujeito? E o quanto o trabalho comunitário, comunal – o quanto a construção de novas bases nas relações subjetivas pode inflar a possibilidade de construir uma nova perspectiva social para toda a sociedade?

Ester fala: “são pequenos gestos pequenas atitudes pequenas ações que vão fazer a diferença na vida de muitas e muitas pessoas acho que é isso”. Joana sustenta: “A gente nunca parou de lutar. Para gente nunca parou, não foi a pandemia que vai fazer parar ,não vai ser o pós-pandeia que vai fazer parar.”

Josi apresenta o quanto o trabalho político estava envolvido com o trabalho do cuidado das entregas de cestas básicas e conversas com as famílias.

Quando você chega em uma família, que você entrega aquela cesta de alimento, não é só deixar aquela cesta lá para eles se alimentarem. É ver como que aquela família tá: é saber que ela não teve acesso ao Auxílio Emergencial, e que não vai ter o que pagar o talão de água, de luz, né? E não é atender aquela família em um gesto só de caridade, não é fazer caridade. A solidariedade ela é para além disso, é mostrar para aquela família porque que ela não recebeu o Auxílio Emergencial, o que que esse governo faz.”

“ mas quando você fala de produzir aquele alimento diário que enche a nossa barriga que nos nutre né que é na horta que os pequenos animais que é o leite que é o ovo né que são o quê o mercado né que nós comemos todo dia no mínimo duas três vezes por dia vem pela mão das mulheres na América Latina mais de 58 por cento da produção de alimentos que vai para mesa é produzido pela mão das mulheres

Silvana fala sobre o protagonismo das mulheres negras na periferia em meio à pandemia

Mas quem tomou essa posição de frente de combate ao público que nós estamos vendo na periferia essas mulheres são negras e fizeram isso se organizando com as costureiras do bairro distribuindo máscaras para suas comunidades, distribuindo cestas básicas porque a fome tá batendo, gente, a fome tá batendo mesmo

Essa coisa do capitalismo de se matar pra ter mais e mais e mais dinheiro não combina com a gente, fala de Silvana e que ecoa no cotidiano de vida das mulheres

[...]essa coisa do capitalismo de você ele matar outra pessoa para você ter dinheiro para você ter sempre mais mais mais mais isso não deu certo isso não combina conosco Isso não combina com as mulheres a isso é uma coisa que a gente precisa ter sempre em mente nós precisamos sim Reinventar. (SILVANA, 2020)

Aqui, destacamos esse ponto que voltaremos a apresentar no capítulo três; como o cotidiano de vida das mulheres, o papel do comum, da vida em comunidade, da vida voltada à manutenção da própria vida em si mesma através das plantações, da agricultura comunal e familiar, da defesa da terra, da defesa do território, da defesa dos direitos humanos – como o trabalho das mulheres e a construção cotidiana das relações dá base para transformar a realidade.

CAPÍTULO SEGUNDO

A dança macabra: acumulação originária, colonialidade do poder e do ser e a defesa dos selvagens

Este capítulo tem como principal objetivo riscar uma linha, fazer um ebó, pintar-se para a guerra, construir a melodia de uma canção que entoamos ao longo dos capítulos primeiro e terceiro. Este capítulo busca demonstrar como baseamos nossa compreensão de lugar, de epistemologia, de ser – não como fomos ensinados a pensar pela colonialidade, por isso a construção de uma nova canção, melodia e letra construídas desde um novo marco de ser/estar no mundo. Sobretudo, como aquilo que ouvimos, aprendemos e suas formas de reprodução são uma *parte* de um conhecimento tornado como universal – não o todo. Assim, neste capítulo viemos apresentar fontes clássicas e contemporâneas nos estudos acerca da acumulação originária e dos significados de formas de pensar, a epistemologia daquilo que compreendemos América Latina.

A colonialidade do poder-ser como uma palavra só, cumpre a função aqui de determinar, mais especificamente como a colonialidade têm efeito profundo, subjetivo e objetivo na vida dos colonizados na América Latina. O poder-ser, também extrapola esse espaço do ser e do poder, porque dialoga com a possibilidade de existir do sujeito enquanto o si mesmo, não como objeto de outro. Nesse sentido o poder sobre dizer o que se é – se identificar enquanto o que se é – é central na vida daqueles que existem enquanto si mesmos, existem enquanto subjetividade, existem enquanto seres humanos e que são tomados por essa sociedade como objetos, ligeiramente outro, outridade etc.

Neste capítulo discutiremos inicialmente a acumulação originária de capital e a relação da acumulação na vida das mulheres. Além disso, estabeleceremos nexos dessa acumulação originária com o continente latino americano. Apresentaremos o complexo de poder que estrutura a sociedade racismo, patriarcado capitalismo relacionando este complexo estruturante com a vida das mulheres e as consequências aos seus corpos-território e trabalho. Depois construiremos a reflexão a partir do lugar do colonizado, aquele que sofreu em seu corpo-território o aprisionamento do *poder-ser*

Desta forma, chegamos ao próximo ponto deste capítulo que é quando nos damos conta de como as condições de vida das mulheres, das crianças que estão aos seus cuidados – como a vida cotidiana das mulheres é cerca de violações e violência e como elas, assim como demonstramos nas

entrevistas apresentadas no primeiro capítulo – encontram, como resistentes árvores centenárias e ancestrais, encontrar água de beber em baixo da terra, aprofundando ainda mais suas raízes. Neste ponto, apresentamos como a raiva enquanto elemento detonador de mobilização dos explorados exploradas, oprimidas e oprimidos pode ser um condutor não só de vida, mas de criação. Neste ponto, apresentamos os usos criativos da raiva contextualizando inicialmente como o corpo daqueles que são escravizados, oprimidos e explorados não pode defender-se e como fazer com essa defesa seja algo para a construção de um porvir.

Depois deste ponto, buscamos apresentar brevemente o contexto daquilo que defendemos e a que tipo de feminismo respondemos.

2.1. O complexo estruturante da sociedade: Racismo -patriarcado-capitalismo

O patriarcado é um sistema de dominação-exploração e opressão social que atinge homens e mulheres organizando e dinamizando a sociedade baseando-se na sustentação ideológica e na violência (SAFFIOTI, 2015). É, portanto, força material que não só sujeita os corpos, mas também estabelece um uso destes corpos através de papéis que devem desempenhar homens e mulheres no interior da sociedade. Os corpos, portanto, estão inscritos num sexo e esse complexo deve cumprir uma função social. Marx (1987) define que as relações sociais são sempre relações sociais de produção

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1987, p.29-30)

Acrescento que as relações sociais são sempre relações sociais de produção, gênero/sexo, raça e etnia. Parte do processo histórico, perpassado pela sociabilidade dos indivíduos em interação

correspondendo a formas sociais determinadas de consciência. Compreendo junto de Saffioti (1994; 2015) o sistema sexo/gênero não somente como construção sociocultural, mas também como sistema de representações, atribuindo significados aos indivíduos, determinando seus papéis no interior da sociedade, conformando formas e normas de ação e sustentação destes papéis. E corroboro junto de diversas autoras feministas da tradição francesa como Delphy, Guillaum e Falquet acerca da compreensão do termo cunhado por elas a partir do materialismo de Marx relações sociais de sexo. O campo estabelecido no debate teórico do gênero é cortado pelas *relações de poder* existentes na sociedade sendo que o poder, compreendido ou não pelos sujeitos, está presente na totalidade de suas relações e é determinado e determina a objetividade e subjetividade destes. Para Okin

‘Gênero’ refere-se a institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade social, mas muitas das diferenciações sexuais como socialmente construídas. (OKIN, 2008, p.306)

A autora também defende a compreensão de que o pessoal é político, legado feminista na defesa de que não existe uma dicotomia entre público e privado e que, em verdade, estão interligados. Para Safiotti (2015), o público e o privado mantém inter-relação e estão interconectados, ao mesmo tempo em que se retroalimentam na ordem de dominação-exploração patriarcal.

Para as feministas materialistas francesas

El punto central de su pensamiento radica en que ni los varones ni las mujeres son un grupo natural o biológico, no poseen ninguna esencia específica ni identidad que defender y no se de nen por la cultura, la tradición, la, ni por las hormonas —sino que simple y sencillamente, por una *relación social*, material, concreta e histórica. Esta relación social es una relación de clase, ligada al sistema de producción, al trabajo y a la explotación de una clase por otra. Es una relación social que las constituye en *clase social de las mujeres* frente a la clase de los varones, en una relación antagónica (ni guerra de los sexos, ni complementaridad, sino que llanamente una oposición de intereses cuya resolución supone

el n de la explotación y la *desaparición de las mujeres y de los varones como clase*).
(CURIEL; FALQUET, p. 8, 2005)

A defesa deste ponto central é apresentado por Curiel e Falquet em três vertentes distintas mas que se complementam; Delphy fala sobre o modo de produção doméstico o qual ela define

[...] la clase de las mujeres está siendo producida en la relación de explotación del trabajo doméstico de las esposas —y de los varones menores— por parte de los maridos —y de los hermanos mayores— en el marco de la institución del matrimonio y de la explotación familiar. (CURIEL; FALQUET, p. 10, 2005)

Guillaumin (2005) defende que as mulheres constituem uma classe² apropriada não só pela classe dos homens, mas também pelo que define como “relaciones de sexaje” nos estudos a autora traça um paralelo entre a apropriação das mulheres “cuerpo y espíritu” e as escravas das plantações do século XVIII onde eram apropriadas como ferramentas de produção e reprodução. A terceira análise que corrobora com a compreensão de que as mulheres são uma classe é a de Monique Witting que analisa a heterossexualidade como um sistema político e como um poderoso dispositivo ideológico utilizou o termo “pensamento *straight*” (CURIEL; FALQUET, p.11, 2005) para apresentar essa compreensão. Para Danielle Lee e Nicole Laurin (1988) são objeto de apropriação coletiva.

Vale antes de prosseguir ressaltar a importância do feminismo materialista defendido aqui por Cisne (2018 apud Kergoat) sobretudo no sentido de vinculação entre a emancipação da mulher e a emancipação humana.

Segundo Kergoat, as disputas materiais e ideológicas das relações sociais, particularmente nas relações sociais de sexo, “são formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres” (Kergoat, 2010, p. 99). Além da divisão sexual do trabalho, há, de acordo com Devreux (2011), mais duas modalidades de expressão das relações sociais de sexo: a divisão sexual do poder e a cate-

2 Aqui fazemos uma nota fundamental acerca da categoria utilizada pela teórica, sobre classe das mulheres e classe dos homens. O que discordamos, porque para nós tratam-se de classes fundamentais em disputa: classe trabalhadora e classe burguesa – mas essas duas classes fundamentais estão atravessadas pelas relações sociais de raça/etnia, sexo/gênero.

gorização do sexo. As relações sociais de sexos “exprimem-se simultânea e conjuntamente por essas três modalidades” (Idem, p. 12) (CISNE, p.226, 2018)

Quando ajustamos o olhar para a compreensão do Patriarcado sob um determinado continente – A América Latina – temos um espaço novo de busca de conhecimento. Um novo recorte epistemológico, um lugar onde se produz conhecimento acerca de si e também do outro, que passa a ser compreendido como o colonizador.

Olhar para o Patriarcado como a Europa olhou (e olha) para as Américas não pode ser o percurso escolhido para nós. Aníbal Quijano (2005) refletindo sobre o que é a América Latina e o Caribe afirma que não há Europa sem América. Ou seja, que há uma relação imbricada entre o explorador e o explorado. Entre o que *se torna* a Europa após a invasão das Américas e seu saqueamento. E é válido desenhar que, nunca desde os tempos em que os europeus aqui chegaram até hoje, esse processo foi ou é feito sem resistência. Sempre houve e há resistência dos povos originários, dos povos que foram trazidos de seus países de origem para cá e também do povo que se forma a partir desse movimento de migração e imigração, do movimento de diáspora de diversos e distintos povos e, no que diz respeito às Américas, sobretudo dos povos africanos.

Assim, ao buscar compreender o conhecimento produzido por outras autoras feministas de América Latina e África, tive acesso a algumas delas que sistematizo aqui. Tanto Lugones (2017) como Oyéronk falam sobre o lugar ocupado pelas mulheres que se propõe a estudar e teorizar o feminismo do ponto de vista dos países colonizados. Oyèrónké debruça-se sob a necessidade de partir das epistemologias africanas e propõe uma série de reflexões que causam grande impacto em estruturas de conhecimento moldadas a partir do ocidente que acabam por construir uma cultura, um arcabouço de conhecimento eurocêntrico que passa a ser compreendido como universal; uma falsa simetria. A estudiosa parte da compreensão de que o sistema familiar nuclear (que aqui inclui-se também as categorias burguês, ocidental eurocentrado) é o ponto de partida das teorias feministas e de gênero; mas que no sistema familiar das epistemologias africanas esse mesmo ponto de partida é completamente distinto. “[...]o foco aqui é sobre o sistema de família nuclear, que é uma forma especificamente europeia, e ainda é a fonte original de muitos dos conceitos que são usados universalmente na pesquisa de gênero.” (OYÊWÙMÍ, p.1, 2004). Ela segue sua crítica e apresenta

Gostaria de sugerir que os *conceitos feministas* estão enraizados sobre a *família nuclear*. Esta instituição social constitui a própria base da teoria feminista e representa o veículo para a articulação de valores feministas. Isto é, apesar da crença generalizada entre as feministas que seu objetivo é subverter esta instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo que o feminismo é anti-família. Apesar do fato de que o feminismo tornou-se global, *é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista*. (OYÊWUMÍ, p.3, 2004, grifos nossos)

Lugones (2017) demonstra como o processo de colonização enraíza a concepção ocidental de gênero, e propõe que essas relações se estruturam em torno de um “sistema colonial de gênero” marcado pela intersecção entre raça, gênero, sexualidade e classe. Ambas autoras estão dedicadas a demonstrar as particularidades do que significa feminismo e o conceito de gênero diante de uma perspectiva que foge a uma estrutura estagnada e porque não utilizar o termo colonizada de pensamento. A partir destes dois estudos buscamos, concentrarmos em compreender um pouco mais acerca do quão o recorte do colonizador nos toca continentalmente falando. E, compreendendo que a América Latina constitui uma unidade na diversidade, compreender também de que maneira surge uma epistemologia latino-americana e quais os seios de rios que nos ligam e porque desde tempos imemoriais formamos uma pátria grande.

2.2 Estruturas de poder na América Latina e a vida das mulheres

Mobilizamos inicialmente para este tema dois autores, Quijano (2005) e Fanon (1968) e posteriormente apresentaremos mais algumas autoras que auxiliarão no processo de compreender o recorte que nos apresentam os autores supracitados, sobretudo Federici (2017) que apresentou um recorte fundamental dentro do debate materialista da acumulação primitiva.

É parte dos esforços desta pesquisa compreender epistemologicamente a América Latina e isso significa compreender o conhecimento que se produz a partir da relação entre sujeito (ser pensante) e objeto diante de um recorte de espaço e tempo. A busca por uma epistemologia do continente abre uma vereda espinhosa e desafiante, mas sobretudo, transformadora e revolucionária desde o ponto de vista que nos colocamos. Pois foi a partir do acesso a uma série de autores e autoras que *pensam desde dentro* desse espaço heterogêneo, plural, diverso que é a América Latina

e que ao mesmo tempo, apresenta uma série de determinações universais. É claro que, sendo latino-americanas, há construções sociais que nos dizem respeito e que, olhando a partir de uma perspectiva que dialogue conosco nos sentimos mais próximas de desvelar, de compreender e entender determinada realidade.

Inicialmente é importante pontuar que desde nosso ponto de partida há uma relação complexa e interligada entre o que se entende quando falamos de Europa e o que se entende quando falamos de América Latina. Quer dizer que não há uma Europa sem América Latina, embora isso simplesmente não pareça relevante em diversos e distintos estudos que tratam acerca da Europa, da América Latina e também do feminismo e das mulheres e também da estrutura patriarcal, racista, capitalista. O marco social, histórico, econômico, político, cultural que os Espanhóis e Portugueses buscam impor sobre os países latinoamericanos acaba por criar uma América Latina e uma Europa novas. Quijano (2005) defende que o primeiro recorte que estabelecem os Europeus quando chegam a América Latina é racializar os povos.

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. (QUIJANO, p.117, 2005)

A estrutura de poder que se ergue sobre o continente latino-americano é a espinha dorsal de um sistema racista, patriarcal, colonial, capitalista. O eurocentrismo é parte de seu aparato ideológico – compreendendo ideologia como força material que se impõe objetiva e subjetivamente nos sujeitos sociais; parte das relações sociais de produção; raciais e de sexo/gênero. No que tange o continente em foco utilizaremos o conceito elaborado por Quijano (2005) “colonialidade do poder” para representar a estrutura de poder especificamente demarcada de nosso continente. O autor defende que o elemento de colonialidade a que se refere perdura até os dias de hoje e é o que imprime uma marca específica ao modo de globalização ao qual estamos inseridos; pois apesar de não haver em termos econômicos as relações econômicas coloniais este elemento segue estruturando o poder: “[...]implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico”. (QUIJANO, p. 117, 2005).

Esta estrutura de poder tem como base o recorte de raça “A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras.” (Ibidem). Na medida em que as relações que se estabeleciam eram relações de dominação/exploração as raças criadas a partir desta perspectiva passam a definir hierarquicamente lugares, espaços, cor, etnia, sexo/gênero.

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Ibidem)

Fanon (1968) fala sobre como um processo de descolonização é a reivindicação mínima do colonizado, o ponto de partida de qualquer possibilidade de transformação e que ela é, invariavelmente violenta. Violenta porque responde a uma violência perpetuada anteriormente e – na maioria das vezes, há séculos.

A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação - ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono - foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que "os" conhece. O colono que *fez e continua a fazer* o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial. (FANON, p.26, 1968)

Corroborando com o que apresentamos acima, o processo de *racialização* modifica o ser, a estrutura de como o ser se vê e é visto pelo outro (ou completamente outro). Sobre a violência perpetrada pelas sociedades coloniais o autor escreve: “o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (idem, p.46). Sobre a violência também trata Chauí (2017) fala sobre a construção de um “absolutamente outro” (p.206) e da construção desse absolutamente outro como bárbaro que diante da postura dos “civilizados” deve ser trazido junto aos civilizados que o

oprimem/dominam/exploram sendo os civilizados capazes de “humaniza-lo” ou, diante da resistência do bárbaro em ser civilizado, a única saída do benfeitor é exterminá-lo. Esta *construção do bárbaro* dotada de ideologia tão utilizada na história da humanidade também foi utilizada na chegada dos colonos às terras ameríndias e, de maneira sistemática, ambas frentes de ação – tanto a civilizatória como o extermínio – foram durante todos os séculos que se seguiram a chegada dos colonos utilizadas a ferro e fogo. Ainda Chauí (idem, p.288) apresenta a complexa relação entre senhor e escravo advinda de Hegel onde senhor e escravo não são dados da realidade, parte essencial da realidade, parte da natureza; todo o contrário. Senhor e escravo são resultantes de um processo histórico, parte desse processo e *produzidos* por ele.

[...] eles são produzidos, são resultado de um processo dialético. Há um movimento de constituição do senhorio e de constituição da servidão, ou seja, há o processo da *gênese da dominação*. A dominação, portanto, não é um dado empírico, a dominação é um processo, e este processo, como todo processo dialético, como vimos, se realiza em três momentos (posição, negação, negação da negação e síntese) e prepara um quarto momento (a nova posição). (Ibidem, grifos originais)

Pontuados estes elementos centrais acerca da estrutura de poder que advém da ordem colonial e que se perpetua através da colonialidade do poder através de uma violência brutal é necessário agora estabelecer os recortes que envolvem a constituição da mulher como parte desse processo de racialização, *gentrificação*, opressão, dominação e exploração.

Federici (2017) tem grande contribuição quando apresenta a relação intrínseca entre a vida material objetiva das mulheres e a constituição de uma nova ordem social em seus estudos acerca da acumulação primitiva ou originária de capital como foi fundamental para esse processo histórico determinado não somente retirar a possibilidade de as mulheres sustentarem a si mesmas, sua família e comunidade - no caso das mulheres camponesas na Europa; como também, efetuando particular leitura das mulheres nas colônias que eram retiradas de seus países e/ou do seio de suas comunidades. O poder colonial recorria a estupros como punição e, como prática de povoamento utilizava os ventres das mulheres indígenas; as mulheres negras eram tratadas não com menos violência e além de todas as violências que sofriam as mulheres dos povos originários do território

colonizado elas também era obrigadas a reprodução, eram estupradas e tratadas como mercadoria dos senhores.

A definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa – assim como das mulheres e dos homens nas colônias – do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração (FEDERICI, 2017, p. 360).

Quijano (2005) defende que

[...] o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista. [...] Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as ideias mitificadas de “progresso” e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade. (Idem, p.129)

Neste sentido defendemos que o capitalismo – enquanto formação social determinada – apresenta estrutura de poder que funciona através da colonialidade do poder – que nada mais é do que força material ideológica sustentada pela violência de raça, sexo/gênero e classe social imposta através dos séculos de colonização e que permanece presente mesmo que as colônias em si, já não existam. Essa formação complexa de nosso continente unifica um primeiro olhar acerca do objeto ao qual nos propusemos debruçar através da pesquisa empírica, parte dos estudos desta tese. Findada esta problematização, apresentamos os posicionamentos metodológicos tomados pela pesquisadora a fim de conduzir os caminhos da pesquisa de campo.

2.2.1. O aprofundamento da crise imposta pela pandemia na América Latina: elementos de análise sobre a colonialidade do poder, racialização e eurocentrismo

Elementos para compreender o momento atual da vida das mulheres e das consequências da pandemia

Os dados e o debate apresentados até aqui, colocam a pesquisa diante desta lente de aumento, apresentada pela pandemia. Que significa, diante de uma perspectiva materialista histórica, um momento onde se aprofundam ferozmente as contradições já intrínsecas da própria realidade da estrutura racista, patriarcal capitalista. Diante desta mesma perspectiva é que nos toca refletir acerca daquilo que está posto também para além desta ordem societária. Há uma urgência nas condições de vida do povo latinoamericano, há uma urgência das necessidades objetivas e subjetivas daqueles que vivem neste continente e que são considerados carne para moer pelos grandes detentores dos meios de produção.

Neste sentido, há urgência no processo de emancipação humano, há urgência no processo de transformação social. E queremos compreender de que maneira as mulheres e o “comum” influenciam e são pontos de confluência neste profundo romper de correntes.

Segundo pesquisa desenvolvida pela SOF, (Sempre Viva Organização Feminista) as mulheres não pararam na pandemia. E, além disso, viram seus trabalhos cotidianos aumentarem, 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia. Estes dados, aliados a pesquisa que viemos desenvolvendo como parto da tese de doutorado serve para ilustrar que a economia no Brasil e na América Latina não para porque as mulheres não param. 72% das mulheres afirma que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia; 41% das mulheres que seguiu trabalhando sem redução de salário afirmou estar trabalhando mais; 40% afirma que a pandemia e a situação de isolamento social colocam em risco o sustento da casa; 58% das mulheres desempregadas são negras; 61% das mulheres que estão na economia solidária são negras; 8,4% das mulheres afirma terem sofrido algum tipo de violência no isolamento da pandemia. Esses dados são de extrema importância para situar o que estamos vivendo, objetivamente, em nosso país.

Mas, alguns outros dados ainda se fazem necessários. A violência contra a mulher se aprofunda com o contexto pandêmico e chega a níveis alarmantes; além disso, as denúncias são muito dificultadas diante do cotidiano dividido no contexto do isolamento social. Alia-se à esse fato, da violência contra a mulher, a condição de que a maioria das violência às quais são submetidas as mulheres são efetuadas pelas pessoas mais próximas e conhecidas das mulheres com familiares (pai, irmão, tios, primos), maridos, companheiros, namorados. De acordo com site

[...] só no ano de 2019, 17,8% das mulheres em todo o mundo sofreram violência física ou sexual. Ou seja, aproximadamente 1 em cada 5 mulheres foi violentada por alguém do seu vínculo afetivo só no ano passado. Em paralelo, no Brasil, no ano de 2018, mais de 500 mulheres foram agredidas por hora, sendo que 76% dos agressores eram conhecidos da vítima[...]

Segundo dados veiculados pelo portal G1:

Nos primeiros seis meses de 2020, 1.890 mulheres foram mortas de forma violenta, boa parte em plena pandemia do novo coronavírus – um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2019. Segundo o levantamento, 631 desses crimes foram de ódio motivados pela condição de gênero, ou seja, feminicídio.

Ainda segundo os dados veiculados, as denúncias caíram significativamente em comparação com o ano passado. Dos 27 estados da federação, 24 tiveram redução o número evidência a subnotificação e a dificuldade de denúncia por parte das mulheres. Unindo os dados de violência e a redução nas notificações demonstram a dificuldade das mulheres em acessar não só os serviços de proteção, como o disque-denúncia em si. Todo este complexo quadro se agrava quando comparado com os dados de América Latina.

Segundo a OIT, há 18 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas no continente, deste número, 71% delas é trabalhadora informal. Dados da Colômbia falam sobre um universo de 550mil mulheres trabalhadoras domésticas que já perderam seus trabalhos. No México esse montante chega a 2 milhões de mulheres desempregadas. A anistia também chama a atenção para o trabalho das trabalhadoras sexuais, segundo dados, 98% delas são o principal sustento de seus lares. Segundo a ONU Mulheres, no Brasil, as trabalhadoras domésticas representam cerca de 6 milhões o que corresponde a 15% das trabalhadoras ocupadas sendo (10% brancas e 18,6% negras).

Dados do Comitê Internacional de Resgate (ICR) mostram que a violência no continente aumenta vertiginosamente durante o contexto pandêmico. Em El Salvador, quase 200 queixas foram registradas de março a maio deste ano representando um aumento de 70% das queixas feitas no ano anterior, de 2019. No México, o estado de Chihuahua registrou 65% nos meses de março a abril; nas semanas que seguiram o confinamento no início da pandemia os meios de denúncia viram um

aumento de 60% das denúncias de violência contra as mulheres. Também na Colômbia houve aumento de 51% nos casos de violência doméstica contra a mulher durante os primeiros dias de quarentena e as ligações para linhas diretas viu um aumento de 99% neste país desde o princípio da pandemia e confinamento. Em abril, na Venezuela, também houve aumento desproporcional de 65% dos feminicídios em relação ao ano de 2019. Em Honduras os dados são de aumento de 4,1% de violência doméstica e intra-familiar. Na Argentina o aumento de denúncias foi de 40% desde a implementação do isolamento e de janeiro a maio registraram 140 feminicídios.

“O estudo de 2016, "A Gendered Analysis of Violent Deaths" (Um estudo de gênero sobre mortes violentas), relatou que catorze dos 25 países com as maiores taxas de femicídios são latino-americanos.” Democracia aberta, junho de 2020.

Os dados ilustram as consequências da categoria elaborada por Quijano (2005) Colonialidade do poder aliada a dependência dos países latino-americanos e à ideologia eurocêntrica. As imposições estruturais de racialização e violência, de dominação e exploração dos povos racializados na América Latina demonstram como, de forma sistemática, age a colonialidade. Os dados acerca da violência contra as mulheres; os dados acerca do aprofundamento dessa violência e da não assistência às mulheres num contexto de extrema fragilidade como é o caso da pandemia, as decisões administrativas dos Estados, sempre em prol do poder dominante, de uma classe e da manutenção da estrutura.

Já apresentamos texto acima uma série de dados que servem de esteio, partindo da realidade mais objetiva da vida cotidiana, para que se possa a partir disso, refletir esta realidade numa tentativa de abstração que seja capaz de recriá-la de concreto pensado. Para que sejamos capazes também de transformá-la, ademais de demonstrá-la como é. Aníbal demonstra que é fundamental que deixemos de lado a perspectiva e os olhos europeus sobre nossos processos histórico-sociais, culturais. Enquanto buscamos colocar os olhos europeus para buscar uma saída aos nossos problemas, eles sempre estarão acordando-nos à noite como os monstros que insistimos em deixar dentro dos armários. Há que recriar, criar a partir de nossas próprias bases.

Na realidade, cada categoria usada para caracterizar o processo político latino-americano tem sido sempre um modo parcial e distorcido de olhar esta realidade. Essa é uma consequência inevitável da perspectiva eurocêntrica, na qual um evolucionismo unilinear e

unidirecional se amalgama contraditoriamente com a visão dualista da história; um dualismo novo e radical que separa a natureza da sociedade, o corpo da razão; que não sabe o que fazer com a questão da totalidade, negando-a simplesmente, como o velho empirismo ou o novo pós-modernismo, ou entendendo-a só de modo organicista ou sistêmico, convertendo-a assim numa perspectiva distorcedora, impossível de ser usada salvo para o erro. (QUIJANO, 2005, p.138)

Neste momento, faz-se central apresentar as categorias dependência e eurocentrismo. São diversos os autores que tratam do tema e utilizaremos sinteticamente Ribeiro (1988), Quijano (2005) e Marini (2000). Para Marini

a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000, p. 109)

Ribeiro (1988) corrobora com Marini e traz também uma compreensão acerca da estrutura de poder

a estrutura de poder aparece estaticamente como uma entidade estável (ordem) que cristaliza a regência dos interesses das classes dominantes que regularam a ordenação sócio-política armando-se de mecanismos coercitivos e de autopetuação. De uma visão dinâmica, aparece como sucessivas conjunturas transitórias nas quais o conflito entre grupos sociais e a insurgência contra o predomínio de um deles gera lutas (insurreição) que as vezes ensejam a reabertura do regime para implantar uma nova ordenação sócio-política correspondente a novos interesses dominantes (revolução). (RIBEIRO, 1988, p.14/15)

Segundo Decarli (2018)

Fernandes (1975) também estabelece relação entre a estrutura econômica dos países de desenvolvimento dependente e as estruturas psicossociais e morais de estabelecimento deste modo de desenvolvimento colocando que as próprias estruturas dependentes da economia impossibilitam a transformação do capitalismo dependente em capitalismo desenvolvido; permanecendo este processo no âmbito da negação.

Assim, é possível compreender junto do que nos traz Quijano (2005), que há uma estrutura eurocêntrica que se constitui nas dualidades cartesianas e que constrói (isso significa no campo da objetividade (violência, dominação/exploração), tanto quanto no campo da subjetividade (cultura, ideologia, consciência)). A racialização dos povos de Abya Yala e dos povos da diáspora africana como povos selvagens, incultos, bárbaros e essa vinculação que a racialização efetiva através da cor e dos fenótipos são base daquilo que Quijano (2005) chama como a mais bem sucedida forma de dominação/exploração dos povos na história mundial. A forma que têm maiores abrangências e maior capilaridade.

O eurocentrismo é um modo de organizar subjetivamente os sujeitos que passaram a viver num lugar denominado pelo colono de América Latina. O eurocentrismo é um modo de organizar e estruturar a subjetividade de acordo com a dualidade e, neste espelho distorcido, nós – os racializados - sempre estamos devendo; sempre estamos em pé de desigualdade, de ignorância, de detrimento.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, *como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo –isso não é um privilégio dos europeus– mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (Quijano, 2005, p.122)

Compreendemos juntamente da perspectiva de criação da Europa a partir da criação da América Latina e da perspectiva de estruturação da colonialidade de poder e do eurocentrismo trazida por Quijano, a contribuição de Vergès nos parece central. Porque ela demonstra através dessa mesma linha que, a partir da colonização há a produção da raça superior branca e inferiores indígenas, negras – as mulheres racializadas.

A mulher branca foi literalmente uma produção da colônia. [...] Elsa Dorlin explica como, nas Américas, os primeiros naturalistas se basearam na diferença sexual para elaborar o conceito “raça”: os índios do Caribe ou os escravos deportados seriam populações com temperamento patogênico, efeminado e fraco. Passa-se, escreve Dorlin, da definição de um “temperamento de sexo” para a definição de um “temperamento de raça”. O modelo feminino de “mãe” branca, saudável, maternal, em oposição às figuras de uma feminilidade “degenerada” – a feitiçeira, a escrava africana –, dá corpo à Nação. (2020, p.55)

Para Lugones (apud Vergès, 2020, p.56) a colonialidade do poder também é colonialidade do gênero/sexo “[...] a experiência histórica das mulheres colonizadas não é apenas a de uma desqualificação racial, mas também sexual. As mulheres colonizadas são reinventadas [...] em normas, critérios e práticas discriminatórias [...]” Lugones (2020, p.57) afirma ainda que

[...]“colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento[...]

Nesse sentido, também Fanon (apud Vergès, *ibidem*, p.33) fala sobre a Europa como uma criação do “Terceiro Mundo” porque foi construída sobre o que roubaram de nossos continentes do Sul do mundo Global, como fala Vergès. Ainda, no esteio das contribuições de Françoise, ela traz a distinção entre colonização e colonialismo: para “Peter Ekeh: a colonização é um acontecimento/período, e o colonialismo é um processo/movimento, um movimento social total cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes dessas sequências.” (p,41). Aqui, o que chamam de colonialismo é o que Quijano e Lugones chamam de colonialidade do poder, do ser, do saber e do sistema gênero/sexo. Ao longo do segundo capítulo desenvolveremos estas categorias à luz do recorte de sexo/gênero, raça e classe no continente latino-americano construindo como alternativa a possibilidade de auto-defesa, além de elucidar os usos criativos da raiva na construção de um futuro aqui/agora e amanhã.

2.3. Quem são os selvagens? Quem são os violentos?

Este capítulo fala sobre tudo aquilo que não pôde ser dito, vivido, utilizado à nosso favor. À favor dos condenados, explorados da terra, a favor da resistência, da vida das mulheres e crianças. Dizem os poderosos que somos violentos e queremos a violência, nossa revolta e nosso fogo, são usados contra nós pela boca deles. E enquanto enchem sua boca de nossa carne, escorre nosso sangue ainda – ainda hoje. Neste sub-item do capítulo II queremos subverter à ordem do discurso, da vida, daquilo que deveríamos ser – dos nossos corpos dóceis, de nossas mentes silenciadas. Usamos, ousamos utilizá-la, nossa raiva e revolta, como forma de criar o novo. O horizonte, ello mesmo, lo que nos gusta sonhar e (re)sonhar.

2.3.1 *Os usos da raiva – Adure*

Tudo pode ser usado, menos o que é devastador
(você precisará se lembrar disso quando for acusada de destruição)

Lorde, 1982.

A ideia central deste ponto nos nossos estudos veio de forma muito profunda quando, na segunda entrevista realizada ainda presencialmente em São Paulo, Railda (AMPARAR) respondeu a minha pergunta sobre o que ela considerava resistência da seguinte forma:

[...]olha, a gente nem tá querendo mais usar essa palavra resistência, porque faz muito tempo né? trocentos anos e a gente tá resistindo. Há muitos anos a gente tá resistindo e nada mudou. Resistir também é baixar a cabeça.

Desde esse momento, no final do ano de 2019, a pesquisa têm ganho um caráter furioso, furioso no sentido de refletir porquê buscamos a palavra-ação resistência, quando em realidade, deveríamos estar refletindo acerca da nossa autodefesa. Claro que, ao longo dos anos, a pesquisa foi ganhando nuances distintas e novas reflexões foram surgindo, novas literaturas, acessos a diversas pensadoras e pensadores que têm falado sobre raiva, autodefesa, autodeterminação e o quanto isso é fruto de um trabalho de resistência para existência, sobretudo, da população negra nos países como

Estados Unidos, mas, também pelo que compreendo ao longo da pesquisa no cerne de nossos próprios processos de autoreflexão e autodenominação. Quando falo o que sou e isso vai de encontro com o que o outro diz que sou. Quando me posiciono de determinada forma e o outro se coloca surpreso pelo meu posicionamento, quando decido (o caso das mulheres) construir uma vida o mais liberta possível, dentro de toda a opressão e violência impostas – quando levantam-se pela sua própria organização e pela ação contra o Estado genocida. Toda forma de autodeterminação, toda forma de autodefinição – têm e contém em si mesma uma semente de raiva criativa. Nesse sentido, este ponto, tem não só como objetivo apresentar a raiva como uma semente criadora de vida nova – de nova narrativa, de novas formas de organizar-se – mas, sobretudo, de demonstrar como a nossa resistência e a forma como viemos vivendo até então não têm nos levado à frente. E sim, numa reencenação muito pouco criadora de possibilidade de futuro.

Nesse sentido, iniciamos, junto de Dorlin (2020) uma reflexão acerca de como a autodefesa foi e é negada aos povos dominados, oprimidos e explorados – sobretudo a população negra, indígena, às mulheres e crianças. Elsa nos traz os detalhes acerca de um processo de tortura e nele, destaca o mecanismo sádico que faz com que a vítima, amarrada de tal forma que – quanto mais ela se move, mais ela machuca a si mesma. As possíveis analogias que podemos costurar, deste instrumento de tortura chamado jaula de ferro são muitas. Aqui adentraremos em dois pontos. O primeiro deles são as consequências subjetivas; o segundo as consequências objetivas de um instrumento de tortura que impede a luta porque causa a morte – em verdade, quanto mais o prisioneiro luta, mais ele machuca a si mesmo. A expressão subjetiva de um instrumento como esse e a expressão objetiva ficam inscritas profundamente na vida social, cultural, histórica dos países da América Latina e Caribe. Ao analisarmos anteriormente neste capítulo como o território América Latina é uma invenção que sustenta também, no seu polo oposto, uma Europa de primeiro mundo, rica e com direitos sociais – estamos falando também de uma subjetividade, de uma colonialidade do ser que está sobreposta, sustentada por esse não lugar. O lugar de não poder defender a si, porque a luta machuca ainda mais o corpo levando-o à morte, ao fim da vida.

O poder, destinado a parte dominante da sociedade, também é inscrito da seguinte forma: os que dominam podem ser violentos; os dominados não. Dorlin ainda sobre o instrumento de tortura fala

[...] o dispositivo permite supor que a sobrevivência depende de sua força (muscular e física, mas também “mental”): ele deve se manter vivo, se não quiser sofrer ainda mais e morrer. Concomitantemente, essa tecnologia de tortura tem como finalidade única aniquilá-lo, mas de tal modo que, *quanto mais ele se defender, mais sofrerá*. (DORLIN, 2020, p.15, grifos da autora)

A autora segue a reflexão aprofundando como o objetivo do objeto de tortura e da demonstração do poder e violência do dominante/opressor é justamente acabar com a vida pelo próprio movimento da vida. Quanto mais o oprimido tenta sustentar a vida, resistir para sobreviver – mais ele acaba com a própria vida, mais ele mata a si mesmo. E ela questiona: “o que posso fazer se tudo o que tento para me salvar conduz à minha perda?” (ide, p.17)

Esse questionamento parece o mesmo que nos traz à luz Railda – o que posso fazer, se há trocentos anos estamos resistindo. Já não resistimos demais? E, pergunto aqui, sem resistir e sem morrer – que tipo de alternativa nos sobra? Nesse sentido, também convocamos Fanon, para que ele possa auxiliar em nosso debate e aprofundamento de nossas compreensões.

[...] o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo doado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior. (Fanon, 1968, p.46). E ainda: [...]O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim. (Fanon, 1968, p.66)

Elsa (2020) ainda fala sobre como a prática de levar determinados sujeitos a se aniquilarem como sujeitos adentra-os para a sua própria perda. O que retorna e retumba em nossas compreensões do primeiro capítulo – vinculadas a pandemia e também deste momento agora, em que estabelecemos os vínculos entre a covid-19 e o aprofundamento das contradições da sociedade capitalista. As consequências vividas hoje no contexto de abertura pós-pandemia de covid-19 nos aponta um continente empobrecido, com índices de fome, violência falta de saneamento básico – todos os marcadores de qualidade de vida – abaixo do que poderia ser considerado humano. Ao passo que, o colono, ou o burguês, ou a classe dominante – segue num lugar de poder e violenta ainda mais a classe dominada, os oprimidos, o colonizado.

Nos seus músculos, o colonizado está sempre à espera (FANON, 1968, p.53) – fico pensando aqui na relação com Reich e a couraça, o acúmulo de energia vital que segura, sustenta, contrai em si – no corpo nos músculo, na vida. Essa energia contida que não encontra o alívio, não encontra distencionamento³. Penso também nos relatos de doença que Railda fala sobre as mulheres que tem seus filhos encarcerados, maridos, irmãos, pais. O acúmulo daquela dor, da raiva que não pode ser expressa pra fora e que se torna adoecimento e morte. Lembro que ela comenta sobre os lugares onde as mulheres têm câncer (seios, útero...)

Fanon:

A violência com que se afirmou a supremacia dos valores brancos, a agressividade que impregnou o confronto vitorioso desses valores com os modos de vida ou de pensamento dos colonizados fazem com que, por uma justa reviravolta das coisas, o colonizado ria com escárnio ante a evocação de tais valores. (p.32)

Então, o colonizado descobre que sua vida, sua, respiração, as pulsações de seu coração, são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Dela decorre toda a nova e revolucionária segurança do colonizado. Se, com efeito, minha vida tem o mesmo peso que a do colono, seu olhar não me fulmina, não me imobiliza mais, sua voz já não me petrifica. Não me perturbo mais na sua presença. (os condenados da terra, p. 33). Dorlin escreve “[...] escravizado é aquele que não tem o direito nem o dever de preservar a si mesmo” (2020, p.45) E ainda, “A história dos dispositivos de desarmamento atesta a construção de grupos sociais mantidos em uma posição comum: a da impossibilidade de defesa.” (Dorlin, p.51).

Neste ponto, é de extrema importância nossa compreensão acerca da violência e a mudança que ocorre quando olhamos para nossas ações em combate a violência que sofremos socialmente, estruturalmente, por sexo/gênero, raça/etnia. Ao olhar para a ação dos oprimidos contra a violência que subjuga, domina, oprime a nossa humanidade – entendemos a autodefesa como parte constitutiva da possibilidade de construção de uma nova realidade, de uma nova ordem social.

3 Reich desenvolveu sua teoria baseado no que chamou de couraças musculares, como pontos hiperconcentrados de energia que adquirimos nos primeiros anos de vida, diante das experiências mais ou menos traumáticas que vivemos. Para Reich, não existe pulsão de morte e todo ser humano busca a descarga, a liberação das tensões, o gozo, a soltura. Sua teoria é amplamente utilizada até hoje no tratamento psicológico e a caractereologia das couraças auxilia muito na compreensão dos traumas psicológicos dos pacientes. Para maior conhecimento selecionamos alguns artigos.

A política da raiva é outro ponto que gostaríamos de destacar aqui, partindo da compreensão de diversos trechos das entrevistas que trouxemos acima, sobretudo no contexto urbano e mais especificamente, das grandes cidades, a violência perpetrada pelo Estado aparece muito explícita nas falas de Railda e Débora, mas também nas falas de Joana e Alice – sendo que as duas primeiras vivem na cidade de São Paulo, Joana em Goiânia, Goiás e Alice em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Diante disso, já podemos compreender que a vida nos grandes centros urbanos têm um destaque importante quando pensamos na opressão, dominação e violência sofrida. Ao mesmo tempo, há um tipificação importante dessa violência – a de Estado, a racista, a vivida no cotidiano de não acesso a uma vida digna – com condições não só de sobre-viver, mas viver. “Fazer da “segurança” uma norma de vida só é possível quando se produzem *inseguranças* contra as quais o Estado aparece (e se apresenta) como o último recurso” (DORLIN, 2020, p.249). Quando Elsa nos apresenta esse debate profundamente pertinente, ela fala sobre como essa suposta “segurança” que é fonte da construção da insegurança e da suposta defesa de quem está inseguro anda de mãos dadas com o alvo contra quem se deve proteger – e, tanto nos dados objetivos quanto subjetivos – a segurança gera insegurança da população negra. A construção racista da lógica de defesa do Estado que detém o poder e utiliza ele para oprimir e massacrar e decidir quem deve ser protegido de quem coloca em cheque como se pode usar não só a raiva mas como construir um movimento de autodefesa.

Há um elemento que aparece nas entrevistas que é a revolta com a situação. Uma revolta que não é muda, calada, silenciosa. Mas uma revolta que também encontra muitos obstáculos. Na mesma medida em que se fortalece na construção coletiva, ombro a ombro, com outras pessoas – sobretudo mulheres. Destacamos esse elemento como a raiva. E gostaríamos nesse ponto de sustentar junto de Lorde (2019) que a raiva têm uma potência fundamental na construção de nossas vidas, de nosso cotidiano, de uma vida saudável. Calar a sua raiva não vai te ajudar, mas usar essa raiva pra destruir aquilo que precisa ser destruído e construir aquilo que merece nossa criatividade e amor.

2.3.2 O mito da mulher pacífica

Diante da compreensão da transformação que a autodefesa pode construir e os caminhos que ela pode abrir no corpo, na vida, na sociabilidade, na existência das pessoas – gostaríamos de exercitar nosso olhar para a autodefesa desde o lugar da mulher. Sobretudo quando sua raiva pode ser já usada para autocompreensão – do seu lugar no mundo, do seu lugar em si mesma, da consciência em si e para si do movimento de tornar a ser novamente, subjetivar-se novamente – depois de ter sido sociabilizada no interior do patriarcado. Nesse sentido, levantamos esse ponto do ser mulher como ser pacífica, uma forma de subjetivação que desumaniza o *ser* mulher. O mito da mulher pacífica traz elementos não só que baseiam a paz como algo que é o silêncio dos oprimidos, a paz como silêncio imposto pelos opressores, colonizadores, pelos que detém o poder. Nesse sentido, o mito, como uma referência a algo que constitui uma história que se constrói, um lugar no qual as mulheres são postas – novamente aprisionadas. O mito como algo que nos costura subjetivamente, que se impõe pra nós, precisamente no lugar onde não se vê, no lugar do inconsciente ou do inconsciente coletivo – o que dá o tom das relações sociais que são sempre relações sociais de raça, sexo, e classe – mas que se coloca diante de nós como algo obscuro, sobreposto por diversas camadas. Poderíamos chamar também este subcapítulo de: a camisa de força pacífica da mulher, ou ainda a prisão da paz no silêncio da violência. O silêncio imposto é algo de ensurdecador, como um pacto feito entre quem não fala por quem não ouve – feito também por alguém que não pôde ouvir a si mesma, porque ouvir a si mesma era reconhecer-se como *pessoa* e ser pessoa é ser humana, mas quando uma parte deste ser humana é irreconhecível é como viver sem estar viva. Vergès (2020) fala sobre como as mulheres podem ter parte de suas lutas reconhecidas socialmente como bandeiras de reivindicação, desde que elas sejam pacíficas, ela fala sobre como a luta pelos direitos civis se torna uma revindicação pacífica. “Uma vez desassociadas do feminismo radical e da militância, as mulheres podem se tornar figuras proeminentes da história nacional” (VERGÈS, 2020, p.103). No entanto, nada na vida das mulheres ocorre de forma pacífica.

A raiva e a revolta das mulheres a quem importa? Ninguém quer saber sobre o que as mulheres têm a dizer da violência que vivem, porque ouvir é colocar-se à prova. Ouvir e acolher a violência sofrida é perceber-se ator da violência. Quem está disposto a se enxergar como violador? Como ameaça? Como opressor? Precisamente nesse ponto a raiva e a revolta se tornam armas de transformação. Uma mulher brava pode ser muito perigosa, imaginem uma mulher brava e que aprendeu sobre autodefesa na prática, nos seus músculos – braços, pernas, ventre – além de sua

língua, de seu intelecto; ela também sabe usar chutes, golpes, socos, mata leão. As leas, aprendendo a golpear, usando todas as armas da caneta ao punho.

Para Vergés

Essa pacificação do nosso passado militante contribui para nossa dominação no presente. Os padrões de respeitabilidade são estabelecidos para reprimir a raiva e torná-la indigna. Consequentemente, existem “sujeitos dignos de se defender e de ser defendidos” (2020, p.105)

Buscando elucidar ainda mais nossa compreensão sobre o silêncio e a revolta, mobilizamos um trecho da entrevista de Débora em ela fala “Então desde o momento que a semente tá dentro de nós a gente tem como dizer que nós somos professoras da transformação, nós somos as parideras dessa sociedade que quer nos dar uma paz de cemitério, uma paz branca.” E traz à tona o elemento racial da paz, uma paz branca, uma paz racista – porque não permite os elementos revoltosos de se expressar. A paz dos brancos, a paz dos homens, a paz da classe burguesa e de seus braços. Uma paz que mata, porque exclui aquilo que não é o seu lugar de poder – a brancura, a branquitude que estrutura a colonialidade do poder e do ser. Segundo Fanon “O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua práxis, no exercício da violência em seu projeto de libertação” (condenados, p. 44). Audre demonstra como esse real é repleto de informação e como o real é a origem da raiva precisamente porque o desvelar do real se torna palpável aos olhos dos oprimidos “Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva. (p.159, 2019).

A raiva, sendo repleta de informação e energia tem como papel unificador o movimento de transformar primeiro o olhar sobre o eu, depois o olhar sobre o outro e por fim o olhar sobre o todo. É através da revolta, do sentimento de injustiça, de injúria que pode surgir uma centelha de consciência acerca da opressão, acerca daquilo que nos machuca muitas e muitas seguidas vezes, mas que ainda não tivemos olhos pra ver, mãos pra tocar. A revolta muitas vezes é tão temida que permanecemos por muito tempo em situações limite. O corpo, estirado, esticada a corda dos músculos incapazes de moverem-se na direção da transformação, atrofiam, adoecem. Audre nos fala sobre como o medo da raiva pode também nos vender “Para mulheres educadas para sentir medo, a

raiva é muitas vezes uma ameaça de aniquilação. Na constituição masculina feita à base da força bruta, no ensinaram que nossa vida depende da boa vontade do poder patriarcal.(2019, p.164)”.

O medo para as mulheres têm sido um fator de sobrevivência por milênios, acontece que nosso medo de sentir raiva não nos leva a nenhuma possibilidade de transformação – todo oposto. Nosso medo de sentir raiva muitas vezes é nosso medo de romper, queimar, destruir. E essa é uma face importante da raiva. Descobrir tudo aquilo que deve ser posto abaixo. Para que possam surgir novos horizontes. Junto do mito da mulher pacífica, regado e alimentado pelo medo, podemos olhar pra nossa capacidade de destruição e ressignificar nossa ação. Nossa capacidade de clareza, proporcionada pela raiva é capaz de auxiliar na construção do caminho de transformação. Na percepção de quem são nossos inimigos, nossos aliados e aqueles que temos grande divergências. Como coloca Lorde “No entanto, a raiva expressa e traduzida em uma ação a favor de nossos ideais e nosso futuro é um ato de esclarecimento que liberta e dá força, pois é nesse processo doloroso de tradução que identificamos quem são os nossos aliados com quem temos sérias diferenças e quem são nossos verdadeiros inimigos (p.160, 2019)”

O árduo trabalho de escavar nossa raiva é esse trabalho de olhar pra tudo aquilo que nos estrutura e nos dá corpo do lado de dentro, na nossa psique, na nossa subjetividade. Escavar a raiva é escavar esse eu adestrado, esse eu muito bem cozido no fogo da violência e do silêncio de séculos. Escavar a raiva é absorver tudo aquilo que engolimos e que agora precisa ser ruminado novamente. Escavar a raiva é um trabalho humilde, meticuloso, lento e gradual. A ponto de conseguirmos mirar tudo aquilo que nos apodrece por dentro e que precisa ser trazido à tona. Até que possamos não mais destruir a nós para manter a estrutura e sim o oposto – destruir a estrutura para poder libertar o nó. O desconforto que sentimos ao topar com a nossa raiva é um exemplo de crescimento, um exemplo de que há mudanças ocorrendo dentro e fora – ao mesmo tempo e pra sempre.

A sua raiva pode destruir alguma coisa, uma coisa imensa, ou tudo ao mesmo tempo – e é exatamente este o papel dela. Nos interessa pensar a raiva a partir de um ponto de vista criador – e como é necessário, ao mesmo tempo, pensar em como ela destrói um lugar – sobretudo esse lugar do não ser, esse lugar de quem é calado, esse lugar onde apodrecemos por dentro para manter alguma coisa intacta que nem conseguimos expressar exatamente o que é. O que sua raiva mantém em fogo brando no seu estômago? Na sua pele, debaixo do seu cobertor? O que sua raiva protege? Quando ela é contida? O que ela sente que ganha, quando não pode falar? Que lugar é esse, interno

e obscuro, que cremos em manter com nosso sufocamento silencioso? O grito emudecido, a raiva contida, nos leva a manter uma estrutura interna – no corpo. Mas que se reflete lá fora, na casa, na família, no bairro, na comunidade, no território – e também naquilo que fazemos com nosso ato fundante criativo, no nosso trabalho. O quanto a raiva nos carrega de um lado pro outro? Como construir respostas que destruam, rompam, acabem com as estruturas internas e externas? E se minha raiva colocar fogo em tudo isso? E se queimar junto comigo? E se, ao gritar, meu grito encontre eco? Outras vozes? Outras mulheres? Outros homens? E se minha raiva virar um rastilho de pólvora?

E não é exatamente isso que ela deveria ser?

2.4. A revolta e a rebeldia nas entrevistas

Nós usamos todas as forças que conquistamos, incluindo a raiva, para nos ajudar a definir e da forma a um mundo onde todas as nossas irmãs possam crescer, onde todas as crianças possam amar e onde o poder de tocar e conhecer as diferenças e as maravilhas de outra mulher, irá, mais dia, menos dia, transcender a necessidade de destruição. (p.167)

Audre Lorde

É fundamental neste momento apresentar e destacar trechos das entrevistas onde a revolta e a rebeldia ganham destaque, não somente como forma de trazer à tona, percorrer o rastilho de pólvora – mas sobretudo como forma de analisar e vislumbrar através da práxis desta tese o que o real apresenta, o que o real grita, o que a realidade na sua essência demonstra.

Débora em sua entrevista

“Então eles mexeram com a mãe errada e eu tento passar isso pras mulheres, que a gente não pode se curvar pro Estado, mesmo sabendo que ele tá com os fuzis, como no estado de São Paulo, com

mais de 120 mil fuzis e metralhadora apontada pra mim eu nunca me curvei, porque não devo nada.” E ainda:

“O Estado pensou que arrancava meu útero, minhas trompas e meu ovário mas sobrou soro do útero e esse soro sobre pra mente e a gente trabalha, quando a gente fala com os profissionais, é uma semente que a gente planta de que a transformação está dentro de nós.”

“O governo uma vez falou: quem reagiu, tá morto. Isso é mentira. Porque quem não reagiu que morreu. Quem não reage tá morto.”

Alice em sua entrevista:

[...]quando tu nasce mulher numa sociedade dessas já é uma guerreira quando nasce como mulher indígena então é por isso que eu digo para o meu corpo ele é um corpo político

[...]tínhamos que dominar o mundo. Porque nós somos capazes disso porque nós conseguimos continuar se movimentando dentro de uma pandemia

Joana:

“Então se a gente luta por direitos a gente luta por um lugar”

Silvana:

“quando eu falo formações era da gente passar final de semana dentro de escolas públicas ouvindo as pessoas mais velhas o que dentro do movimento negro nós chamamos – ouvir nossos Griôs - falando das lutas dos nossos ancestrais da época da escravidão porque aqui no Brasil as pessoas acham que o povo negro chegou aqui e foi conciliado com a escravidão só que não; teve muitas lutas.”

[...]Sim, na cosmovisão africana a gente pensa sempre no coletivo, aí nós fazemos tudo em roda. Nós não pensamos só numa pessoa só, só em mim, nós pensamos numa coletividade porque quando você tá coletividade você se fortalece quando você tá sozinha você se enfraquece isso é uma coisa que a gente precisa ter sempre em mente.”

Salete:

“Então também o exercício de agente superação é superar estas relações patriarcais é uma desconstrução permanente né porque nós camponeses são muito mais conservadoras e

conservadores. E além disso ele nos coloca numa outra perspectiva de construção de sociedades né são outros valores que a gente apresenta quem não é só o alimento né como um diferencial de commodities para alimento mas são as novas relações as novas pessoas que a gente passa a construir do ponto de vista das relações né então estar no movimento te proporcione uma revolução uma revolução cultural uma revolução enfim em todas as dimensões”

“Porque nós mulheres sabemos quando a conversa é conosco ela é de um jeito mas junto com os homens ela se torna diferente, então é importante que os homens também *dialoguem* sobre esses temas né e as lutas conjunta.”

“essa dimensão do Cuidado a partir da nossa missão de produzir alimentos”

Como agir em defesa da vida?

A estratégia em defesa da vida, está muito vinculada a auto-defesa. Porque o Estado, como demonstramos algum par de vezes, escolhe a quem proteger e essa proteção têm cor, têm etnia, têm sexo e idade. O Estado opera diante da colonialidade do poder, do ser – o Estado atua a partir de uma necropolítica muito bem estruturada. Então, o que nos toca neste ponto é a pergunta que vai estruturando o fim deste capítulo e a possibilidade de abertura do próximo ponto dessa jornada. Como agir em defesa da vida? Como agir em defesa do “si mesmo” enquanto paralelo a todo um estado de coisas que coloca o oprimido, o colonizado como passível de morte, matável, violável. E quando este mesmo dominada/do, explorada/do, oprimida/do, colonizada/do toma agência de seu destino e se coloca como defensor.a de sua própria existência ele.a é ainda mais condenado à morte e todas as facetas da violência.

Vemos claramente, também durante os piores períodos da pandemia de covid-19 que o “sistema de marcas afetivas” apresentado por Dorlin (2020) garante a segurança e a vida a partir de uma “territorialidade sentimental que não apenas enquadra os espaços, estigmatiza os corpos e naturaliza a relação agressão/vitimização, segurança/insegurança, nós/eles, medo/confiança, como, além disso, opera uma mutação das subjetivações políticas em sentimentalismo da ameaça em risco.” (p.251). Nesse sentido, o paralelo que traçamos com relação à violência, a pandemia e quem pôde e pode se defender, seja contra o vírus, seja contra a fome, a violência do Estado – constituem

uma mesma classe, um mesmo grupo de indivíduos condenados à esse sistema de marcas afetivas, estigmatizados pelo espaço, incapazes de defender a vida – de si e dos seus.

Defendemos junto de tantas outras vozes que a defesa da vida – não só a vida em si mesma, mas a nossa vida esteja radicalmente envolvida num engajamento enraivecido no combate como June Jordan (Dorlin, 2020, p.255), defendemos que os sujeitos não sejam apaziguados em sua dimensão mais disruptiva e criadora – que é a raiva diante do cotidiano de injustiças. Nesse ponto, é importante compreender como a busca por segurança – ou a defesa de si mesmo contra a insegurança – acaba por esgotar o quanto se pode tirar da potência que a raiva impõe aos indivíduos. Porque, o paradoxo da segurança/insegurança não está posto para os oprimidos.as, posto que, a nossa insegurança alimenta o sistema, assim como nosso medo – em consequência nossa busca por segurança.

A defesa da vida é a defesa de um corpo-ser, de um lugar onde este ser do corpo possa existir através da subjetividade que lhe é singular. A defesa da vida é a defesa da voz, a voz do corpo é a dança, o passo, o passo do corpo começa na casa e anda pelo mundo. A voz do corpo-ser transforma o passo – porque se caminho, movo, se movo estrutura este eu ser do corpo pra fora da casa, se pra fora da casa ando – tenho um rumo. A defesa da vida é a revolta, de saber-se construído de amarras deste corpo pra dentro. De amarras deste eu pra fora. Onde ando com meu corpo, posso? E se carrego meu corpo de ser mulher pra uma rua escura à noite. E se carrego meu corpo de ser mulher indígena pro centro da cidade. E se carrego meu corpo de ser mulher negra pra os espaços políticos. Se ergo a voz, há escuta nessa voz que é minha? Que é preta? Que é indígena? Que é lésbica? Há ouvidos para ouvir a voz que projeto desde esse meu corpo de ser mulher de cor, de raça, de classe nesta sociedade? Há quem queira ouvir este uivo de revolta? Há quem queira conviver com este corpo que não mais quer estar preso? Apreendido feito caça? Vivo porque projetado no mundo? Fora do silêncio dos homens.

A defesa da vida é saber-se corpo-ser no seu próprio mundo ancestral, espaço de revolta e rebeldia de conhecer a si mesma fora da história colonizada. A defesa da vida é sentida pelo poros do corpo, pele na pele. A defesa da vida é sentida no brilho dos olhos, na cor dos dias, na humilde mão estendida umas às outras, nesse cotidiano comum do bem-viver compartilhado.

Encerramos o segundo capítulo desta tese em busca do olhar humildemente transformado por este corpo-ser que encantado, abre alas ao mundo. Outro mundo, novo mundo, comum-mundo. E se o

trabalho cotidiano, comum das mulheres fosse visto como transformador dos dias? E se o trabalho que criamos, se a criação dos filhos, se o tecer de nossos dias fossem vistos por nós mesmas como semente? Aqui meço, aqui começo, me despeço e teço algo novo, de novo e ainda mais outra deste ser, renovadas esperanças deste corpo-ser.

CAPÍTULO TERCEIRO

Minha língua noutra boca

FRONTEIRA

a pele do mundo

do corpo

encontro

encanto

o corpo encantado encontra o mundo

en el borde

al borde del mundo

allá

donde nada más se saca, nadie

un rincón desierto

neste espaço-lugar

nesta terra sem ninguém que é o

corpo da mulher

QUE ACORDA

FRONTEIRIÇA

no fim do fundo do dia

ELA ERGUE ALGUMA COISA

não um muro

pra fora

mas um espaço que diz: minha

terra

meu corpo

minhas mãos e pés e pele

MI PIEL SALE A PASEAR

Ao ser tocada pelo mundo,

estremeço?

erizam os pêlos deste corpo que é
 chão, caminho
 encontro ou perco fronteiras
 onde começo
 E
 deixo de ser princípio
 A PELE, corpo de encontro ao mundo

O terceiro e último capítulo deste trabalho têm como intuito abarcar o processo de criação que se gostaria que fosse feita uma tese. No feminino, neste artigo de mulher, neste corpo e dedos de mulher, nesta mente de mulher. E não poderia deixar de dizer, que neste momento de mulher. Atravessada por todos os acontecimentos das últimas semanas, já não mais um corpo mais ou menos feliz e contente e empolgado com a finalização deste trabalho. Um corpo muito preocupado com a forma de sustento e com um chão para pisar. Esse sentimento dá o tom deste capítulo, que agora deixa ele um tanto mais endurecido. Acontece que essa tese me mostra tantas encruzadas, quinas, pontos em suspensão, pontos em potencial, que me toma de novo pelo reverso. Pelo avesso do que eu gostaria e talvez por isso toda potência tenha em si mesma, ainda mais potência. Nesse rumo, com este corpo-ser-mente-espaco-vida digo que sigo, e que resisto também diante das rasteiras e quinas e sustento esse desejo de ainda ser, ainda encontrar caminhos. Gostaríamos de iniciar este capítulo com a categoria *cotidiano* porque este é um ponto fundante da nossa jornada até aqui. Nos interessa profundamente compreender como as mulheres no seu cotidiano constroem resistência, existência, novos futuros. O horizonte em si mesmo.

Outro ponto que atravessa o terceiro capítulo nos foi trazido pelos estudos, ademais de já ter sido intuído, pensado, sentido de alguma maneira diante das bibliografias e literaturas que fomos incluindo aos anos desta pesquisa e texto. É engraçado, raro, estranho, como há caminhos que estão fechados até que verdadeiramente se abram, encontrem um novo espaço terra território terreno de vivência deste corpo-ser. Dessa forma, a questão que agora aparece nos convoca a pensar sobre o quanto o trabalho das mulheres, este que foi chamado de amor, carinho, instinto é um trabalho. Um trabalho que deixa de ser visto como tal porque isso também têm uma função ideológica nesta sociedade, sabemos. Já trouxemos algumas reflexões nesse sentido no capítulo dois a partir dos

estudos de Federici. Mas agora, gostaríamos de adensar um pouco mais os efeitos desse trabalho para o questionamento de nós mesmas, enquanto pesquisadoras mulheres que estão dispostas a refletir para além do trivial, posto que a construção de novos horizontes de vida coletiva – de um horizonte estratégico – é algo central e de extrema valia pra nós. Apontar, algo. Uma lança, uma flecha – nossa capacidade humana, social, de prever futuros. Algo que nos é tão fundante e que é constantemente retirado de nós. Sobretudo das mulheres racializadas, das mulheres e crianças das classes trabalhadoras. Afinal, o trabalho do cuidado é um trabalho sujo?

A partir dessa perspectiva, traremos também alguns dados que sustentem as contradições do modo de viver capitalista, patriarcal, racista, as consequências psicossociais estruturais na vida cotidiana das mulheres e as possibilidades do bem-viver, do comum, e da perspectiva amorosa do viver comum pode significar a transformação social do eu, do outro, do mundo. Como conseguimos construir uma interlocução entre o horizonte estratégico e o horizonte construído no processo, no caminho, no cotidiano?

3.1. Cotidiano e Perspectiva Histórica

Para iniciar o debate acerca da história e do cotidiano, gostaríamos inicialmente de pontuar duas bases fundantes do método que sustenta a forma como entendemos e compreendemos a realidade. A primeira delas, diante desse arcabouço teórico que nos toca e que constrói o debate acerca do cotidiano e da história é que a história, como aponta Marx (2011, 18 Brumário), os indivíduos não a fazem como querem e da forma como bem entendem. Estamos, socialmente, sempre mediados em maior ou menor grau por uma estrutura que se impõe diante de nós - e internamente. Podemos compreender a partir da perspectiva ontológica, que a história é algo complexo e mutável, em constante transformação, E que o ser social atua diante dela sob circunstâncias que foram trazidas por outros indivíduos num correr constante e numa tensão constante entre vir e devir. Entre ser e vir a ser, a história como composição dos acontecimentos individuais e coletivos é ontologicamente fundada pelo trabalho. Assim, a vida cotidiana é o centro dos acontecimentos históricos, centro do vir/devir. Já a vida cotidiana é a vida do indivíduo e o indivíduo sempre é ser particular e ser genérico ao mesmo tempo (HELLER, p.34, 2014). Aqui apontamos outra particularidade central que importa ao nosso debate e que está ligada à história

como tal e também em potencial. Já nascemos inseridos numa cotidianidade, essa cotidianidade singular/particular representa a comunidade onde nascemos, aqui delineamos claramente a classe, a raça/etnia e o sexo/gênero com quem nascemos.

Ponto importante: (HELLER, p.49, 2014) as ideias necessárias à cotidianidade (pensamento cotidiano-ação cotidiana) são as ideias que auxiliam nas ações do cotidiano. Heller nos fala sobre como na cotidianidade há uma unidade imediata pensamento-ação. E pontua que pensamento cotidiano não é práxis e define que a práxis é atividade humano-genérica consciente. (Alienação, p.58). “A humanidade se produz a si mesma a partir de um mundo que já existia antes dela. A história da humanidade é a história do nascimento e do desenvolvimento da liberdade[...]” (Heller, p.153, 2014) A liberdade é sempre liberdade relativa, assim como a autonomia sempre é uma autonomia relativa. Isso porque compreendemos que somos o resultado de uma continuação histórico-social-cultural que também é atravessada por lutas de classes, por classes em disputa e combate - hora diretos, oras por outros meios. E também classes que têm recortes de raça e etnia, sexo e gênero. Nesse sentido, ao olharmos para a história, e, especificamente, para o cotidiano como algo que constrói dia após dia essa história é possível refletir acerca da infinidade de ações conscientes desde o interior da vida cotidiana. E, por suposto, refletir igualmente que quem compõe os fazeres cotidianos são seres singulares e estes por sua vez estão vinculados ao ser genérico. A autora conclui apresentando que “O fortalecimento dessa essência genérica do homem e afetiva humanização global da vida acarretam ao mesmo tempo a superação da alienação moral: a conquista de um âmbito de movimento individual cada vez mais amplo, no qual a decisão ética concreta vai poder substituir em geral, para todos, a vigência de princípios de moral abstrata, o automatismo dos costumes (Heller, p.156, 2014)”

Para Federici “A vida cotidiana é o principal terreno da mudança social” (p.254) e que o feminismo possibilitou a compreensão de que a vida cotidiana é uma realidade que se estrutura concretamente e que está organizada em torno da produção de seres humanos “[...] que como apontaram Marx e Engels (1970, p.48-9[2007, p.47-81]) é “o primeiro fato histórico” e “condição fundamental de toda a história” (FEDERICI, 2022, p.255). Assim, se não podemos nos colocar diante da compreensão do cotidiano de forma neutra, ou seja, precisamos compreender o papel da produção de seres humanos, entendemos que não há sujeito abstrato e que esse trabalho feito pelas

mulheres produz relações sociais desiguais de poder, mas também experiências e perspectivas qualitativamente diferentes sobre o mundo e a própria vida cotidiana em si. Federici segue

Ademais, se o trabalho doméstico é subordinado às necessidades do mercado de trabalho, então as relações familiares, sexuais e de gênero são “relações de produção”, e não devemos nos surpreender com as contradições que as permeiam, nem com a nossa incapacidade de fazê-las suprir nossos desejo. Essa constatação foi uma experiência libertadora para as mulheres, e podemos dizer que isso deu ao cotidiano “acesso à história e à vida política” (Lefebvre, 2002, p.41). (p. 256)

Gostaríamos de retomar as categorias corpo-território que apresentamos acima para enriquecer ainda mais nossa compreensão acerca do cotidiano e da história e do papel do cotidiano na transformação da sociedade. Lefebvre(1981;1977) em uma de suas obras fala sobre corpo e o espaço como construções de cotidiano. O cotidiano se faz pelo corpo no espaço/território o que nos atravessa novamente de forma estrutural porque quem se é (sua raça, sua etnia, seu sexo, seu gênero) define por onde e como se move espacial e territorialmente. Até onde se vai, de onde raramente se sai, com quem topamos, de que forma nos colocamos diante de quem topamos. Para Lefebvre (1977) se o cotidiano é o lugar onde os indivíduos produzem e reproduzem a vida, também se torna um espaço de contestação dessa produção/reprodução. Cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço e dessa maneira compreendemos que:

Se o espaço se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro. Essa contestação não pode desaparecer, pois é o rumor e a sombra prenhe de desejo e de expectativa que acompanham a ocupação do mundo pelo crescimento econômico, pelo mercado e pelo Estado. (LEFEBVRE, 1977, p.209)

Diante desses pontos, gostaríamos de apresentar o que compreendemos portanto, como central em nossa tese e os pontos que gostaríamos de colocar luz. Querendo compreender um sentimento, no corpo mesmo, que de alguma maneira gostaria de ser entendido deste singular vinculado ao genérico. Como podemos cotidianamente transformar a realidade? E a estrutura, e o senso comum ou o pragmatismo da cotidianidade? E a ideologia? Como falar de construção

cotidiana do comum como perspectiva revolucionária? E o que significa essa categoria bem-viver que enxergamos no horizonte, mas que também se faz nesse aqui/agora, nesse presente latinoamericano? E como todos esses pontos estão ligados a um recorte da realidade que vivemos, globalmente, chamado pandemia de covid-19? Como essa brecha comum do bem-viver e da feitura do futuro no presente surge exatamente num dos momentos mais complexos da contemporaneidade? Por termos todos esses questionamentos e pela experiência de um corpo de mulher, mãe ter sido confinado na pandemia junto de duas crianças num país que tinha acabado de eleger um dos personagens mais retrógrados de sua história - como esse ser mulher, mãe neste corpo teve implicações que aceleraram esse processo de reflexão e pesquisa. Como entender se o que eu sentia no dia-a-dia fazia algum sentido com o que outras como eu também estava sentindo em seu próprio dia-a-dia? E como entender esse cotidiano comum, singular universal - como entender esse cotidiano comum - pensando nas mulheres que compõem movimentos que buscam justamente construir essa relação entre singular-universal. Que saem de si e tocam o outro - num movimento contínuo que toca o gênero humano.

Para Federici, a vida cotidiana se tornou uma crise permanente para as mulheres (p.262), o que a autora traz como reflexão é que o trabalho do cuidado, do afeto⁴ – sobretudo quando ele está sendo feito destinado ao mercado – é um trabalho extenuante, um trabalho que despersonaliza as mulheres na medida em que ele é encarado como restritivo, decisivo e não pago. Essa cisão, essa crise, esse lugar de deslocamento do cotidiano na vida das mulheres num momento de crise singular como tratamos a pandemia têm uma importância central. Há nesse ponto algo que nos toca neste trabalho que é compreender a vida cotidiana como o espaço onde temos a oportunidade de transformar. E aí, o processo de crise em que as mulheres estão colocadas em suas vidas cotidianas têm muitas consequências psicosociais, culturais, econômicas - sobretudo, diante de nosso recorte de classe, raça/etnia. As condições de vida das mulheres, a crise cotidiana, a violência dos homens, a dificuldade de reproduzir a existência a consequência das jornadas de trabalho extenuantes. Todos esses processos enfraquecem as possíveis relações sociais que não esteja baseadas no poder, mas na

4 O trabalho do afeto merece ser especificado aqui: “Afeto” não significa um sentimento de ternura ou amor. Significa, antes, nossa capacidade de interação, nossa capacidade de movimento e de sermos movidos em um fluxo interminável de trocas e encontros, que supostamente expandem nossos poderes e demonstram não apenas a infinita produtividade de nosso ser, mas também o caráter transformador – e, portanto, já político – da vida cotidiana.” (FEDERICI, 2019, p.338). “Trabalho afetivo é, assim, o trabalho que produz e manipula afetos, trazendo um sentimento de alívio, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão.” (idem, p.341)

solidariedade. E diante disso, as alternativas comuns, as alternativas de coletivização da vida cotidiana se tornam uma chave fundamental.

Os esforços deste primeiro ponto do capítulo III têm como função ser vela neste barco. Porque precisei buscar entender de novo o que é história e como fazemos história a partir do que ela faz com a gente. Diante do exposto e de forma mais sucinta, gostaria de definir aqui esses pontos. Porque as águas que atravessaremos no ponto dois, são, em grande medida, essa tempestade de definir o que acreditamos como ponto central desta tese.

3.2. Travessia, atravessamento e revolta da margem

Já trouxemos alguns pontos fundamentais e categorias que trabalhamos até aqui, mas nos falta ainda demonstrar o que entendemos por comum e aqui pontuamos, junto de Ferederici (que já trouxemos no capítulo II, Dardot e Laval (2017). Comum, da forma como definimos aqui é uma construção política. E esse ponto, embora seja simples é bastante complexo em nossa compreensão e também central. O Comum como uma construção política nos coloca diante de uma tarefa histórica de transformação. Porque política é prática reflexiva, e prática reflexiva esta ligada a possibilidade de tomada de consciência, para compreender a realidade, a prática reflexiva, a consciência, é necessário compreender a realidade, tomar decisões, escolher caminhos. Filosoficamente falando, ontologicamente refletindo acerca dessa capacidade política que contém o comum - entendemos que a capacidade teleológica de definir caminhos, eticamente falando, está no cerne da possibilidade do comum, do bem-viver. Unimos, como num enlace, as compreensões do que defendemos como comum, diante da sociedade em que estamos inseridos estruturalmente.

Há a necessidade da problematização do comum da perspectiva do trabalho, e, aqui, sobretudo do trabalho das mulheres. Porque defendemos até aqui o comum, o trabalho comum como algo que nos recorta - que recorta a vida-corpo-território das mulheres e se fez importante a reflexão sobre como esse trabalho comum é considerado um trabalho sujo.

Seguimos a travessia falando sobre o trabalho comum, o trabalho sujo, o trabalho que é chamado amor. O trabalho das mulheres e as perspectivas de - até onde - isso vai? O trabalho das mulheres é um trabalho sujo? Podemos ressignificar esse trabalho sujo? Ou as mulheres são responsáveis pelo trabalho da limpeza? Quais as relações entre o trabalho sujo e ser responsável

pela limpeza do lixo? E se a perspectiva for voltar-nos para a nossa comunidade como algo profundamente revolucionário? E se o trabalho compartilhado, se torna potência de transformação social? Resistência, auto-defesa, autonomia, liberdade? Para isso, apresentaremos alguns dados, e algumas discussões sobre o corpo vinculado ao capitalismo dependente.

Buscamos teorizar aqui e utilizar categorias que nos auxiliem a compreender o plano macro de nossos esforços teóricos. Queremos entender de que forma nosso olhar diante do trabalho cotidiano das mulheres se entrelaça com a perspectiva rebelde e em que pontos ele pode se colocar como o olhar colonizador e como permanecer em vigília, em construção e atentas ao nosso processo criador de insubmissão radical.

Elencamos alguns questionamentos que buscamos responder: sobre *dirty care*, as implicações, o que significa o trabalho do cuidado na sociedade racista, capitalista, patriarcal? Há possibilidades de refletir acerca do trabalho do cuidado de uma perspectiva transformadora e revolucionária da realidade? E também buscaremos compreender junto de Vergès (2020) a ligação do *dirty care* e de quem faz o trabalho de limpeza do mundo.

O quanto o trabalho do cuidado, o trabalho cotidiano das mulheres é um trabalho que compõe uma série de marcadores de dominação, opressão e violência para ser como é – no território, na terra, no corpo? O quanto o trabalho das mulheres se desloca daquilo que domina, oprime, explora e violenta para ser algo que constrói horizontes comuns, comunitários. E este tema é o nosso ponto central, espinha dorsal do que estamos construindo aqui. O quanto o viés com o qual olhamos o trabalho das mulheres em seus corpos, território e terra é colonialista? O quanto ainda carregamos desta vertente em nossas próprias formas? Como romper? Transpor esse limite? Essa fronteira?

Dorlin (2020) ao final de seu livro, constrói uma reflexão que todas nós conhecemos e sentimos na pele, todos os dias. O quanto daquilo que entendemos como nossa responsabilidade, como instinto, como amor, cuidado, carinho – essencialmente o é. Essencialmente aqui, quero dizer, e se não estivéssemos constantemente ameaçadas? Ameaçadas em nossa integridade, totalidade, em nosso ser humano. Aqui faremos uma ponte com os dados que apresentamos acima, acerca das mulheres serem a ampla maioria das profissionais do *care*, profissionais do cuidado. As profissões que estão ligadas ao cuidado têm majoritariamente mulheres em suas fileiras, isso também ficou claro na pandemia. A maioria das profissionais enfermeiras, por exemplo, eram mulheres – o que,

como dito acima, agravava muito as condições de trabalho das mulheres, porque além de trabalharem com o cuidado, elas também são as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, as pessoas mais velhas de sua família e comunidade, segundo dados do IBGE de 2019, 85%⁵ do trabalho do cuidado é feito por mulheres.

De volta aos questionamentos elaborados por Dorlin (2020), o lugar do cuidado, como imposto unido ao lugar da submissão – baseia-se no medo. Desta forma, a autora diz, não somos livres para saber se o que sentimos, fazemos ou vivemos é por cuidado, amor, carinho. O que aconteceria se nos negássemos a ser dóceis? O que aconteceria se nos colocássemos contra uma estrutura estreita, opressora, que aponta uma faca pro nosso pescoço a qualquer menor ato de rebeldia? O lugar da presa, o lugar daquela que só pode se defender pelo silenciamento, submissão. “Bella toma consciência de que até agora se defendeu, mas se esgotou ao assumir essa carga, achatou seu mundo, interrompido no mais vivo de seu ser” (Dorlin, 2020, p.284). O achatamento, do nosso mundo, o achatamento dos corpos que podemos tão bem teorizar junto de Fanon, sobre os músculos comprimidos do colonizado – à espera do ataque, à espera da descarga – o achatamento do horizonte. Tudo isso foi também vivido por nós, ao longo da pandemia. E, em especial, se falamos sobre América Latina e Brasil – podemos estar diante de um achatamento ainda maior da vida mesma, da vida em si mesma.

De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)

No ano de 2020, a taxa de extrema pobreza teria atingido 12,5% e a de pobreza 33,7%. [...] a desigualdade na distribuição de renda aumentou (2,9% do índice de Gini). Enquanto, a insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 40,4% da população em 2020, 6,5 pontos percentuais a mais do que em 2019. Isso significa que houve 44 milhões de pessoas mais em insegurança alimentar moderada ou grave na região e 21 milhões passaram a sofrer com insegurança alimentar grave.

A CEPAL indica ainda que a “região apresenta o maior número de mortes registradas por Covid-19 em âmbito global, com 28,8% de casos fatais, apesar da região abrigar apenas 8,4% da

5 <https://www.brasildefatores.com.br/2021/03/12/dossie-fala-sobre-o-trabalho-invisivel-de-mulheres-e-meninas-de-todo-o-mundo> – acessado em 15/08/2022.

população global”. Ainda sobre os dados acerca da violência e da desproteção de mulheres e crianças no continente latinoamericano diante da pandemia de covid-19 falemos sobre o trabalho do cuidado e a dinâmica da presa.

Tudo isso está profundamente ligado com a dinâmica da presa, de quem é acossada por uma ordem social beligerante, destrutiva, violenta, racista, machista. Nesse sentido, trazemos à cena alguns trechos da problematização de Dorlin(2020) posto que debatemos mais extensamente os dados e as consequências em capítulos anteriores. É importante, neste ponto para nós, problematizar o aspecto do cuidado, da passividade, da submissão que coloca as mulheres numa docilidade silenciosa sufocante e violenta.

Nossa hipótese é a seguinte: o cuidado com os outros se efetiva por meio e no âmbito da violência, gerando uma posição ética bem diferente da simples proximidade afetiva, do amor, da atenção compassiva, da solicitude afetuosa ou da abnegação nos cuidados mais extenuantes[...]. A violência suportada gera uma postura cognitiva, emocional negativa, fazendo com que os indivíduos que a sofrem fiquem constantemente à espreita, à escuta do mundo e dos outros. (p.293)

A autora fala sobre uma inquietude radical, que impossibilita a ação de defender-se. Podemos refletir também sobre o medo de sua própria raiva – onde me levaria esse sentimento? O aniquilamento do eu acaba sendo o subterfúgio para não aniquilar o outro. Este “outro” aqui se universalizarmos a vista, um outro altivo soberbo, um outro social, estrutural. O movimento do cuidado, em sua perspectiva, é um movimento que busca antecipar-se o tempo todo ao *outro*. Como dissipar a violência? A fala? Como desencorajar o outro a ser truculento? Como não irritá-lo? Vamos tornando as nossas emoções incompreensíveis para nós mesmas a fim de não senti-las na espera de que o *outro* não nos faça mal. Nos acostumamos, no sentido de tornar a violência uma íntima de nossos ossos, células, corpos, olhares, formas de ser e agir.

A questão central aqui – em nossa perspectiva – não é sobre o quanto nos importamos com o outro no sentido da humanidade, porque ao não sentir nossa própria ira, nosso medo, nossa raiva – nossas emoções – estamos também nos colocando num lugar não humano. Ao nos acostumar, tornar costumeiras uma série de violências sofridas, deixamos a nós mesmas fora do que pode ser aguentado, sustentado, suportado humanamente falando. Não olhamos para nós com humanidade.

Então, como olhar o outro e cuidar do outro e estar disponível ao outro sem sentir-mos livres e capazes de sentir o humano em nós? Assim

A questão não é mais “se preocupar com os outros” e fazer alguma coisa para ajudá-los, curá-los, reconfortá-los, tranquilizá-los, deixá-los seguros, e sim se preocupar com os outros para antecipar o que querem, vão ou podem *fazer conosco* – algo que potencialmente nos desvaloriza, nos cansa, nos insulta, nos isola, nos fere, nos inquieta, nos nega, nos assista, nos desrealiza. (p.294)

O trabalho do cuidado, ou *dirty care*, desta perspectiva nos *desrealiza*. E aqui, nos pega um ponto e nos enosa. O trabalho que fazemos, o trabalho do cuidado nos tira a possibilidade de ser, humanas, nos tira a possibilidade de sentir, nos tira a realidade de existir em nossa integridade, porque nos oprime e amarra numa obrigação que deveria ser coativa. E aqui, seguimos com Dorlin

É preciso se manter em estado de alerta quase permanente, e isso produz um esgotamento que impede qualquer tipo de atenção a si ou que faz com que as próprias representações, visões, desejos, intenções, emoções passem para segundo plano, com o status de dados duvidosos, fantásticos, falsos, informações de menor importância, elementos insignificantes. A força de trabalho investida no processo de conhecimento se esgota e só pode se reconstituir a duras penas sob a condição de um esquecimento de si que intensifica a desrealização do próprio ponto de vista, de seu mundo vivido. (295)

Convocando Vergès a contribuir com essa perspectiva, já elucidamos acima, no capítulo I sobre a economia do desgaste dos corpos racializados. Mas aqui, gostaríamos de seguir este fio desde a perspectiva da “classe *cuidadora*” (p.125), que segundo a autora “trabalho consiste em cuidar de outros seres humanos, plantas e animais” (Vergès, apud Graeber, p.125) e segue “trabalho cuja finalidade é manter ou aumentar a liberdade de outra pessoa”. Aqui problematizamos a questão da classe, porque entendemos que não há a classe específica que faz o trabalho de cuidadora. Mas que esse trabalho é trabalho da classe trabalhadora, sobretudo e abundantemente, das mulheres racializadas. Mas seguimos com a perspectiva do debate que queremos elucidar. Vergès segue o debate que nos apresenta e fala sobre a limpeza como prática de cuidado, na instrumentalização e da separação do que é limpo e do que é sujo e ele segue dizendo que esse trabalho de separação entre sujo/limpo faz parte de toda a gentrificação e militarização das cidades. A autora fala sobre a

feminização da indústria da limpeza e esse ponto se vincula com o que trouxemos acima, do dirty care. O que queremos chamar atenção, aliadas no debate da autora é que o capitalismo, ao estar baseado numa superprodução e na apropriação das riquezas produzidas de forma privada produz também uma superprodução de lixo e – filosoficamente e socialmente refletindo, produz também seres humanos considerados descartáveis. “A indústria da limpeza/cuidado é um dos exemplos mais claros de como funciona o capitalismo racial, ou seja, fabricando uma vulnerabilidade à morte” (p.128)

Como um todo concreto, abstraído e novamente concreto pensado - entendemos camadas mais profundas sobre o trabalho comum, o trabalho do cuidado, o cuidado, o cotidiano, a cotidianidade e a vinculação dessas categorias com os pontos centrais de nossa tese, das entrevistas e da pesquisa que desenvolvemos até aqui. Destacamos que, as entrevistas feitas ao longo do ano de 2020 com mulheres que fazem parte de movimentos sociais, políticos, urbanos e rurais têm como ponto em comum serem mulheres e destacamos aqui - serem responsáveis pelo trabalho do cuidado, ademais do trabalho político (que aqui gostaríamos de vinculá-lo com o trabalho do cuidado em nossas entrevistas) ademais do trabalho de reprodução da vida social. Então, diante da práxis demonstrada pela pesquisa como o trabalho do cuidado, o trabalho comum ele já é feito pelas mulheres e no caso das mulheres que entrevistamos esse trabalho do cuidado sendo efetuado também como trabalho político aponta pra nós um dos pontos centrais antes de seguirmos nossa pesquisa que é como o trabalho do comum, pode ser trabalho político, pode ser trabalho que transforma, pode ser trabalho que acumula, desenvolve e sustenta a possibilidade de construção de um novo mundo. Outra questão que nos toca e que se faz fundante nesse momento é compreender como a vinculação afetiva ao trabalho do cuidado é uma forma cultural, social, econômica, estrutural, racista, patriarcal - e, como já demonstramos, o trabalho que sustenta o mundo e um *trabalho não pago*.

3.3. Trabalho, Cotidianidade, Consciência, Desejo, Devir

– como a língua que falam as mulheres constroem o futuro.

As mulheres são lançadas na condição de sustentadoras do mundo, do trabalho afetivo, de reprodução da vida, do trabalho do cuidado, esse mesmo trabalho que não é reconhecido

socialmente como trabalho é o motor principal de possibilidade de construção da sociedade onde estamos inseridas - nos voltemos rapidamente à reflexão desenvolvida por Federici sobre o papel da vida das mulheres subjetiva e objetivamente no processo de acumulação de capital para o desenvolvimento da sociedade capitalista - e aqui faz-se necessário pensar sobre como esse lugar é natural, mas não no sentido do sexo/gênero de quem o sustenta nessa sociedade; mas do gênero humano universalmente pensando, falando, compreendendo. E aqui, se fazem necessárias duas aberturas de caminho. O primeiro deles é o porquê as mulheres cumprem um papel que deveria ser de todos - imagino que esse ponto até aqui já foi tratado exaustivamente mas que falta o alinhavo final. O segundo ponto que gostaríamos de tratar é do porquê as mulheres e não a comunidade. Porque e como a estrutural social, psíquica, psicossocial move as estruturas internas do sujeito a tal ponto de ele (os homens) não conseguirem ver seu papel comunitário. Gostaríamos de apontar alguns elementos subjetivos, psicossociais que podem nos auxiliar como trouxemos Reich no capítulo anterior, agora gostaríamos de, junto de Safatle, abordar o sujeito neoliberal. Antes disso, seguir o rumo de nossa ideia. Como primeiro ponto, a compreensão de toda uma estrutura que se utiliza do trabalho como um todo das mulheres, sobretudo as mulheres negras e periféricas (da periferia dos centros, mas também da periferia do sistema) e que apresenta como um espelho o que não queremos. E nesse ponto confundimos o que fizeram de nós, a nossa língua na boca do colonizador, com o que somos a partir do gênero humano que podemos falar, nossa língua dentro de nossa própria boca. Então, o primeiro ponto nos servirá precisamente para isso. Falar nossa língua de lama, nossa língua de princípio de mundo, nossa língua de água e terra que esculpe e transforma barro em forma, em recipiente, barro em jarro, caneco. Jarro e caneco e prato que servirão de espaço fértil para a comunidade nas suas variadas e diversas necessidades.

O segundo ponto fala exatamente de nossa tentativa de entender melhor essa cotidianeidade no momento atual do desenvolvimento da sociedade racista, patriarcal capitalista que alguns teóricos chamam de neoliberal⁶ e desvelar esse cotidiano que nos toca a pesquisar como

6 Não entraremos aqui no ponto sobre a definição da sociedade neoliberal que sei que nos é cara no interior do Serviço Social, deixando apenas a reflexão sobre o neoliberalismo e a reflexão marxiana que fala sobre as crises em ondas do capitalismo e sobre essa onda que estamos vivendo e que iniciou na década de 1970.

possibilidade de futuro e como pensar nele a partir desse ponto se nossa subjetividade está captada pela lógica neoliberal. O corpo, enquanto corporeidade que recebe a lógica estrutural em si - dentro de si, diante de si. Esse corpo que também é espaço subjetivo, esse corpo que também é raça/cor, sexo/gênero, esse corpo que fala e que é de um lugar (interno e externo) esse corpo-ser-território que recebe uma corporeidade que segundo Safatle (2016)

O objetivo é a conformação final do corpo a uma consciência empreendedora que vê a corporeidade como propriedade a ser cuidada a partir da lógica dos investimentos e das rentabilizações, como expressão básica de um individualismo possessivo. Um “cuidado empresarial de si” que elimina toda heteronomia e estranhamento na relação do sujeito com o corpo, tão importante para o que Lacan chama de dimensão real da experiência do corpo. (SAFATLE, 2016, p.149)

O que impede nossa possibilidade de transformação, diante da subjetividade e da corporeidade neoliberal “incapacidade de apropriação reflexiva do próprio desejo sob forma de um projeto consciente” (idem: Safatle 2016, p.149). O que o Eu da corporeidade neoliberal oferece é uma “forma vazia de reconfiguração contínua de si que parece aceitar, dissolver e passar por todos os conteúdos” (ibidem: Safatle 2016, p.149). Quer dizer que para Lacan, segundo Safatle (2006, p.49), a compreensão do eu, enquanto sujeito do conhecimento, é a imagem do corpo próprio. Ser corpo na compreensão de Lacan, está ligado ao ser-corpo do outro. Sou um eu-ser-corpo porque alguém nomeia pra mim, como espelho, vejo a imagem do eu-ser-corpo no outro que dá o nome.

Esse processo nos auxilia a compreender como o ser social é em sua estrutura psíquica dependente do olhar do outro. Aqui, queremos pontuar que a interdependência, a dependência, a vida em sociedade é subjetivamente, psiquicamente necessária e fundante do eu-ser-corpo no mundo. Acompanhemos a reflexão

Assim, o eu será sempre lugar de desconhecimento, já que ele só poderá aparecer como instância de auto-referência através da denegação (sem inversão) da sua dependência ao outro. Nesse sentido, sua estrutura de cognição do mundo se assemelharia a um olhar reificado e afetado por um componente narcísico. Não se trata simplesmente da projeção do eu sobre o mundo dos objetos. Na verdade, Lacan traz uma proposição ainda mais radical

ao dizer que a imagem do outro é a perspectiva de apreensão dos objetos” (SAFATLE, 2006, p.50)

O que buscamos estabelecer com esses pontos é nossa condição humana social, de seres sociais juntamente da perspectiva da subjetividade, da consciência e da psiqué. Diante do já exposto, há ainda um pouco que gostaríamos de expor e que também nos fala Safatle (2006) junto de Hegel, depois dessa digressão, voltamos a Lukács e seguiremos nosso enosar desenosar para os pontos que convergimos até aqui.

Assim, o problema do fundamento da consciência-de-si só pode ser resolvido por um recurso à dinâmica de reconhecimento entre desejos. Dinâmica de reconhecimento que nos levará a um “Eu que é nós e um nós que é eu”, ou seja, ação de um Espírito que nada mais é do que o conjunto de práticas sociais e processos de interação reflexivamente apreendidos, fundamentados e capazes de preencher aspirações de universalidade. Dessa forma, por trás deste eu que é nós e deste nós que é eu, há a certeza de que a consciência só pode ser reconhecida quando seu desejo não for mais desejo por um objeto do mundo, mas desejo de outro desejo, ou antes, desejo de reconhecimento. No entanto, para além desta certeza, há ainda a compreensão de que o particularismo do desejo é uma ilusão já que o que anima a consciência em sua ação e conduta são exigências universalizantes de reconhecimento de si pelo Outro, exigência de ser reconhecida não apenas como pessoa no interior de ordenamentos jurídicos contextuais e de instituições presas a situações sócio-históricas determinadas, mas como consciência-de-si singular em toda e qualquer situação sócio-histórica e para além de todo e qualquer contexto. Para tanto, ela precisará ser reconhecida por um outro que não seja apenas uma outra particularidade, mas um Outro que possa suportar aspirações universalizantes de reconhecimento” (SAFATLE, 2006, p.60)

A consciência de si para si é um complexo da teoria de Hegel que não buscaremos desenvolver porque o tempo não nos permite e não é nosso ponto de pesquisa. No entanto, há uma conexão que gostaríamos de estabelecer aqui que é: a consciência de si para si, possibilitada pelo trabalho, fala da teleologia. Nossa capacidade de refletir acerca de caminhos, de possibilidades de futuro. Essa reflexão extensivamente tratada por Marx quando este busca debater a consciência de classe em si e para si fala sobre a práxis como caminho para reflexão, mas não só. Aqui gostaríamos de utilizar os autores convocados acima. Quando posso sair do si mesmo e construir uma ponto até

o em si - tomo consciência do outro, saindo do singular e construindo um caminho para o gênero humano como universal. Esse movimento, diante dos estudos que tivemos acesso até o presente momento da psicanálise - podemos entender como o transcendental o desejo. O desejo que nunca é o desejo de um objeto, é sempre o desejo de desejar. E esse movimento constitui a identidade do eu e a busca por sua subjetivação. Mas, no entanto e ainda com as contribuições de Safatle (2006) mobilizando Lukács, há sempre uma distância mais ou menos importante entre o eu e o sujeito. Essa distância atemporal, pode ser mais ou menos resolvida quando há a sublimação. A imagem distante entre o eu e o sujeito pode dissolver seu caráter não temporal através da sublimação. E não seria a sublimação um exercício teleológico de pensar futuros uma possibilidade de aproximação do eu-sujeito. E se pensarmos que a teleologia é uma possibilidade de dissolução da distância do eu-sujeito, podemos pensar sobre a consciência do eu-sujeito diante do outro eu-sujeito como forma de desvelar do real e possibilidade de transformação da realidade na qual estamos inseridos.

Esse eu que é nós e nós que é eu fala para nós, precisamente do caráter comunitário interdependente da vida humana. E junto dele adicionamos Heller (2014, p.113) “O homem, enquanto, enquanto ser humano-genérico, não pode conhecer e reconhecer adequadamente o mundo a não ser no espelho dos demais”.

3.3.1. Capitalismo como trauma e a vida das mulheres

O trauma no sentido da vida das mulheres na acumulação originária de capital fala sobre o trabalho não pago e isso é estruturante e fundamental em nossa tese. Expliquemos que, antes do processo de acumulação e para ele funcionar, as mulheres foram alijadas de suas terras, de sua forma de vida, da sua comunidade e foram lançadas a um trauma que segue sendo revivido a todo momento no presente. Isso acontece em todas nós, em maior ou menor medida. E tem como toda a estrutura da sociedade um recorte de raça/etnia e classe social. As mulheres indígenas nas Américas sofreram todo esse processo de acumulação originária de capital como trauma que segue sendo revivido todos os dias – através da perseguição com relação a sua forma de viver a cultura de seu povo original, através da retirada de suas terras originais ainda hoje, para a exploração extrativista do capital, através da impossibilidade de viver sua cultura, em seu corpo-território, de criar seus filhos

nas terras que são suas, são violentadas novamente, reiterando o trauma “original” quando tem que vir para a cidade vender objetos que fazem parte de sua cultura e ser no mundo, quando não têm as terras demarcadas, quando não tem alimento, porque não tem terra. As mulheres negras, que tem sua vida marcada pelo trauma da escravidão – que também foi parte do processo de acumulação originária de capital na América Latina têm esse trauma revivido e reinaugurado no presente quando são obrigadas a viver na periferia dos grandes centros, quando são alijadas da possibilidade de ver seus filhos crescerem por conta da violência do Estado, quando têm na marca de sua pele a forma violenta como são tratadas no cotidiano do interior da sociedade. As mulheres da classe trabalhadora vivem traumas também parecidos, e todas elas, mulheres da classe trabalhadora são atravessadas por essa premissa – seu trabalho não só não é pago, como também não é reconhecido como trabalho. De forma tacanha, porque os donos do capital sabem muito bem que o trabalho das mulheres vale muito. Tanto na produção quanto na reprodução da vida. Por isso, reiteramos, a centralidade de compreensão do trauma como uma estrutura psíquica que segue sendo reiterada toda vez que nos olhamos, vemos, vivemos esse ser mulher⁷. Então, quando debatemos o trabalho afetivo como trabalho comum estamos compreendendo que o trabalho que concentrado no corpo-ser-território das mulheres deve ser um trabalho coletivo, responsabilidade coletiva. Quando queremos debater e entender como a estrutura psíquica influencia na vida cotidiana das mulheres, sobretudo num momento como o de pandemia – ou seja, num momento de crise onde o trauma é lançado na vida das mulheres como algo intransponível no presente. Que precisa ser imediatamente encarado. Também dizemos que nesse momento podemos ter um espaço de reconhecimento de nossa potência, potência que, geralmente, estamos muito exaustas pra compreender. Potência que, muitas vezes, o cotidiano extenuante de trabalho não nos permite. Mas, de pronto, quem estava lá, nas ruas, buscando levantar o número de mulheres e crianças de sua comunidade estavam necessitando de cesta básica, quem estava plantando alimentos de primeira necessidade, quem estava recebendo as mulheres para esclarecer sobre os direitos que elas e seus familiares têm diante do fechamento das prisões. Quem estava lá, sustentando umas as outras, eram as mulheres. E também é sobre isso a abertura para a conscientização do trauma. Quando se pode olhar pra ele e perceber que seguir vivenciando a violência não pode ser mais uma alternativa.

7 Aqui gostaríamos de falar sobre a vida das mulheres enquanto recorte de sexo/gênero, mas deixando esclarecido que ser mulher também inclui as identidades de quem se diz mulher. Então, travestis, transexuais que se identificam pelo gênero feminino. Também por isso sempre utilizamos sexo/gênero.

Kilomba (2019, p.40) fala sobre o trauma:

Parece, portanto, que o trauma de pessoas *negras* provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo *branco*, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o “*Outra/o*”, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum (grifos da autora)

Este ponto é uma pequena digressão do ponto original, porque entendemos que a pesquisa é surpreendente e tem como fundamento, pelo menos para nós, surpreender espantar e dar a pesquisadora elementos novos onde olhar, caminhos que se abrem. Nesse sentido, ao estudar extensivamente duas das principais obras de Lukács há alguns anos atrás, me apropriando até certo ponto de sua teoria baseada em Marx e na ontologia do trabalho, compreendi o papel da ética, da práxis política na construção da consciência. Esse movimento me levou a questionar e a buscar nas bases da psicologia (sobretudo com Reich e Fanon) e da psicanálise em busca da compreensão de como se estrutura o patriarcado, o racismo e o capitalismo no interior de nossa psiqué. Também em nossa pesquisa sobre o cotidiano de vida das mulheres no interior da pandemia nos tocou nesse sentido. O questionamento central sempre parte da premissa de que é necessário compreender a complexidade humana diante da situação na qual se está inserido - porque há este objetivo estratégico que não pode estar descolado de um objetivo singular subjetivo - transforma-se a si, transforma-se a forma de olhar para si, para o outro e o entorno. A revolução aqui não é compreendida somente como algo que está distante, como horizonte estratégico, como devir teleológico, mas sobretudo como algo que está aqui, no presente e no que se faz, cotidiano, no corpo-ser-território do ser social, e, nessa pesquisa, daquelas que foram entrevistadas.

E, dessa maneira, buscamos compreender a estrutura social contemporânea para compreender como nossa psiqué está mobilizada diante da vida social. Nesse sentido, arriscamos uma proposta de compreensão sobre o capitalismo como trauma. O capitalismo como uma forma social de vida não absoluta, não estanque. Mutável, passível de transformação. Mas não qualquer transformação, mas uma transformação que elimine a acumulação de capital nas mãos de uma determinada classe que tem raça/etnia, sexo/gênero, a expropriação do trabalho socialmente produzido concentrado nessas mesmas mãos, e exploração do solo, dos recursos naturais. A compreensão do capitalismo como trauma, partindo dos estudos e das bibliografias até aqui fala de

uma sociabilidade que se estrutura a partir da tentativa de superação de um trauma, a busca pela acumulação pensada psiquicamente, como uma tentativa de garantir que não falte nada, garantir através da busca pela acumulação, e nesse momento histórico vemos a superprodução, como uma forma de suprir uma falta, suprir um quê que não necessariamente se compreendia o que era, mas na busca, no desejo, no devir de uma possibilidade de suprir a falta fundante, se constrói uma sociedade que, em princípio é revolucionária, como nos apresentam os clássicos marxistas. Mas que, assim que assume um poder de classe, a burguesia passa imediatamente a conservar⁸ esse poder. No entanto, nos prendamos um pouco nessa ideia central. Do capitalismo como trauma. Para psicanálise desejo é falta, se tento refletir desejo, falta, teleologia e devir - conseguimos num exercício de abstração pensar sobre como o que nos mobiliza diante da nossa capacidade teleológica de pensar futuros é o desejo, a busca, a falta. Diante dessa falta, cada sociedade a seu modo e na correlação de forças e disputas entre as classes mobilizou-se e construir as transformações mais ou menos estruturais (nota rodapé: Compreendemos que uma sociedade segue levando e carregando elementos estruturais da sociedade que veio antes dessa, podemos compreender assim, por exemplo, como a estrutura racista da sociedade escravista segue sustentando a sociedade capitalista) e - diante dessa premissa, entendemos que há na estrutura da sociedade patriarcal, racista, capitalista uma falta estruturante que segue sendo arrastada ao longo da história da humanidade e que ao mesmo tempo que nos trás até este ponto nos impulsiona para frente, na busca teleológica do gênero humano.

Mobilizamos Safatle sobre os afetos que a sociedade neoliberal foi capaz de produzir

[...] Uma sociedade define principalmente modos de sofrimento diante de normas que ela mesma enuncia - gerindo tais modos em um quadro tacitamente aceito de patologias[...] Dessa forma, a questão fundamental para a reprodução social não é a determinação impositiva da normalidade, **mas** a organização diferencial das patologias possíveis. É assim que uma sociedade controla suas margens, as mesmas margens a partir das quais poderiam vir demandas de transformação. (SAFATLE, 2016, p.186)⁹

8 Marx (1898) no Manifesto diz: “A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário[...]”, mas assim que inicia o seu processo de tornar-se a classe dominante da nova ordem social ela passa ao papel de conservar seu poder.

9 Nas páginas que seguem o trecho supracitado, o autor fala sobre os dados de saúde mental e como o impacto da flexibilização neoliberal reconfigura as formas de sofrimento psíquico, vale conferir o livro como todo.

E ainda, diante da plastificação do corpo como mecanismo psíquico do neoliberalismo, o autor fala sobre como diante do não reconhecimento de si no trabalho - uma das perspectivas da alienação, o trabalhador não se reconhece no fruto gerado de seu próprio trabalho - o resultado psíquico desse processo são as depressões, os transtornos de personalidade borderline. Diante de uma impossibilidade de sentir inadequação

[...] a vida social coloca em circulação um discurso do fim da era dos conflitos, como se não pudéssemos mais ler os impasses de nossa forma de vida a partir da dinâmica de contradições entre, por exemplo, o trabalho/expressão de si, o universo da saúde mental se depara com uma patologia resultante da impossibilidade da vida psíquica agenciar temporalmente contradições sob forma de conflito” (SAFATLE, 2016, p.192)

O trauma fixa a forma de sofrimento, normatiza, regula o eu a voltar a esse ponto onde o trauma aconteceu internamente, revivendo ele como no passado mas estando no presente. Pensemos no trauma do racismo patriarcal capitalista enquanto estrutura psíquica dessa sociabilidade como também nos auxiliam a pensar Fanon (1968) e Kilomba (2019). E nessa forma de sociabilidade como o retorno do recalcado como Kehl (2011). Aquilo que não foi superado, enquanto tentativa de superação do trauma da falta - que é inerente, porque a busca e a pulsão de vida é inerente ao ser social porque o trabalho é o pôr teleológico que nunca cessa. Nunca termina de buscar, nunca para de faltar, nunca acaba o devir. O devir é continuum, o desejo é devir continuum.

3.3.2. *A vida das mulheres, a língua da lama*

Bell Hooks (2017) fala sobre como a língua do opressor foi utilizada para machucar, como os opressores usam sua língua, como moldam-na para que ela se transforme em um território que limita e define, como o opressor usa a língua como uma arma capaz de envergonhar, humilhar,

“A dissociação entre depressão e o quadro das neuroses, com sua herança psicanalítica, não é um mero ajuste nosográfico ocorrido, por coincidência, exatamente no momento de imposição da guinada neoliberal nos países capitalistas centrais, já que em 1980 é o momento inicial de impulsão do neoliberalismo como política de Estado” p.188)

colonizar. Podemos pensar aqui a língua em toda a complexidade que ela incide. Tanto no corpo, quanto na forma, na linguagem. A língua, a sua língua materna – ou seja, a língua que você aprende com sua linhagem, sua ancestralidade essa língua é excluída no processo de colonização e escravização. E o sujeito é colocado diante da violência de não poder falar *sua língua* que o define, a língua com a qual ele aprendeu a expressar seu mundo. A dizer que corpo habita, quem é aquele quem é aquela que fala. Diante disso, da violência da língua, há resistência. Há capoeira, a dança que é uma língua. Há música, diante da violência sempre há a reação à essa violência vivida. Uma resistência à violência que convoca à ação contra – a resistência. “Elas também reinventaram, refizeram essa língua, para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação” (HOOKS, 2017, p.226)

“A mudança no modo de pensar sobre a língua e sobre como a usamos necessariamente altera o modo como sabemos o que sabemos” (HOOKS, 2017, p.231). A língua das mulheres, é a língua da lama porque moldamos a língua do opressor, porque aprendemos desde pequenas ao que deveríamos fazer, mas também aprendemos a moldar aquilo que podemos fazer. Aprendemos com a ancestralidade. Aprendemos com as outras mulheres, nossa língua materna. A língua precisa cumprir uma função que seja contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua as mulheres resistem, mas também gozam. Se podemos pensar fora da forma opressora, se podemos falar sem nos limitar-mos a realidade dominante como falaríamos? Como viveríamos?

Diante de nossa compreensão do atravessamento do sentido interdependente do ser humano, que se estabelece e só é possível - enquanto ser social - porque teve a primeira relação com o outro no cuidado e nos processos de cuidados próprios dos seres humanos, entendemos que somos uma espécie que se constitui e se entende por através das relações sociais que são relações de afeto. Em um estudo aprofundado sobre como os mamíferos respondem ao contato com suas mães que ficou conhecido como experimento de Harlow um cientista separou filhotes de macaco recém nascidos de suas mães e colocou no ambiente um bicho de pelúcia que imitava um primata e noutro lado uma mamadeira para se alimentarem, os filhotes preferiram ficar em contato com a pelúcia (que não tinha nenhuma fonte de alimento) ao invés de se alimentar. Esse experimento levou ao desenvolvimento da teoria do apego emocional¹⁰. O que ilustra algo bastante objetivo e subjetivo psíquico, social, cultural, e da espécie *homo sapiens* que é a nossa necessidade de relação com o

¹⁰(pode ser extensivamente encontrada nos links: <https://amenteemaravilhosa.com.br/experimento-harlow-teoria-do-apego/>; <https://www.youtube.com/watch?v=90ZfMRChwjQ>, acessado em 21.09.22)

outro. Une-se a isso diversos outros estudos contemporâneos sobre inteligência emocional, capacidade de tomar decisões que levem em consideração as necessidades do coletivo etc¹¹.

Para finalizar esta seção, gostaríamos de falar sobre como ao longo do desenvolvimento da teoria feminista o recorte de raça e classe social acaba por construir confusões e tomadas de posição do movimento e de muitas mulheres baseadas no racismo e que não vão no cerne das questões que são fundamentais em nossa opinião. Sobre a extensa crítica ao feminismo branco burguês ler Vergès (2020), também Angela Davis fala sobre como no feminismo branco burguês a lógica está invertida pela visão de raça branca e classe dominante, o que para as mulheres brancas era motivo de revolta, como fazer os trabalhos domésticos e cuidar dos filhos, para as mulheres negras era uma forma de construir comunidade e comunhão. Esses pontos não são levantados à toda, tanto o debate que nos trás Vergès sobre a qual feminismo respondemos ou devemos responder e também todas as críticas que as mulheres negras vêm tecendo há décadas e que ganham a voz também das mulheres latinoamericanas de *abya yala* e que defendem o feminismo comunitário como alternativa real e concreta contra toda a ordem patriarcal, racista e burguesa. Apresentaremos as principais discussões e estratégias delas no último tópico deste trabalho. Para finalizar nosso ponto de atravessamentos, finalizamos com a centralidade do olhar crítico e do método de análise que nos possibilita desvelar a realidade buscando sua essência.

Não nos importa o que parece raso e dado e nesse sentido, os esforços deste capítulo são importantes. Se, por um lado, temos o trabalho comum, o trabalho do cuidado e o trabalho do afeto como não pagos, sustentadores do mundo para o mal (seguir reproduzindo a ordem social). Podemos olhar a realidade na qual as mulheres estão inseridas e compreender a profundidade da vida humana, a extensão da história humana e a necessidade fundamental de transformar a realidade neste aqui/agora imediato. Da reprodução imediata da vida. Ao nos depararmos com as entrevistas este fato ficou muito mais do que presente. As mulheres entrevistadas não vêem seus trabalhos como inexistentes, desimportantes, coisa de “mulherzinha”, trabalho “doméstico”, trabalho privado. Elas vêem seus trabalhos como profundamente transformadores da sua própria realidade e da realidade de outras mulheres.

11(Para maiores informações: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100003; <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NzFsr5QSySG5JcWcxTLHXQN/?lang=pt> acessado em 21.09.22)

Para Vergès (2020, p.35) “O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. [...] os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência.” E ela defende: “[...] se insisto no papel das mulheres do Sul global nesta organização do mundo, é para enfatizar ainda mais seu caráter revolucionário na crítica do capitalismo racial e do heteropatriarcado”. Diante disso, apontamos nosso horizonte comum, e pensamos nas pedras miudinhas, nas pequenas ações do cotidiano que representam para nós possibilidades de transformação e de concentração de força. O papel das mulheres é radical, e por isso mesmo, fundamental em qualquer perspectiva revolucionária. Seguimos o fio falando sobre os buracos que são abertos, os vãos de possibilidade e que são demonstrados pelas entrevistas que compilamos anteriormente. Segundo Simas (2019, p.74) “Da violência sistemática às formas de inscrição nos vazios se travam disputas desiguais e sensíveis que transbordam os limites da materialidade”.

Não nos interessa aqui entrar em exaustivos debates acerca de conceitos extensamente desenvolvidos. O que nos interessa mais é buscar caminhos de surpresa, olhar com olhos de espanto para as possibilidades que ainda não conseguimos enxergar e entender o ser humano em toda a complexidade que exige. Para nós, é válido o estudo e a práxis na medida em que sirvam de elementos para a transformação e diante disso nos debruçamos. Assim, pensamos que faz-se necessário apontar o que têm acumulado os esforços do feminismo comunitário, os saberes ancestrais tradicionais indígenas e dos povos originários para a compreensão do comum, da comunidade e do Bem Viver. Esse esforço que seguiremos no último ponto do capítulo três.

A luta das mulheres não é pontual.

[...]porque quando lutamos contra a violência racista lutamos pela transformação, porque quando lutamos contra a violência de sexo/gênero lutamos pela transformação. (VERGÈS, 125)

3.4. Alternativas do comum, a justiça das mulheres é justiça de todos e Bem Viver

Destacaremos nesse último ponto do capítulo final os trechos finais das entrevistas, onde as mulheres são convocadas a refletir sobre o futuro pós pandemia a possibilidade de pensar em outra realidade, sociedade, vida. Destacamos as entrevistas nesse ponto para trazer parte da pesquisa que nos atravessou, e seguimos atravessando com ela – que é porque consideramos transformador o que as mulheres fazem no seu cotidiano mais miúdo. Destacamos para nos auxiliar nessa compreensão algumas reflexões que perseguem essa tese e que a compõe como os conceitos de Comum e Bem Viver, sobre os fundamentos do feminismo comunitário, sobre a consciência, a organização, a transformação social, a construção do horizonte estratégico revolucionário e a vida das mulheres nisso tudo. Antes de seguir para as entrevistas gostaríamos de destacar

[...] o fato de não me estabelecer com identidade fortemente determinada, mas de reconhecer a necessidade de lidar com algo em mim não completamente estruturável em termos de identidade, me levaria a uma maior solidariedade com aquilo que, no outro, sou incapaz de integrar. SAFATLE (2016, p. 242)

Como o trabalho das mulheres entrevistadas abarca exatamente este ponto, há algo em comum que as une na diversidade de identidades. Mas, diante dessa diversidade de identidade e unidas pelo que têm em comum elas desenvolvem o trabalho do cuidado, o trabalho do afeto, o trabalho da consciência através de seu corpo-ser-território e – através dessa possibilidade abrem-se futuros, mas, mesmo esses futuros esbarram na estrutura o que discutiremos a seguir.

Se você pudesse pensar outra forma de sociedade, como ela seria?

Alice: A gente tinha aqui começar tudo de novo desde lá do início[...] 2.500; 3000;4000 anos atrás. Eu diria, vamos começar de lá e vamos fazer tudo direito e não vamos deixar todos os processos de colonização ter vazão. Então a gente tinha que começar tudo novamente como era e nós estarmos na Linha de Frente Poderosas, entendeu? Juntando a mulherada e fazendo a luta aí do dia a dia é isso.

Joana: Pensar nesse futuro na pós pandemia eu acho que a gente só não pode esquecer é do quê que nos assolou durante todo esse processo de pandemia, de quem foi nosso inimigo durante todo esse processo de pandemia de quem não queria nos ver vivo [...] Enfim, então pensar nesse futuro para nós mulheres é pensar nesse lugar de que a gente vá conseguir ter autonomia para a gente conseguir levar pra frente o nossos projetos, os nossos sonhos, as nossas vivências. A gente nunca parou de lutar. Para gente nunca parou, não foi a pandemia que vai fazer parar.

Josi: [...]que ninguém morra de fome ninguém passe fome não tô falando de necessidade eu tô falando de fome de alimento acordar e não ter o que comer e dormir não ter comido nada. Eu quero um país que não tenha fome que tem alimento para todos. Um mundo onde tem a terra porque com terra compartilhada com terra dividida para todos e todos têm justiça e tem alimentos também. Que sejamos pássaros Livres é que possamos aprender uns com os outros é porque o que nos aprisiona não nos ensina nada. Sonho em transformar essa sociedade fazer essa revolução que não vai sentar e esperar governantes, não vai ser o patriarcado que vai fazer.

Silvana: esse nível de sociedade que nós estamos não deu certo ele já viu que não deu certo a gente se arrebrantar a gente precisa voltar repensar a gente pesquisa voltar para os nossos Marcos civilizatórios a e quando eu digo marco civilizatório das mulheres negras o marco civilizatório das sociedades indígenas, a origem do nosso país a gente precisa voltar atrás voltar a respeitar a visão indígena voltar respeitar a africana, que esses são os nossos ensinamentos. Essa coisa do capitalismo de matar outra pessoa para você ter dinheiro, para você ter sempre mais, mais, mais, mais isso não deu certo. Isso não combina conosco, isso não combina com as mulheres a isso é uma coisa que a gente precisa ter sempre em mente nós precisamos sim, reinventar.

Railda: Uma outra sociedade seria melhor. Que não houvesse tanta desigualdade que as pessoas se colocar-se no lugar do outro né é procurar sentir a dor do outro. A sociedade precisa se abrir mais sabe, ela não tem que olhar só para frente. Tem de olhar para os lados e eu costumo olhar para frente e para os lados e o sempre tô estendendo a mão, sabe? Tem outro olhar a partir do momento que a gente começar a conversar com essas pessoas, olha, você é importante para mim, sabe? A gente vai ter um outro mundo, a gente dá um abraço numa outra pessoa é um bom dia para essa pessoa, e hoje as pessoas nem olham mais na sua cara né.

Ester: Eu vejo muito claro isso muito muito nítido de que as mulheres elas terão mais espaço, na sociedade para falar o que pensam para dar suas opiniões eu penso que as empresas as órgãos públicos as Universidades enfim deve cada vez mais trabalhar nessa linha pensar nesse sentido. Que é bem aquilo que eu falei a mulher tem uma certa sensibilidade ela tem um conhecimento ela tem uma vivência e uma experiência muito diferente de um homem.

As falas das mulheres aqui se unem para expressar uma presença no desaparecimento “palavra como espaço no qual se podem juntar presença e desaparecimento.” (SAFATLE, 2006, p.51) - porque a fala das mulheres e a justaposição do que pensam sobre o que pensam do que pensam. Porque esse trabalho buscou basear sua estrutura sobre a fala das mulheres em meio a

pandemia de covid-19 e como esse momento pandêmico retoma pontos essenciais do ser/subjetivo no interior da sociedade e como, repito o como, de que maneira construir alternativas diante disso que se escancara - senão para todos - fundamentalmente para nós, mulheres diante da pandemia. Como a palavra une o que desaparece e o que é presente. Como ela enlaça o mundo dos mortos e dos vivos. Como a palavra na boca das mulheres remonta o lugar do comum.

Nas falas trazidas acima gostaríamos de destacar algo que atravessa esse trabalho como uma convicção inicial e que na medida em que o trabalho vai se escrevendo, vai avançando, vai maturando e ganhando corpo se espalhando pelo território da mente, encontrando aportes teóricos que o sustentem, a dinâmica daquilo que aparecia como convicção vai tornando a ter raiz e sustentação teórica. Esse ponto é precisamente como o fazer das mulheres é um fazer que está mais ou menos sempre condicionado a um horizonte que extrapola sua própria experiência singular. E por essa experiência estar tão arraigada num horizonte coletivo ela se torna fundamental na luta pela transformação no que temos chamado aqui de miúdo, cotidiano e que sustentamos acima como cotidianidade. Mas que não é só isso, o miúdo também pode ser considerado o trabalho político e o trabalho ideológico. E a problematização desses pontos virão a seguir. Não sem antes pensarmos um pouco sobre esse elemento do particular/singular/universal no fazer das mulheres. A partir das entrevistas e dos trechos específicos destacados ao longo deste trabalho esse caráter singular/universal está presente todo o tempo. Começando pelas pautas nas quais as mulheres estão inseridas – direitos humanos, defesa da terra, demarcação, direitos sociais estudantis, direito ao plantio, ao alimento, direito à cidade, contra a violência do Estado, nos movimentos que representam (Mães de Maio, Movimento Indígena, Movimento Indígena Urbana, Movimento de Mulheres Negras, Movimento dos Pequenos Agricultores, MST, Associação dos Amigos/as e Familiares de Presos/as). As mulheres são atravessadas pelas causas que constroem, sua vida é parte delas. E isso, ao mesmo tempo que empurra elas contra a condição na qual estão inseridas, traz esse particularidade de construção do cotidiano da existência que escapa à singularidade. Porque quando um filho é morto pela polícia a própria condição de ser morto pela polícia (um braço armado do Estado) já é uma condição política, ideológica, de raça/etnia e sexo/gênero. Quando se nasce mulher numa sociedade patriarcal, racista capitalista a complexidade na qual esse sujeito mulher está inserida é, sempre, uma complexidade que condiciona a mulher a uma abertura para o universal do gênero humano que a coloca mais ou menos diante de decisões quase sempre coletivas. Expliquemos pois que essa compreensão têm, necessariamente e a priori um debate de classe. Não esperamos que uma mulher branca da classe burguesa sinta-se impelida a refletir coletivamente – em realidade, ela adota a visão interna, a ideologia de sua classe. Um exemplo objetivo e claro é o

esse processo como parte do método que nos auxilia a perceber a realidade daquilo que estamos pesquisando isso quer dizer que, diante da objetividade da vida e da aparência das coisas que é tomada como essência na cotidianidade da vida – o lugar que ocupam as mulheres a partir de seu recorte de raça/etnia e classe social determina sua capacidade de vincular-se singularmente ao universal enquanto classe trabalhadora.

Para Lukács (1967), a dialética entre singular- particular-universal é uma propriedade objetiva dos fenômenos. Por essa razão, a lógica e a epistemologia que pretendem apreender a realidade em suas conexões essenciais e básicas devem orientar-se pela perspectiva de revelar a interpenetração dialética entre singularidade, particularidade e universalidade. (Pasqualini, J. C. & Martins, L. M. (2015, p.363)

Para Lukács

O persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência abstrato-estática numa persistência concreta no interior do devir. (LUKÁCS, 2012, p.341)

A particularidade como mediação entre singularidade e universalidade e a isso alinhamos o debate acerca da essência e do fenômeno, para que consigamos entender o papel das mulheres na construção de um horizonte universal a partir de suas singularidades em determinadas particularidades – aqui, a particularidade da pandemia. Sobre essência e fenômeno

[...] deve-se partir do fato de que não apenas o fenômeno é um ente social, tal como essência, mas também que um e outra são apoiados pelas mesmas necessidades sociais, que um e outra são componentes reciprocamente indissociáveis desse complexo histórico-social. (LUKÁCS, 2012, p.349)

As mulheres, quando buscam refletir sobre o futuro pós pandemia e sobre a possibilidade de construção de outra realidade de vida são convocadas a reflexão a partir do ponto da vida cotidiana, da vida que estão vivendo, de tudo que elas expressam ao longo das entrevistas, o que pandemia causa nas suas vidas singulares, o que essa particularidade da pandemia impulsiona na vida singular, o trabalho que elas têm tido, o que elas têm conseguido construir como ponte umas com as outras. As mulheres entrevistadas estão envolvidas com outras mulheres, trabalhando com outras mulheres, vivendo com outras mulheres e esse ponto é fundante também dos laços que estamos criando nesse trabalho. O trabalho produtivo das mulheres, o trabalho que gera valor, não pode ser dissolvido do trabalho que é considerado improdutivo ou reprodutivo. O trabalho afetivo, o trabalho

doméstico, o trabalho do cuidado que as mulheres exercem é fundante do que são. Mas também é fundante do que é o ser humano, o ser social. A singularidade da pandemia aciona no momento de crise uma série de imposições subjetivas com a vida em si, objetiva, e com a vida em geral, coletiva. E as mulheres estão a frente de todo esse processo, as mulheres se colocam como responsáveis umas pelas outras, pelas crianças, pela sociedade. E o que nos questionamos nesse ponto é até que ponto esse movimento imprime uma dinâmica que podemos considerar transformadora.

O fato de que em sociedade relativamente bem desenvolvidas, em particular durante períodos de crise, possa surgir em indivíduos singulares a ideia de que todas as relações do indivíduo com a sociedade são puramente externas, secundárias, simplesmente ajustadas, até mesmo produzidas artificialmente, anuláveis e revogáveis a bel-prazer, é um fato da história da cultura. (LUKÁCS, 2012, p.397)

Compreendendo o momento da pandemia como um momento de aprofundamento da própria crise estrutural do capitalismo patriarcal racista, uma crise ela mesma patriarcal, racista, capitalista porque sustentada por essa estrutura e perpetuada pela mesma estrutura. Porque aprofundada pela estrutura e – diante dessa crise as mulheres reconhecem um papel central, um papel de transformação da realidade específica, objetiva, da realidade na qual elas estão inseridas. E se esse movimento consciente é um movimento de desvelar, esse movimento consciente gera uma ação, esse movimento consciente gera uma prática também consciente. Para Lukács (2012, p.401) “A consciência é, antes de tudo, a forma de reação (de caráter alternativo) a relações concretas objetivamente diversas no plano social”, ele também fala sobre o caráter da ação estar sempre mediado pelas relações sócio-econômicas e aqui incluímos além das relações de classe, as relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e isso quer dizer que a consciência das mulheres está sempre em alguma medida ligada as relações sociais que as constituem. Diante do recorte de classe que estabelecemos em nossa pesquisa e das mulheres que entrevistamos compreendemos junto de Vergès que a luta das mulheres é a luta de todos ou como ela diz: “Justiça para as mulheres significa justiça para todos (VERGÈS, 2020, p.51)”.

Buscando uma mirada desde *abya yala*, para estabelecer uma virada epistemológica da forma de compreensão sobre a transformação da realidade na qual estamos inseridas gostaríamos de problematizar a compreensão acerca da organização, da transformação e da revolução. Não entraremos em debates minuciosos sobre o que significa para a tradição marxista ocidental organização, transformação e revolução. Mas somente algumas notas dando demonstrando como entendemos desde a perspectiva do método e de Marx, Lenin, Gramsci entre outros. Compreendendo o papel da organização da classe trabalhadora como um bloco de forças que se

forma a partir da organização dos indivíduos e desses indivíduos em classe, construindo assim trabalho político e de consciência através da teoria e da prática – práxis para que, num dado momento histórico, onde as condições favoráveis se apresentem e a classe esteja fortalecida em sua consciência e ação para aproveitar o momento histórico e iniciar um processo revolucionário que se aprofundará numa sociedade socialista, onde ainda existirá Estado e esse Estado organizará a socialização dos meios de produção e a socialização das riquezas criando as condições para uma sociedade comunista, com o fim do Estado todo esse movimento sendo construído na práxis políticas do ser social. Partindo dessa compreensão do que significa um processo de transformação estrutural da sociedade, gostaríamos de pensar sobre um ponto fundamental para a teoria Marxista e que nos toca profundamente neste trabalho que é como o fazer, como o que se vive como as relações que criamos e que nos criam podem ser profundamente transformados. E, nesse ponto, gostaríamos de apresentar o que têm sido refletido pelo feminismo comunitário¹³ na América Latina.

O horizonte estratégico, tão caro e central nas análises marxistas, ganha aqui uma materialidade que nos parece importante. Compreendemos que há uma entrância entre os temas, um tece no outro, com o outro. Em nossa compreensão não estão e não são contrapostos. O horizonte, desde uma perspectiva do método, ele está lá e está aqui, ao mesmo tempo. Eu olho e vejo onde quero chegar e me movimento em direção a isso, então, volto-me para mim, para o meu corpo, para o que sou neste presente singular e me movimento. Percebemos a construção desse movimento junto das mulheres entrevistadas. Não necessariamente nessa ordem, mas diante daquilo que aconteceu com elas, diante do que foi feito delas, elas olham o que foi, e olham pra o que pode ser. E se movimentam. Elas constroem o processo reflexivo no movimento constante, no movimento imediato – sem conseguir ser imediatistas simplesmente, porque há sempre um futuro ali. Esse futuro pode ser uma criança, esse futuro pode ser um idoso, esse futuro pode ser a terra, esse futuro pode ser a escola, o meio ambiente. Há sempre, na mediação entre a mulher e a sua realidade uma emergência e um futuro que se imbricam na sua ação. E isso, confere ao horizonte estratégico um toque muito importante de comum, de comunidade, de fazer o horizonte estar aqui, além de lá. Quando as mulheres falam sobre construir uma vida melhor neste presente, elas falam sobre construir outro futuro.

13 O feminismo comunitário **teve origem na Bolívia** na década de 90, conta com forte componente indígena e tem se ramificado por outros países da América Latina, como a Guatemala . Definido como uma nova e importante abordagem, o feminismo comunitário tem como pressuposto tudo aquilo que permeia a vida das mulheres – natureza, medicina ancestral, cosmovisão e faz um importante paralelo entre as violações que afetam os territórios indígenas e as violações que afetam o (território) corpo das mulheres. Fonte: <https://fianbrasil.org.br/feminismo-comunitario-a-importancia-da-organizacao-das-mulheres-indigenas-e-as-conquistas-e-desafios-desde-a-abordagem-feminista/>

A epistemologia defendida pelas mulheres do feminismo comunitário “parte da comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida, defende o território e os corpos, estabelecendo uma relação horizontal do par complementar chacha-warmi (mulher-home)¹⁴” (p.6). Para Paredes¹⁵ a construção da utopia deve ser feita todos os dias, ou seja, no cotidiano. Ela diz:

O feminismo comunitário, hoje em dia, também é uma corrente de pensamento. Mas nós não nascemos da academia, da teoria, da intelectualidade. É muito diferente. Nós nascemos como uma prática social que nomeia seus sonhos, suas propostas, suas lutas, e vamos encontrando na construção teórica a explicação do que estamos fazendo. (PAREDES, 2020)

E ainda,

Para levar adiante um movimento revolucionário, homens e mulheres querem que os homens liderem e, dentro do feminismo, querem que liderem suas fundadoras, as intelectuais. Mas nós somos gente do povo que pensa e crê. (PAREDES, 2020)

Segundo Federici (2022) o feminismo comunitário é fruto das cosmovisões indígenas de Abya Yala e fala sobre o conceito de corpo-território que compreende o corpo como um continuum com a terra.

Em referência às “cosmovisões” que tipificam as culturas indígenas na América Latina, algumas feministas cunharam o termo “feminismo comunitário”, que entende o conceito de comum como expressão de uma concepção específica do espaço, do tempo, da vida e do corpo humano. (p.209)

Sobre a coragem que as mulheres oferecem ao mundo com suas posturas em busca do viver-bem e do bem-comum. As coisas fornecem espelho pro medo, e se existisse alguma coisa que fosse tão potente que desse uma base forte pra gente compreender a vida desde outra perspectiva, podemos voltar a ver uns aos outros desde um lugar de amorosidade, como a ética amorosa de Hooks (2021) nos convoca.

Sendo que uma criatura, só a presença, tira o leite do medo da outra. Aí, Diadorim mesmo, que era o mais corajoso, sabia tanto? O que o medo é: um produzido dentro da gente, um depositado; e que às horas se mexe, sacoleja, a gente pensa que é por causas: por isto ou por aquilo, coisas que só estão oferecendo espelho. (ROSA, 2006, p.366)

14 [https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-](https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_25112021153020.pdf)

[genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_25112021153020.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_25112021153020.pdf)

15 <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>

A ética amorosa está firmada nesse terreno que questiona, qual a melhor versão de mim mesma posso entregar ao mundo? Como transformando minha forma de ver e viver posso também transformar as coisas que faço, outras pessoas e como isso pode repercutir numa transformação estrutural? Não falo aqui sobre revolução sem guerra. Nada na vida das mulheres aconteceu sem profundos rompimentos até hoje, mas para construir uma revolução e encarar a brutalidade é fundamental uma ética amorosa. Pelo simples fato de que o amor dá força, é generoso, é potência de vida. Hooks diz: “O privilégio do poder está no coração do pensamento patriarcal. Meninas e meninos, mulheres e homens que foram ensinados a pensar assim quase sempre acreditam que o amor não é importante, ou ao menos não tão importante quanto ser poderoso, dominante, estar no controle” (2021, p.184).

E aqui pensamos, não sobre a forma de organização ou menos ainda sobre a necessidade de organização, tão fundamental para qualquer processo de transformação. Mas aqui, falamos sobre como nos organizar desde dentro de nós, dos nossos laços, do miúdo, do cotidiano de vida de trabalho vivido em nossos corpos-território no presente que nos tocar viver.

Mas nós queremos viver a utopia aqui, na comunidade. Agora lutamos pelo direito de decidir por nós mesmas e vamos decidir, mas também queremos comer uma boa refeição, vamos nos divertir, vamos brincar, vamos dançar, tomar uma cervejinha, vamos curar, vamos cuidar de nós mesmos quando estamos doentes, vamos celebrar aniversários. Isso é a utopia. Mas isso não pode se limitar em nós mesmas. É preciso que o mundo esteja bem. A utopia não é o que vem, mas o que estamos construindo. E a força, a radicalidade, a criatividade e a inteligência com as quais estamos construindo. É o que estamos vivendo, porque estamos construindo da forma que sonhamos. A utopia não é o que não pode ser, mas o melhor que se pode ser. (PAREDES, 2020)

Para finalizar esse ponto, enlaçamos parte de mundos aparentemente desconexos, mas que nos auxiliam a refletir as possibilidades concretas de transformação, sem fechar-nos numa epistemologia da colonialidade, buscando construir um método de análise que parte de nossa realidade – por isso também a centralidade das entrevistas, o sumo que elas entregam à materialidade dos pontos que levantamos aqui. Há ligação profunda entre o que vivemos hoje e o que queremos viver no amanhã. Costumeiramente, utilizamos muitas mediações para retardar nossa chegada em algo ali na frente. Nós não nos colocamos a serviço de uma transformação profunda interna, nós miramos muito longe e não voltamos esse mesmo olhar minucioso pra dentro. Mas só podemos ser o futuro com os pés nesse presente. Só conseguimos construir uma relação dialética intrínseca ao ser se atentarmos à nossa consciência, se buscar olhar além da aparência do que somos singular e universalmente, Por esses motivos o texto que nos entrega até aqui, parece inesgotável. Há uma imensidão de caminhos que poderiam ter sido adotados. Mas parte deles, foi fechado pelas

condições mesmas da vida. Parte deles conscientemente fechados. Parte deles abertos como vereda. Mire veja, diz Riobaldo, o correr da vida embrulha tudo. A mim me toca buscar unir alho com bugalho. E gostaria de terminar esse último e terceiro ponto destacando a potência das entrevistas que querem ver o futuro melhor e que constroem esse melhor todos os dias.

O viver-bem ou bem-viver, é uma alternativa estratégica para viver bem. Essa estratégia acontece hoje, está acontecendo agora em diversas comunidades. Viver, ter o direito fundamental e inalienável a vida significa poder se alimentar, poder ter uma casa, significa poder ir à escola, significa ter condições de respeitar os processos de desenvolvimentos do ser humano, de suas capacidades e habilidades, viver significa cuidar da vida. Compreender-se como parte da natureza, olhar para si como uma pessoa que é parte de uma comunidade, como parte da terra – essa epistemologia, essa cosmogonia dos povos originários de Abya Yala é central na compreensão do que significa viver-bem e de como essa estratégia necessidade da realidade objetiva para ser/existir. Sem a vida não há vida, movimento, transformação social. A ancestralidade e o conhecimento das sociedade pré-colombianas, das sociedade indígenas de Abya Yala e toda sua complexidade demonstram que o cuidado com a terra, como corpo e parte de todos é parte fundante do bem-viver.

Destacamos alguns pontos de Solón (2019) como princípios do Bem Viver

Para o Bem Viver, o “todo” é a Pacha[...]para o Bem Viver tudo está interconectado e forma uma unidade. Nesse espaço convivem e se relacionam de uma maneira dinâmica o passado, o presente e o futuro[...] Dentro da concepção da Pacha, o passado está sempre presente e é recriado pelo futuro. O tempo e o espaço não são lineares: são cíclicos. (2019, p. 24-25)

Federici (2022) ao debater os comuns na América fala sobre o protagonismo o papel de poder que as mulheres tinham e têm diante desta política. Ela nos fala sobre as terras, como espaços comuns primordiais e nos fala sobre como as culturas indígenas americanas, os povos originários, se opunham fortemente à apropriação individual da terra. Está claro pra nós até aqui e para quem nos acompanhou que a terra foi tornada privada, expropriada do comum, da coletividade, cercada e esse processo segue acontecendo até hoje. Podemos dar como exemplos a exploração e desmatamento da amazônia, um território imenso que entrecruza os países da América Latina (Brasil Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e as Guianas) e que vem sendo saqueado, explorado, desmatado - apropriado privadamente para o acúmulo de riquezas de uma classe. Esse movimento, que iniciou na acumulação originária de capital, têm consequências profundas em nossa existência enquanto humanidade posto que somos parte do mundo natural e a natureza parte do que é humano – e é um dos pontos fundamentais na defesa dos comuns hoje no mundo e em

Abya Yala. Parte das reivindicações centrais dos movimentos comuneros é a reivindicação da vida como parte da terra. Pertencemos à terra, e à terra é parte de nós. Nesse sentido, Federici nos fala sobre como não poderia deixar de ter iniciado o movimento de retomada dos comuns com os indígenas; ela cita o caso dos Zapatistas, e ela segue “Da mesma forma, não é coincidência que, em todo o continente americano, da Terra do Fogo à Amazônia, de Chiapas a Dakota do Sul, sejam as mulheres que liderem hoje a luta em defesa dos comuns, criando, nesse processo, novas formas comunitárias.”

E, aqui, retomamos pontos centrais deste capítulo, refletindo acerca da história e da cotidianidade – compreendemos junto da autora que a “história é em si um comum” (FEDERICI, 2022, p.152) e é a história que nos indica que a partilha da terra, dos bens comuns, acontece há milhares de anos como um princípio que nos organiza – que nos unifica em torno de um bem maior comum que podemos compreender aqui como: vida. Ou como Bem Viver.

Os comuns são vividos; não se pode falar sobre eles, muito menos teorizá-los”. Imagino que isso se deva à dificuldade de apresentar em palavras uma experiência tão poderosa e rara como a de fazer parte de algo maior do que nossa vida individual, de habitar “esta terra da humanidade” não como um estranho ou invasor, que é a maneira como o capitalismo deseja que nos relacionamentos com os pesços que ocupamos, mas como lar. (2022, p.140)

Para finalizar, gostaríamos de apresentar um trecho de Federici (2019, p.353) que ilustra o que buscamos defender ao longo desta tese, de que as mulheres são centrais na construção de um processo de expropriação da riqueza das mãos da classe burguesa. São séculos de história onde as mulheres foram e são protagonistas do pensar, agir e fazer – de uma práxis do comum. O cuidado com a terra, a integração deste corpo-ser-território com a natureza, o cuidado com os recursos naturais; a coletivização do trabalho reprodutivo, das moradias, do trabalho doméstico, do trabalho do cuidado – tudo isso está profundamente ligado à ancestralidade dos povos originários que nos compõem historicamente. Dessa forma, entender o saber das mulheres em torno dos comuns como um processo histórico de acúmulo de conhecimento é fundamental para a transformação da realidade na qual estamos inseridas, além de ser uma forma potente de compreender formas de vida que rompam com a lógica racista, patriarcal capitalista e colonialista.

CONCLUSÃO

Sonhar a realidade. Realizar o sonho.

Uma mulher sonha com um bebê, ela sente seu cheiro de recém nascido, ela toca seu pequeno corpo morno, ela olha seu corpo minuciosamente, nota os miúdos dedos, as pequenitas unhas, ela olha os cílios e os olhos. Ela sustenta o pequeno bebê, ela dá seu peito pra que ele se alimente. Os dias de uma semana se misturavam com os meses e ela já não sabia se o que vivia era vigília ou sonho, o próprio corpo, antes uma máquina mais ou menos azeitada que dormia quando tinha sono, acordava quando estava descansada, comida, deixava de comer quando lhe convinha. Esse corpo, tantas vezes levado pra o lugar que mais ou menos ela gostaria agora era um barco amplo, um espaço preenchido por fraldas, leite materno, cama compartilhada, livros lidos nas madrugadas inquietas. A mulher era um barco, uma embarcação chamada agora MÃE. E essa embarcação enfrenta ventanias, o mar revolto, ondas de mais de 20 metros engolem ela na madrugada febril do pequeno corpo que ela emabala – e na funda noite ela já não sabe se ela embala o bebê que pariu ou se é o bebê que embala a mãe que nasceu. O sonho e a realidade se entrelaçam – o que sonhamos pode vir a se tornar real? E o que é real foi algum dia sonhado? E, sonhando, se escapa da realidade? Ou o sonho nos ajuda na vigília. E a vigília faz magias com o sonho? Uma tese, um estudo, uma pesquisa é antes sonhada, pensada, intuída por quem a busca na vigília, na realidade, no texto, num programa, numa seleção de pós-graduação? A tese e o seu processo de escrita não se assemelha nem a um parto, muito menos a um puerpério. Mas essa pesquisadora que escreve se assemelha a todas as essas coisas. Iniciei o mestrado num puerpério e escrevi a dissertação com um filho de 1 ano e meio. Tomei aulas no mestrado com um bebê de 5, 6, 7, 8 meses sozinha numa grande capital. Li textos enquanto brincava no chão da sala. Escrevi artigos para disciplinas enquanto meu bebê dormia. Fazia comida, cortava frutas, limpava a casa, levava e buscava da escola, não dormia direito nem descansava. Comecei a escrever a tese de doutoramento no puerpério de minha segunda filha. Buscava ela pra mamar, ela mamava enquanto eu lia livros duarnte as tarde e nas manhãs eu cuidava das duas crias, filho e filha. Eu escrevia nos intervalos dos cuidados com ela e seu irmão mais velhos todas as manhãs, algumas pouquíssimas tardes e quase nenhuma noite porque os dias viravam noite muito rápido. Antes de ela completar um ano eu tinha estruturado um estudo e uma pesquisa de campo pela América Latina numa kombi. Eu pensei, sonhei, eu vivi no sonho escrevi na vigília. Eu senti a potência da pesquisa em todos os pelos do meu próprio corpo. Eu vi as crianças brincando em cada lugar que pararíamos na estrada. Eu organizei uma mudança, eu encaixotei coisas, eu decidi deixar São Paulo e tudo aquilo que parecia já seguro e pré-estabelecido. Eu sonhei em ouvir as mulheres sobre suas próprias vidas. Eu fiz as primeiras duas entrevistas em São Paulo, gravei ao vivo. Olhei nos olhos delas, abracei, chorei junto. Eu senti o barco, eu embarquei, eu

naveguei. Eu era mastro e vela, eu era comandanta e onda do mar, eu era tempestade, noites de calmaria, sol a pino. Eu soube, enquanto falava com as mulheres que entrevistei primeiro que essa pesquisa mudaria coisas muito profundas na minha existência. Como pesquisadora, como mulher, como mãe, como humana. Eu me apaixonei por elas, pela potência, pelo que falavam, pelo que me fizeram arrepiar, pelo que faltou, pelo que cantaram, pela coragem, pela vergonha. Eu me apaixonei pela pesquisa, porque é a única forma que consigo me ver pesquisadora. E porque a pesquisa em si era sonho na vigília. Porque a pesquisa em si é caminho, porque essa pesquisa estava buscando também entender meu próprio percurso e processo. Não seria demais dizer que a pandemia e o fechamento das fronteiras foram uma grande pedra de gelo no oceano em que eu navegava. Acontece que foi necessário me tornar também a próprio pedra de gelo. E recomeçar o sonho, dormir de novo, acordar quantas vezes fossem necessárias. Foi preciso aceitar o fim daquele sonho. O não cumprimento, o adiamento, o tempo e a paciência diante de um dos cenários mais catastróficos da história mundial. Não seria demais dizer também que, nesse processo, poucas coisas restaram, algumas essências redescobertas, alguns laços partidos. E a pesquisa, fiel companheira de jornada, foi tomando ela mesma as rédeas da situação. A pesquisa criou uma urgência bonita no meu coração, porque ela me apaixonara de novo. A possibilidade de reorganizar o rumo, costurar as velas rasgadas pela ventania, esperar um bom céu pra navegar me levaram a pensar nas entrevistas online, restringindo um pouco o olhar para o Brasil porque seriam entrevistadas mulheres brasileiras, mas todo o debate iniciado anteriormente sobre Abya Yala permaneceria, entendendo o Brasil como parte do continente, carregando ele próprio suas particularidades. A mulher sustentava o tema de pesquisa, o tema de pesquisa erguia a mulher de alguns escombros. E foi assim que em 2020 iniciei contatos com algumas mulheres e passei a preparar os roteiros e fazer as entrevistas. O material todo foi sendo visto e vivido de forma mais ou menos espaçada. Transcrevi, sublinhei trechos iniciais. Depois de alguns meses, novas leituras, novas percepções, aberturas de caminhos teóricos. Voltava aos roteiros, relia, ouvia algumas entrevistas, sublinhava novos trechos, organizava mentalmente onde e como poderiam ser usados, em que momento da escrita, da pesquisa, do texto da tese. O que gostaria de elucidar utilizando este ou aquele trecho, me surpreendia com trechos, pega de assalto pensando na raiva e na rebeldia. Agora, depois de reler a tese pela segunda vez, depois de ter a avaliação de duas amigas eu olho pra ela e sinto que naveguei sendo onda e embarcação. Sendo sonho e realidade. E, dificilmente, a conclusão deste trabalho de 4 anos poderia ser feito de outra forma que não revendo os portos, o mar aberto, o naufrágio, a costa, a reconstrução, o içar velas e o navegar, navegando. Caminante no hay camino, se hace camino al andar.

O objetivo deste trabalho era demonstrar como as mulheres em seus fazer cotidianos transformam o mundo. Como elas contém essa semija, essa semente de comum, de futuro, de busca pela construção coletiva e pelo bem coletivo. Embora eu possa dizer que sinto o objetivo como alcançado, compreendo também que “alcançar um objetivo” pode ser algo estanque e que a pesquisa em si mesma, ela é movimento caminho que se faz caminhando, vereda aberta. A mulher que sonha e que é mãe e puérpera e mestra e doutoranda, poeta, humana olha para o objetivo e vê como ele está ligado também com a sua própria subjetividade. A educação dos filho e filha, que ela faz todos os dias não é reconhecida como trabalho, como potência, como construção de futuro, mas ela faz todos os dias e mesmo assim. Embora ela esteja totalmente convencida de que é um trabalho, ela sabe também quantas jornadas há na palavra trabalho. O seu pensar coletivo, o seu sentimento de tornar-se mãe de qualquer criança do mundo – e por isso também, mais responsável ainda pelo que é e busca ser ao mundo. Todas essas questões estão postas nesse objetivo mais ou menos alcançado. E como boa pesquisadora, mulher e mãe, o que busca questionar agora é como transformar essa pesquisa num instrumento de organização e política, num instrumento que auxilie nos processo de compreensão das mulheres sobre o que elas fazem em seu cotidiano. Porque, como a própria pesquisadora, por um tempo importante de sua existência – às vezes até o fim da vida – as mulheres não fazem ideia de como são potência de transformação e bem viver.

As formas de vida vividas em comunidade na história humana somam-se com o desvelar de novos horizontes sendo construídos nesse exato instante em pontos diversos do globo. A forma burguesa de sociedade, as relações sociais de produção que são relações de sexo/gênero, raça/etnia como historicamente já evidenciada, é uma forma não absoluta, não estanque. E nos interessa profundamente as formas como as pessoas e suas comunidades têm vivido a vida neste território Abya Yala. Como as mulheres têm se organizado em seu cotidiano, como elas têm seguido. Entendemos que, ao longo desta pesquisa, conseguimos demonstrar como essa vida – que as mulheres vivem – é uma vida que constrói no presente, na cotidianidade, formas de resistir e muito mais do que isso – formas de existir no mundo. Esse ponto, da esperança – como espera e da resistência como estar em constante luta contra algo que nos é imposto também forma fonte de questionamento e ponto de mudança de perspectiva em nosso trabalho. Porque, não estamos mais interessadas em lutar contra aquilo que nos é imposto – falar com a boca do colonizador. Queremos reconhecer nosso lugar como um lugar de onde também se produz a própria língua. Um lugar onde se produz conhecimento, um lugar onde se constrói uma vida comunitária, coletiva, uma vida do comum, do bem viver, um lugar onde se é. É destas formas de vida, deste lugar de identidade e reconhecimento de si mesmas que gostaríamos de partir. Por isso o esforço teórico-prático – por

isso a práxis – por isso o atravessamento do sujeito singular numa particular condição e a construção de sua singularidade vinculada ao bem comum, ao bem viver.

A história da humanidade também é a história do sonho, descendemos de povos sonhadores. A espécie humana, enquanto ser social, vive o sonho e a vigília como algo integrado desde os tempos das cavernas. Assim que, ao sonhar, e ao fazer do sonho parte de nossa vigília tocamos de uma forma ou de outra a própria história da humanidade. Pensamos o que desejamos de futuro, porque algo nos tocou neste presente passado ancestralmente. Se somos atravessados por sentimentos de horizonte, de futuro, de busca, de intento, de ação para algo melhor ali na frente, virando a esquina, compondo caminhos, traçando mapas possíveis – se somos atravessados por algo que nos lança em direção a um futuro melhor é porque há uma semente neste sonho ancestral que nos impulsiona. Para os povos indígenas os sonhos preveem futuro e são importantes portais que devem iluminar a vida em vigília. Também neste trabalho, o sonho, enquanto ponto de iluminação da jornada têm grande importância. Assim como o papel de pensar futuro. Nas entrevistas, quando perguntadas sobre o futuro, as mulheres também sonham. Algumas vezes nas entrevistas falamos sobre como sonhar um futuro melhor, o que elas sonhariam que seria um bom futuro. Kaka Werá chama se sonho-memória onde os indígenas guardam a história de um tempo remoto que antecede a memória do próprio tempo. Milton diz que o sonho alimenta de horizontes o tempo acordado. Para Jung é através dos sonhos que acessamos símbolos do inconsciente coletivo, é nos sonhos que buscamos caminhos e encontramos encruzilhadas, e é também através dos sonhos que damos forma aos sentimentos vividos na vigília. Compreendemos junto de Simas que o contrário da vida é o desencanto e como é possível visualizar o desencanto na sociedade capitalista, no capitalismo enquanto forma de sociabilidade, no racismo e no patriarcado e no colonialismo que lhe são intrínsecos. Se pudéssemos pensar numa forma de encantar o mundo, definitivamente ela seria através da nossa capacidade de sonhar, desejar, buscar a construção de horizontes de bem viver, comunitários, de cuidados coletivos através de uma ética amorosa.

Têm se mostrado demasiado dificultosa a tarefa de encerrar este trabalho, não somente porque ele não parece que termina, pelo oposto. Tantas coisas ainda penso neste aqui/agora que gostaria de trazer à tona. Como o debate sobre a branquitude, vinculado com o debate sobre eurocentrismo e colonialidade – o problema da branquitude vinculado às mulheres e às crianças. O necessário aprofundamento sobre a saúde mental e infância pós-pandemia. Ademais dos dados sobre violência contra crianças e adolescentes que aumentou exponencialmente. Também reflito nesse momento sobre como seria fundamental poder entrevistar mulheres na América Latina como na nossa proposta inicial. Penso sobre o mapa que poderíamos criar acerca das experiências de bem viver e do comum no território Abya Yala e como seria potente criar um documentário acerca do

tema, depois dessa vasta e ampla pesquisa bibliográfica e teórica. Penso também sobre como é fundamental repensar a autodefesa daqui em diante, e cada vez mais, traçar mapas que nos auxiliem a pensar em alternativas de proteção à nossa gente, nosso povo, nossa classe. Percebo também como a pesquisa ganha este corpo-vida-ser e se desprende ela mesma do texto, dos prazos, dos tempos estanques da produção de saber no interior dessa sociedade. A pesquisa abre caminho, como memória ancestral, a pesquisa gera força, vitalidade e encontra na própria pulsão da vida, no devir do desejo e do sonho seu espaço de morada. Como os encatados dos povos indígenas que vivem entre os mundos, como o que se comunica através do fogo, através da memória das árvores e dos bichos, como os encatados que protegem os rios, como curupira que passeia no casco do jabuti – a pesquisa caminha com suas próprias pernas pra dentro da vida de quem supôs que pesquisava. E talvez seja mesmo esse ebó, esse trabalho, esse encanto que tenha tornado tudo até aqui possível. Tanto os caminhos nos pés, quanto a verdade atravessada pela pesquisadora e que agora surge nestas páginas, linhas e traçados. O tema, muito mais do que um tema de pesquisa – é mesmo um tema de vida. A defesa da vida das mulheres, da forma como vivem, da forma como cuidam, da forma como intuem a existência, a natureza, os saberes – a vida das mulheres em si mesma, como algo que contrapõem toda a lógica opressiva, individualista, violenta, predatória, desencatada desta sociedade e de sua sociabilidade são o grande luminar. O grande aporte para onde o barco-mulher-mãe-pesquisadora ancora seus dias e sonha. Desperta e produz novas possibilidades de existência.

Diante do escabroso que vivemos no país desde onde escrevo, diante do escabroso que vivemos em nível global também – com ameaças e avanços de uma classe profundamente conservadora, reacionária e violenta – fascista; é ainda mais necessário que saíamos da possibilidade da resistência. Que iniciemos um movimento objetivo, organizado, combativo de autodefesa. De defesa da vida como nós a queremos, como nós ansiamos, como é justa que seja vivida. A rebeldia tão enganchada em nossa existência mescla-se com os conhecimentos ancestrais adquiridos, somos a semente. Somos tudo o que nos tocou viver até aqui e tudo o que ainda desejamos que nossa terra, nossos corpos, nosso corpo-território quer ser e fazer brotar.

Florianópolis, 9 de novembro de 2022, adentro.

Deus já foi mulher. Antes de se exilar para longe da sua criação e quando ainda não se chamava Nungu, o atual Senhor do Universo parecia-se com todas as mães deste mundo. Nesse outro tempo, falávamos a mesma língua dos mares, da

terra e dos céus. [...] Todos sabemos, por exemplo, que o céu ainda não está acabado. São as mulheres que, desde há milênios, vão tecendo esse infinito véu. Quando seus ventres se arredondam, uma porção de céu fica acrescentada. Ao inverso, quando perdem um filho, esse pedaço de firmamento volta a definhar.

Mia Couto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIMÉ, Césaire. Discurso sobre colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.

ALMEIDA, Suely S. Essa violência maldita. In: Violência de gênero e políticas públicas/ Suely Souza de Almeida (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ALMEIDA, Suely e **SAFFIOTI**, Heleieth. Violência de Gênero Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

ALBERTINI, P. WILHELM REICH: PERCURSO HISTÓRICO E INSERÇÃO DO PENSAMENTO NO BRASIL in: Boletim de Psicologia, 2011, Vol. lXi, Nº 135: 159-176

ANGELOU, Maya. Eu Sei Porque o Pássaro Canta na Gaiola. Bauru, SP: Editora Astral Cultural, 2018.

CARDOSO, Sérgio [et. al.]. Os Sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Sobre a Violência. Escritos de Marilena Chauí; organizadoras Ericka Maria Itokazu, Luciana Chauí-Berlinck. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

COUTO, Mia. A Confissão da Leoa. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DARDOT, Pierre; **LAVAL**, Christian. A Nova Razão do Mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

_____. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECARLI, Mariana Oliveira. Anteprojeto de Pesquisa de doutorado apresentado à PUC. São Paulo, 2018. Arquivos Pessoais.

_____. O Partejar e a Violência Obstétrica – silenciosa violência e a violência do silêncio, Rio de Janeiro, 2017.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DORLIN, Elsa. Autodefesa – uma filosofia da violência. São Paulo: Crocodilo, UBU Editora, 2020.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. O Ponto Zero da Revolução. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. Reencanto o Mundo. São Paulo: Elefante, 2022.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir – nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: LePM Pocket, 2010.

GAMBINI, Roberto. A Voz e o Tempo – Reflexões para jovens terapeutas. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito – parte I. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1992

HOLLANDA de, B. Heloisa (ORG.). Pensamento Feminista hoje – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

JECUPÉ, W. Kaká. A Terra dos Mil Povos, São Paulo: Peirópolis, 2020.

KEHL, R. Maria. Deslocamento do Feminino. São Paulo:Boitempo, 2016.

_____. Ressentimento. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2015.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Gênero e Saúde, **LOPES M. MEYER**, D. & **WALDOW**, V. (Orgs.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Dicionário Crítico do Feminismo, **HIRATA**, H. **LABORIE**, F. **DAORÉ**, H. & **SENOTIER**, D. (Orgs.). São Paulo: UNESP, 2009.

LOWY, Michael. A Estrela da Manhã – Surrealismo e marxismo, São Paulo: Boitempo, 2018.

LUGONES, Maria. Rumo a um Feminismo Descolônia. In: Revista Estudos Feministas. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010. Traduzido ao português com o consentimento da autora.

LUKÁCS, György. Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Para Uma Ontologia do Ser Social I. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. Para Uma Ontologia do Ser Social II, São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLER, A. Cotidiano e a História, 2014. Paz & Terra RJ/SP.

HOOKS, Bell. Ensinsando a Transgredir – A educação como prática de liberdade. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. Tudo Sobre o Amor, novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

MACKINNON, Catharine A. Hacia una teoria feminist del Estado. Edições Cátedra. Universitat de València. Instituto de la mujer. 1989.

MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>. 1848.

_____. O Capital, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Eurocentrismo na América Latina. Buenos Aires. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

REICH, Wilham. Irrupção da Moral Sexual Repressiva. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. Psicologia de Massas do Fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAFATLE, Vladimir. O Circuito dos Afetos – Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Autêntica, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth B.A Mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Posfácio: Conceituando o gênero. IN: **SAFFIOTI**, Heleieth e **MUÑOZ-VARGAS**, Monica. Mulher brasileira é assim. 271-283. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Mulher Brasileira: Opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. São Paulo: UNESP, 1985.

_____. Rearticulando gênero e classe social. IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma Questão de gênero. 183-215. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos e São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: Lutas Sociais 2. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. 1º semestre de 1997.

SANTOS, Theotonio dos. Socialismo ou Fascismo. Florianópolis: Insular, 2018.

SIMAS, Henrique, Luis. Flecha no Tempo Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2019.

SOLÓN, Pablo Org. Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização/ organização de Pablo solón; tradução de João Peres – São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA, Diego de Oliveira; **ARAUJO**, Ana Maria Moura. Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 23, n. 3, p. 648-657, Dec. 2020 .Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300648&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Oct. 2020. Epub Oct 16, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p648>.

SOE, SempreViva Organização Feminista. Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo, 2014.

VÁZQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Práxis, 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VERGÈS, Françoise. Um Feminismo Decolonial. São Paulo: UBU Editora, 2020.

_____. Uma Teoria Feminista da Violência. UBU Editora, 2022.

Dados colhidos de sítios na internet

Organização Panamericana de Saúde (PAHO) -
<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2014/Comprendiendo-el-ejercicio-de-violencia-de-hombres.pdf>

https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14958:intimate-partner-violence-in-the-americas-data-and-action&Itemid=41342&lang=en

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3130:violencia-contra-a-mulher-na-america-latina-e-caribe-uma-analise-comparativa-da-populacao-com-base-em-dados-de-12-paises&Itemid=685

Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica: <https://www.celag.org/>

Nações Unidas: <https://nacoesunidas.org/cepal-35-mil-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-na-america-latina-e-caribe-em-2018/>

ElPaís: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. América Latina é a região mais letal para as mulheres, 2018.

BBC português: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>. Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina, 2019.

https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23823/23823_3.PDF - DIA 15/09/2022

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/WFbvK78sX75wDNqbcZHqcPj/?format=pdf&lang=pt> – Acessado dia 25/09/2022

<file:///C:/Users/nana/Downloads/184118-Texto%20do%20artigo-533739-1-10-20211221.pdf> – acessado em 25/09/2022

<https://fianbrasil.org.br/feminismo-comunitario-a-importancia-da-organizacao-das-mulheres-indigenas-e-as-conquistas-e-desafios-desde-a-abordagem-feminista/> - acessado em 30/09/2022

Organização Panamericana de Saúde (PAHO) - <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2014/Comprendiendo-el-ejercicio-de-violencia-de-hombres.pdf>

https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14958:intimate-partner-violence-in-the-americas-data-and-action&Itemid=41342&lang=en

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3130:violencia-contra-a-mulher-na-america-latina-e-caribe-uma-analise-comparativa-da-populacao-com-base-em-dados-de-12-paises&Itemid=685

Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica: <https://www.celag.org/>

Nações Unidas: <https://nacoesunidas.org/cepal-35-mil-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-na-america-latina-e-caribe-em-2018/>

El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/actualidad/1543075049_751281.html. América Latina é a região mais letal para as mulheres, 2018.

BBC português: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>. Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina, 2019.